



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Maringá

1º Quadrimestre de 2019 - 30.05.2019

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município, realizada pela Prefeitura Municipal de Maringá, referente ao 1º Quadrimestre de 2019, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá, é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **SIDNEI TELLES** - Presidente, **ONIVALDO BARRIS** - Vice-Presidente e **ODAIR DE OLIVEIRA LIMA** - Membro. Às 15 horas do dia 30 de maio de 2019, os representantes da Prefeitura Municipal estiveram neste Legislativo para prestar as contas do Município referentes ao 1º Quadrimestre de 2019. A fim de dar início à solenidade, foram convidadas para compor a Mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sidnei Telles; o líder do Poder Executivo no âmbito do Poder Legislativo, vereador Alex Chaves; o Vice-Prefeito Municipal, Edson Scabora; o Secretário Municipal de Fazenda, senhor Orlando Chiqueto Rodrigues; e o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, senhor Gilvane de Almeida Braga. Estiveram presentes os vereadores Sidnei Telles, Jean Marques e Francisco Gomes dos Santos. Para suprir a ausência de Onivaldo Barris e Odair de Oliveira Lima, membros da CFO, foi nomeado *ad hoc* o vereador Francisco Gomes dos Santos. Também acompanharam a Audiência Pública e foram cumprimentados pelo Presidente Sidnei Telles o senhor Vitor José Borghi, Procurador Geral; Francisco Favoto, Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico; **Gisele Colombari**, Secretária de Educação; Valmir Augusto Fassina, Secretário de Esporte e Lazer; Coronel Antônio Padilha, Secretário Municipal de Segurança Pública; Miguel Fernando, Secretário Municipal de Cultura; Cinthia Soares Amboni, Superintendente da Maringá Previdência; Marcos Boggo, Ouvidor do Município; Homero Marchese, Deputado Estadual do Paraná; Iraídes Baptistoni, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá; José Luiz Bovo, ex-Secretário de Estado da Fazenda; e Wanderlei Rodrigues Silva, Superintendente da Agência Maringaense de Regulação – AMR. Dando sequência ao evento, o vereador Sidnei Telles agradeceu a equipe de contadores da Prefeitura pelo trabalho desempenhado: Adriano Correia da Silva, Aline dos Santos, Cinthia Soares Amboni, Claudinei Braz da Silva, Edimar de Oliveira Carvalho, Felipe Gabriel da Silva Ferro, Luiz Antônio Panosso, Leila Sayuri Shimamoto, Marcos Donizete Toppa, Maria Rupolo Pedriali, Maria Angela Ferrareze Casaroto e Nádia Ferreira da Rocha (Diretora de Orçamento). Agradeceu também a presença dos auxiliares técnicos Vilson Cesar Cruz, Gerente de Execução Orçamentária; William Sérgio Carmona Bustos, Coordenador de Prestação de Contas; e Fernanda Arruda Silva Cremoneis, Coordenadora de Controle da Dívida Fundada. Em seguida, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra ao senhor Vice-Prefeito Municipal, o qual cumprimentou todos os Secretários Municipais presentes, bem como os funcionários públicos municipais do Poder Legislativo e Executivo e os vereadores da Câmara Municipal de Maringá. Continuando sua fala, ele destacou que está em tramitação um projeto de lei elaborado por

ele, o qual dispõe sobre a ampliação da divulgação das Audiências Públicas de Prestação de Contas, a fim de conferir a máxima transparência da gestão da Administração Pública à população. Lembrou que o Poder Executivo, por meio do vereador Alex Chaves, pode propor alterações e emendas na referida proposição. Ele ressaltou, ainda, que as diversas alterações nas leis orçamentárias realizadas pela Prefeitura Municipal ao longo do ano são compreensíveis, mas também podem suscitar dúvidas e debates. Sidnei Telles continuou, comentando acerca da dificuldade que os vereadores têm em analisar as contas municipais, visto que não dispõem de conhecimento em Contabilidade Pública. Já a respeito da Audiência Pública de Prestação de Contas acerca da Saúde, ele sugeriu que esta fosse realizada na mesma data da Audiência Pública de Prestação de Contas do Quadrimestre. De acordo com informações obtidas em contato com o Secretário Municipal de Saúde, Jair Biatto, o Presidente da CFO relatou que, do orçamento previsto para o ano de 2019, mais da metade já foi consumido em despesas, e que tal fato é preocupante. Com a palavra, o vereador Alex Chaves cumprimentou os presentes e disse que esperava compreender a Prestação de Contas e que gostaria de deixar claro à população maringense que o Poder Legislativo vem acompanhando e fiscalizando de maneira adequada a aplicação dos recursos públicos. Iniciando sua fala, o Secretário Municipal de Fazenda cumprimentou o Vice-Prefeito, os vereadores presentes, o deputado estadual Homero Marchese, bem como os servidores em geral, Contadores da Secretaria Municipal de Fazenda, Secretários, Diretores, Gerentes e Coordenadores do Poder Público Municipal. Agradeceu a oportunidade de apresentar as informações sobre as contas do município referentes ao 1º quadrimestre de 2019 e destacou que a presente Audiência Pública cumpre o disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual determina que, ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada exercício financeiro, o Poder Executivo demonstre, avalie e apresente para comunidade o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senhor Orlando Chiqueto informou que seriam analisados os dados fiscais relativos às receitas previstas e arrecadadas no primeiro quadrimestre de 2019, as despesas orçadas e realizadas, o resultado orçamentário, a receita corrente líquida, os índices de gasto com pessoal, o índice de aplicação de recursos em educação e saúde, a dívida consolidada, o resultado primário nominal e a disponibilidade financeira do município. Os dados apresentados pela Secretaria Municipal de Fazenda na presente Audiência Pública estão disponíveis no anexo denominado “Relatório Prestação de Contas 1º quadrimestre 2019 (0135353), que pode ser acessado via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo nº 19.0.000004071-4, além de terem sido registrados em meio audiovisual no Site da Câmara Municipal de Maringá, no link: <<http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>>. Ao finalizar sua apresentação, o senhor Secretário colocou-se à disposição dos presentes para responder possíveis questionamentos, agradecendo à CFO pela oportunidade de prestar as contas do Poder Executivo Municipal. Agradeceu também a equipe que o auxiliou na preparação do material. O senhor Orlando Chiqueto destacou que compreende o anseio dos vereadores, em especial do Presidente da CFO, Sidnei Telles, em receber o documento contendo a apresentação com a compilação dos dados fiscais com antecedência à Audiência Pública. Entretanto, o Secretário lembrou que a Contabilidade Pública de um município do porte de Maringá é extremamente complexa e que a equipe da Secretaria da Fazenda dispunha de poucos dias úteis para fazer o encerramento das contas do quadrimestre e para preparar a apresentação. Ressaltou que todos os números visualizados na ocasião podem ser estudados, contestados e validados pelos vereadores posteriormente, e que a equipe responsável se coloca à disposição para esclarecimentos necessários na presente ocasião ou em outras convocações que se realizarem. Orlando Chiqueto comentou também que vem fazendo convites a lojas maçônicas, Lyons Clube, Rotary Clube, Associação Comercial, Sindicatos Patronais e Sindicatos Laborais, para que estes tomem conhecimento e dialoguem acerca da prestação de contas do quadrimestre da Prefeitura Municipal, de forma a ampliar o acesso à informação e a possibilidade de realização de análise crítica pela comunidade, evitando a disseminação de informações falsas e “fake news”. O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento agradeceu ao senhor Secretário de Fazenda, elogiando a apresentação e lembrando que o objetivo da Audiência Pública é de ouvir o público, e que todos poderiam fazer questionamentos e comentários. Ao vereador Jean Marques foi dada a oportunidade fala, o qual cumprimentou os presentes e se dirigiu ao Secretário Municipal de Fazenda, informando admirar seu trabalho, apesar de discordar de alguns pontos apresentados por ele e sua equipe. Primeiramente, o vereador disse que a diminuição do gasto com pessoal no primeiro quadrimestre do ano não pode ser considerada uma situação confortável, visto que o índice apresentado de 48,39% da receita

corrente líquida com esta despesa não reflete, neste momento, a realidade financeira de todo o ano. Ele explicou sua preocupação, dizendo que o IPTU e o IPVA, as quais compõem grande parte da receita do município, foram pagos, majoritariamente, em janeiro, com reajuste aplicado na virada do ano. Em contrapartida, a folha de pagamento foi reajustada em 4% este mês, sem simultâneo reajuste na arrecadação dos citados impostos, até o próximo período móvel. Assim, concluiu que é natural que o índice de despesa com pessoal seja baixo no primeiro quadrimestre, não significando que isso irá ser mantido durante todo o exercício fiscal de 2019. Outro ponto, segundo ele, é o fato de a despesa bruta com pessoal ser de R\$ 792.598.754,19, ou seja, 7,496% superior à mesma despesa do primeiro quadrimestre de 2018, que foi de R\$ 737.325.886,67. Considerando a despesa líquida com pessoal neste quadrimestre de R\$ 651.212.047,58 contra 609 milhões no mesmo período do ano passado, o crescimento é de 6,9%. Como o reajuste concedido aos servidores no ano passado foi de 1,81%, o crescimento com essa despesa se manteve na ordem de 5% (que pode ser vegetativo, ou decorrente de horas extras, novas contratações, etc). Segundo ele, o índice de despesa com pessoal somente caiu porque, no período, houve incremento da receita corrente líquida em 10%, resultando em R\$ 1.349.560.000,00. Ao comparar o orçamento aprovado por esta Casa de Leis e a execução orçamentária, Jean Marques disse que, mesmo tendo em mente que não é possível prever todos os dados antes de sua ocorrência, percebe-se que a despesa inicialmente orçada foi de R\$ 1.189.098.465,00 e a despesa atualizada é de R\$ 1.228.237.000,00 (número 3,29% maior). Já a despesa orçada com pessoal foi de R\$ 614.602.000,00, contra R\$ 621.108.000,00 em despesa atualizada (aumento de 1,05%). Quanto à receita orçada inicial, esta foi de R\$ 1.506.928.945,00, e a receita atualizada tem o valor de R\$ 1.437.356.000,00 (apenas 94,99% da previsão). Jean Marques concluiu que a despesa atualizada é 3,29% maior em relação à orçada e a receita atualizada é 5% menor em relação à orçada. O vereador destacou que a maior queda que ele observou ocorreu no número referente às receitas patrimoniais. Quanto ao demonstrativo do resultado financeiro do período, Jean Marques ressaltou o déficit de 5 milhões de reais até abril de 2019, comparando ao superávit de 28 milhões de reais no mesmo período do ano passado. Segundo suas observações, a receita arrecadada corresponde a 87,69% do ano passado; e a despesa, a 93,08%. Ele considerou o fato de que, no ano passado, houve aportes ao Hospital da Criança, o que aumentaria as receitas. Entretanto, ele lembrou que houve repasses para asfalto do Contorno Sul, para diversas vias da cidade e para as obras do aeroporto, etc. Em recursos livres, o Município tem R\$ 10.469.289,35, comparados com R\$ 31.512.553,25 no primeiro quadrimestre do ano passado, e, portanto, terço dos recursos livres que tínhamos no período de janeiro a abril de 2018. Em contraste, segundo o vereador, os recursos vinculados deste quadrimestre estão na ordem de R\$ 21.676.324,00; do mesmo quadrimestre de 2018, R\$ 9.746.497,22 (crescimento de 2,22 vezes). Jean Marques explicou que sua preocupação é a mudança, ainda que indireta, da magnitude de valores de recursos livres para recursos vinculados, que são aqueles provenientes de convênios estaduais ou federais. O causador do déficit citado, de acordo com ele, pode ter sido o gasto maior de recursos livres. Ele esclareceu que entende que, no primeiro quadrimestre, estão empenhadas as despesas correntes até o fim do ano, o que torna natural que se apresente déficit no primeiro quadrimestre. Entretanto, ele destacou que a análise que considera os recursos livres o preocupa. Assim, o vereador disse que gostaria que a equipe da Secretaria de Fazenda explicasse os fatos que levaram ao desajuste nas contas. Por último, com relação à operação de crédito para o prosseguimento com o aquecimento das piscinas, o vereador questionou se houve, de fato, a realização, e se há contrato de taxa de permanência. O senhor Secretário de Fazenda agradeceu o vereador Jean Marques pelos questionamentos, destacando que o papel do Poder Legislativo é de contestar os números e levantar indagações, para que haja esclarecimentos adequados sobre a prestação de contas. Segundo ele, seria dispendida grande quantidade de tempo para responder os questionamentos do vereador. Sendo assim, Orlando Chiqueto solicitou a possibilidade de obter a gravação em áudio e vídeo da presente Audiência Pública, para que a equipe de contadores pudesse elaborar, por escrito, a resposta mais completa possível aos questionamentos do vereador, tornando-a pública, inclusive. O vereador Jean Marques concordou. Entretanto, solicitou que fossem prestados esclarecimentos, rapidamente, sobre a operação de crédito citada e sobre a queda brusca nas receitas de contribuição e nas receitas patrimoniais. Segundo Orlando Chiqueto, o recurso ainda não está disponível, pois a Administração Municipal deseja que o processo seja completamente finalizado anteriormente, para que não seja preciso pagar a taxa de permanência. Sobre a queda nas receitas de contribuição, a senhora Cínthia Amboni explicou brevemente; sobre a queda nas

receitas patrimoniais, o Secretário explicou que apenas podem ser realizadas aplicações no mercado financeiro que estejam estritamente estabelecidas em lei, e que, em decorrência da diminuição das taxas, é natural que haja queda nas receitas deste tipo. Com a palavra, o vereador Chico Caiana cumprimentou todos e fez um pedido à Secretaria Municipal de Fazenda: que os dados fiscais apresentados em Audiência Pública fossem enviados aos vereadores antecipadamente, dado o nível de conhecimento da maioria dos vereadores acerca de Contabilidade Pública, para que estes pudessem participar de forma mais assertiva, com mais questionamentos, de forma fundamentada. Mais uma vez, o senhor Orlando Chiqueto informou ser praticamente impossível atender ao pedido do vereador, dado o exíguo prazo para o fechamento do balanço de uma Prefeitura Municipal deste porte em 30 dias corridos, que significam de 15 a 18 dias úteis. O Secretário lembrou, por exemplo, que existem 226 contas correntes para conciliar, e a arrecadação do município pode levar até 48 horas para identificar pagamentos e reconhecer estas receitas. Ele disse que, somente seria possível antecipar os dados se houvesse a possibilidade legislativa de realizar a Audiência Pública em data posterior. Orlando Chiqueto lembrou que a Prefeitura Municipal de Maringá conta apenas com 10 contadores e uma equipe de 40 pessoas que atua diretamente na área contábil, e que nenhuma Prefeitura, no país, é capaz de finalizar a contabilidade do quadrimestre com antecedência à Audiência Pública de, pelo menos, uma semana. Assim, o Secretário destacou que a dificuldade relatada é técnica e que a Audiência Pública é a primeira apresentação das contas e serve, justamente, para dar conhecimento à comunidade e aos interessados acerca do tema. Por isso, a presente apresentação, segundo ele, não exclui possibilidade de a Secretaria de Fazenda prestar esclarecimentos em convocações posteriores. Finalmente, foi dada a oportunidade de fala ao público presente, momento no qual o Deputado Estadual Homero Marchese pediu a palavra. Ele cumprimentou vereadores e servidores presentes, além de parabenizar o senhor Orlando Chiqueto e sua equipe pela apresentação. O Deputado Estadual iniciou sua fala, comentando sobre a evolução do superávit financeiro, que, no final do primeiro quadrimestre de 2017, era positivo em 110 milhões; no final do primeiro quadrimestre de 2018, positivo em 28 milhões; no final do primeiro quadrimestre de 2019, deficitário em 5 milhões. Sendo assim, ele solicitou que o Secretário explanasse acerca desta oscilação e de seus motivos, dizendo que compreende que, ao final do ano, pode ser que a situação mude. Acerca da oscilação da dívida consolidada (com prazo superior a 1 ano para pagamento), Homero Marchese destacou que, comparando-se com os valores de 2017, o aumento foi de 150 milhões de reais (precatórios da trimestralidade, 60 milhões de reais destinados aos centros esportivos, etc.). Ele também comentou que, por meio da imprensa, foi informado acerca do interesse do Município em contrair empréstimo de 40 milhões de reais para obras em geral (desapropriações e reformas de praças). Orlando Chiqueto, ao responder os questionamentos, disse que o aumento da dívida consolidada é decorrente da trimestralidade, das obras do Terminal Intermodal e de contratos com Caixa Econômica Federal e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Secretário ressaltou que comparar resultados de períodos distintos não é a situação ideal, visto que há grande oscilação de entradas de recursos e transferências de capital para investimento específicos. Com a palavra, o senhor José Luiz Bovo, ex- secretário da Fazenda Municipal e Estadual, cumprimentou todos e ressaltou, primeiramente, que entende a dificuldade do trabalho da pasta, adiantando que faria colocações, a fim de deixar registrada sua preocupação com relação às finanças do município. Ele lembrou que, quando da elaboração da proposta orçamentária, o orçamento não pode ser considerado uma peça de ficção, visto que ele é um instrumento de trabalho, que deve acompanhar o gestor na análise da receita e da despesa. Sobre as receitas, o senhor José Luiz Bovo comentou que 60 a 70 milhões de reais do total estimado não serão recebidos. Acerca do Imposto de Renda retido na fonte, somente foram arrecadados 25% do total estimado; do ITBI, 29%; e do ISS, 32%. Segundo ele, a Administração Pública precisa ser cautelosa no acompanhamento da arrecadação para que, ao final do ano, as contas públicas estejam equilibradas. Nas transferências correntes, ele pontuou que houve queda de arrecadação de 15 milhões de reais. Outro aspecto lembrado por ele é o crescimento de apenas 2,5% de despesas correntes previstas no orçamento, sendo o número correto de 7 a 8 %. Assim, José Luiz Bovo destacou que há preocupação com receitas e despesas, visto que o valor total de receitas não será atingido e o valor total de despesas será maior que o orçado. Quanto às despesas empenhadas, ele considerou o valor significativo: recursos vinculados de mais de 200 milhões de reais e recursos livres de 30 milhões de reais. Lembrou, assim como Jean Marques, que no primeiro quadrimestre as receitas de IPVA e IPTU são importantes. José Luiz Bovo continuou, dizendo que, historicamente, as despesas com recursos livres ficam em torno de 40

milhões de reais mensais, bem como as receitas. Entretanto, ele destacou que as interferências financeiras são de 9 milhões de reais, o que torna mais difícil manter o equilíbrio das contas. Observou também que, no que se refere à dívida consolidada, houve crescimento, mas que a capacidade de recursos próprios para investir é baixa. Da demonstração da dívida fundada, ele disse entender que, quando temos recurso para construir viadutos, esse recurso não pode ser incluído no cálculo para pagar a dívida fundada. Finalizando sua fala, ele ressaltou que estava à disposição para maiores debates e proposições de encaminhamentos relacionados. Retomando a fala, Jean Marques disse que, com relação à sua dúvida quanto ao orçamento e às receitas de contribuição e de patrimônio, esta foi esclarecida pelo comentário da Cíntia Amboni. Revendo seus cálculos, o vereador informou que a receita orçada inicial, comparada com a atualizada, mostra 0,95% de crescimento, e a despesa, 3,29% de crescimento. Ainda assim, segundo ele, a situação continua sendo preocupante. Com a palavra, Orlando Chiqueto agradeceu Jean Marques e o ex-Secretário Estadual pelos comentários, dizendo que o orçamento, dificilmente, acontecerá conforme foi elaborado, além de lembrar as peças orçamentárias são utilizadas todos os dias para a análise da gestão. Ele lembrou que muitas metodologias contábeis são exigências legislativas, e não de livre escolha pela Secretaria. Por esse motivo, a equipe de contadores, por vezes, traz informações adicionais na apresentação para que população possa ter uma visão mais ampla. O senhor Secretário Municipal ressaltou que, no orçamento, se há frustração de receita, haverá contingenciamento de despesa, de forma que jamais haverá despesa sem receita correspondente, visto que esta gestão é tratada com muita seriedade pela Prefeitura Municipal. Assim, há readequações constantes no Orçamento, a fim de manter a capacidade de arrecadação. Segundo ele, pode não haver controle total da receita, mas da despesa, sim. Portanto, há uma busca permanente por aumento da arrecadação (exemplo: fiscalização das garantias estendidas dos grandes magazines, aumentando a receita de ISS), visto que os recursos são limitados e as necessidades são grandes e dinâmicas. O Presidente da CFO, Sidnei Telles, afirmou que a Comissão está aberta para receber contribuições acerca da análise das contas do Município e lembrou que, atualmente, a comunicação é mais ampla e efetiva, assim como a transparência. Finalmente, o vereador agradeceu a equipe da Prefeitura Municipal pela prestação de contas e deu a palavra ao Vice-prefeito, o qual reafirmou os agradecimentos. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2019** foi registrado em meio audiovisual, todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <<http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>>. Nada mais havendo a ser tratado, a Audiência Pública foi encerrada às 17h10min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2019, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal.

SIDNEI TELLES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

FRANCISCO GOMES DOS SANTOS

Membro *ad hoc*



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gomes dos Santos, Vereador**, em 10/06/2019, às 09:16, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 11/06/2019, às 14:51, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0135303** e o código CRC **C8273B26**.

LISTA DE PRESENÇA - AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE de 2019
30 de maio (quinta-feira), 15 horas, Plenário Vereador Ulisses Bruder.

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	CELULAR
1	GLEYSON CARLOS EIDAM	PREFETURA	GERENTE FISCAL. ECONOMICA	99929-7325
2	LUIZ CARLOS HENRIQUE	Prefeitura	ASS. FISCALIZAÇÃO	991346422
3	Rosana de Lima Marinho	P.M.M.	Dirutor Fiscalizacão	99909-1805
4	SANDRA REGINA CORUNHA	P.M.M.	GERENTE INT. FISCAL	9.9934-9171
5	Andréa P.V. Viana	PMM	Gerente de Fiscalizacão	9.9129-2529
6	FRANCISCO FAVOTO	PMM/SEIDE	Secretário	99818-8111
7	MIGUEL FUENTE SACA	PMM SEIDE	DIRETOR	99720 1735
8	Ygor Victor Assis Mariano	PMM/SEIDE	Assessor	99857-4077
9	HERMANO EMORI	P.m.m. SEMUSP	DIRETOR.	99126-2493
10	Luci Maria Sestito Oliveira	PMM/SEMA	DIRETORA	99927-8079
11	Michelle Adriana da Silva Neves	IPPLAM	Gerente	99135-6185
12	Celia Cristina de Lima	SASC	Gerente	99991 8674
13	Eduardo Antonio da Silva	SASC	Coordenador	99912 5738
14	HOMERO MARCULHO	ALUP	DIRETOR ESTADUAL	9305-2680
15	Lucas Santos	ALGP	Assessor Parlamentar	99926-2423
16	Arthur	ALGP	" "	999417080

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	CELULAR
17	Deine Cristina Romer Jora	Imm	Dieta	(44) 99949-4219
18	JOSE LUIZ BORO	PARTICULAR		(44) 99915-8786
19	Douglas Galvão Dilardo	PMM-GESTÃO	diretor	44-999724482
20	VALMIR AUGUSTO FASSINA	PMM/SESP	SECRETÁRIO	49-98404-4402
21	Antonio Roberto dos Anjos Pedilha	GM/SSM	Secretario	(44) 997000440
22	Vitor Berfui	PMM/PROGE	Procurador-Geral	(44) 3221-1248
23	Rein Veto	Jovem Pan	Colunista	(44) 99116-2822
24	João Lucas de Melo e Silva	Particular		(44) 99819-6015
25	Euandro mandadori	Imprensa	Reporta	—
26	Cynthia Soares Amboni	Marinco Previdência	Superintendente	(44) 98845-6142
27	Josi Maria Soares R. Lima	MGA-Previdência	Dir. Adm. Edm	(44) 999001819
28	João Sanchez	CM. Mariucci	Pressão	(44) 999338733
29	marcos p. Bogge	PMM	Quirador	44 98406 9564
30	William Hugo C. Berto	PMM	Contabilidade	—
31	Edson Testi Barandas	PMM	Assessor Adm.	44 98816 8503
32	Vilson Cesar Cruz	PMM	Ass. Administração	44 98888810

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	CELULAR
33	JORGE ALVES	PMM-SEFAZ	COORDENADOR	999118135
34	Isabela dos Reis Anastácio	PMM-SEFAZ	Estagiária	998442479
35	Barbara Carneiro Passarella	PMM-SEFAZ	Estagiária	98857-9988
36	Miguel Fernando	SEMUC - PMM	Secretário	99883-8883
37	VILTON SIMIÃO	CBN	COLÔNIA	
38	Wanderlei Rodrigues Silva - AMR		Superintendente	9.8408.2590
39	Biseli Colombani Gomes	SEDUC	Secretaria	99961-1552
40	Paulo Roberto C. Gonçalves	SEDUC	Dir. ADM	9.98167361
42	Maria Lúcia Furlan	SEDUC	Gerência de Orç	994597626
43	Roberto Ricardo Giroto	SEDUC	GER-ADM-ESC	99812.5159
44	Rosângela Maria J. de Aguiar	SEDUC	GER. Planejamento	994043898
45	Nilda da S. Martins	SEDUC	Assessora Educação Infantil	99958-5067
46	Jana Paula Avanci Pugli Matara	Seduc	Aux. Administrativo	999296297
47	Andréia Aparecida Américo	SEDUC	Gerente de Ensino Fundamental	993434644
48	Maídes Fernandes Baptista	SISMAR	PRESIDENTE	98414-1176
49				



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

1º QUADRIMESTRE

JANEIRO A ABRIL DE 2019

O QUE ESTÁ DISPOSTO NA LEI ?

Até o final dos meses de Maio,
Setembro e Fevereiro de cada
exercício

**A Lei de
Responsabilidade
Fiscal
LRF
Determina:**


A PREFEITURA

Demonstrar  Avaliar


**CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS PREVISTAS
NA LDO**

DO QUE TRATA A AUDIÊNCIA PÚBLICA? APRESENTAÇÃO DOS DADOS FISCAIS SOBRE:

- 
- Receitas Previstas e Arrecadadas
 - Despesas Orçadas e Realizadas
 - Resultado Orçamentário
 - Receita Corrente Líquida
 - Índice de Gastos com Pessoal
 - Índices de Aplicação em Educação e Saúde
 - Dívida Consolidada
 - Resultado Primário e Nominal
 - Disponibilidade Financeira

RECEITAS

Podem ser:



Correntes: São receitas com Impostos, taxas, contribuições, patrimoniais, industriais, serviços e repasses do Governo Federal e Estadual.

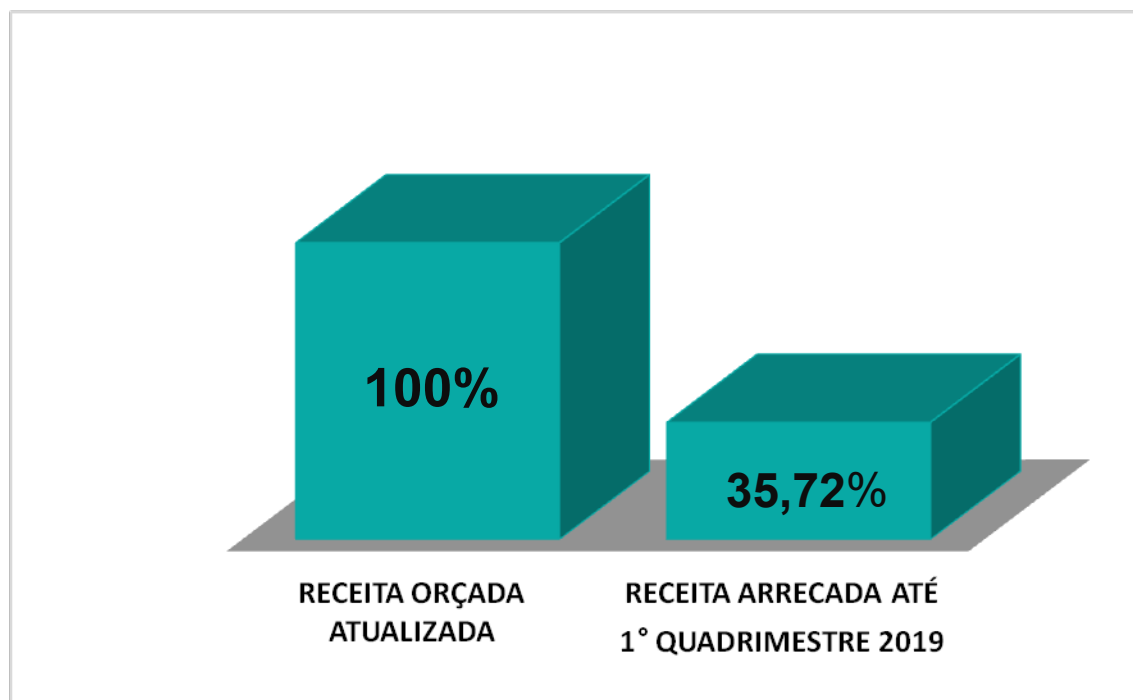


Capital: São entradas de recursos como Operações de Crédito, Alienação de Bens e repasses do Governo Federal e Estadual para serem gastos em Despesas de Capital específicas.

RECEITA ARRECADADA DE JANEIRO A ABRIL DE 2019

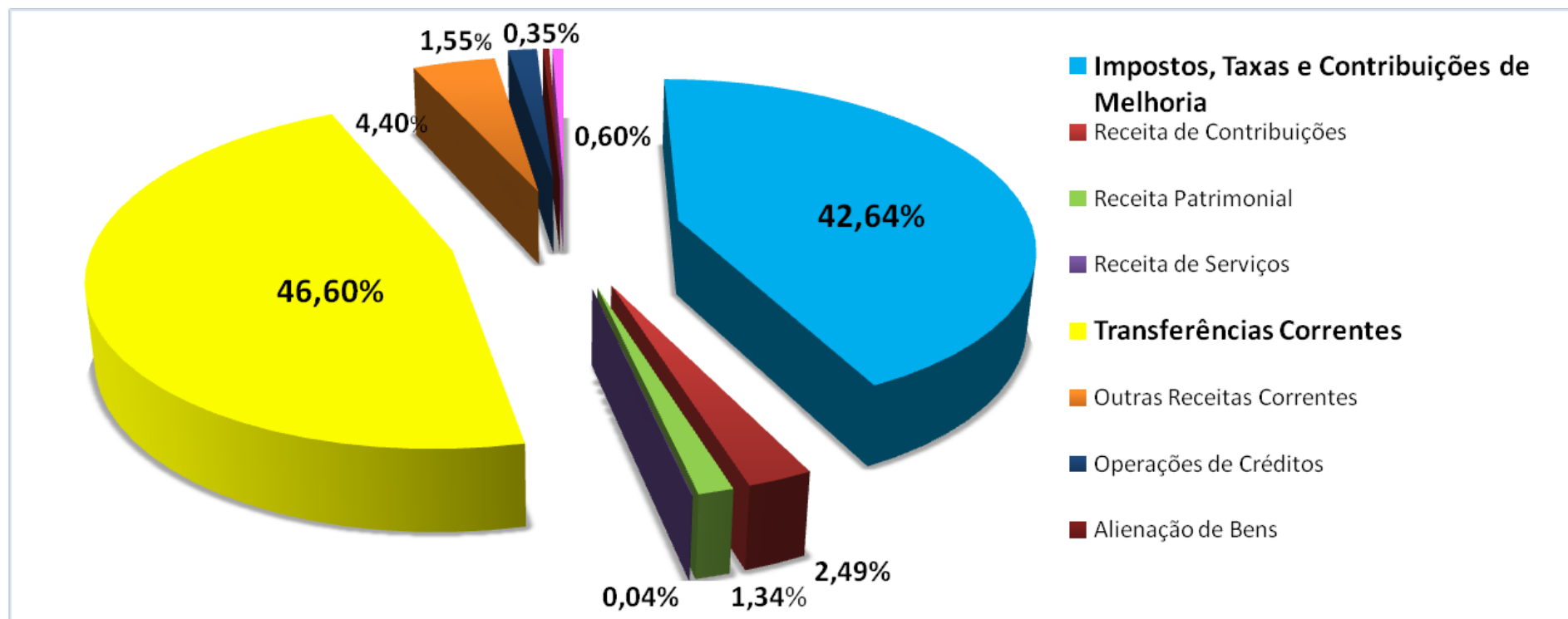
RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA 2019	RECEITA ARRECADADA NO 1º QUAD/2018	RECEITA ARRECADADA NO 1º QUAD/2019	% ARRECADADO SOBRE PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	1.431.356.891,73	530.101.624,02	559.714.225,45	39,10%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	525.324.000,00	224.942.395,91	244.777.403,74	46,60%
Impostos	478.236.500,00	194.946.717,30	216.085.469,55	45,18%
Taxas	40.937.500,00	28.934.222,20	27.588.618,08	67,39%
Contribuição de Melhoria	6.150.000,00	1.061.456,41	1.103.316,11	17,94%
Receita de Contribuições	40.879.500,00	12.642.040,29	14.293.642,34	34,97%
Receita Patrimonial	40.503.000,00	7.769.914,95	7.716.069,01	19,05%
Receita de Serviços	1.826.000,00	537.940,30	220.089,30	12,05%
Transferências Correntes	750.550.391,73	267.670.955,56	267.467.060,43	35,64%
Transferências da União	350.014.889,00	106.239.709,45	102.503.893,38	29,29%
Transferências do Estado	254.483.502,73	112.014.717,85	114.114.336,16	44,84%
Transferências Diversas	146.052.000,00	49.416.528,26	50.848.830,89	34,82%
Outras Receitas Correntes	72.274.000,00	16.538.377,01	25.239.960,63	34,92%
RECEITAS DE CAPITAL	175.436.166,00	124.486.737,31	14.296.935,52	8,15%
Operações de Créditos	38.477.034,00	73.461.047,30	8.869.805,56	23,05%
Alienação de Bens	8.000.000,00	333.214,05	1.990.780,09	24,88%
Transferências de Capital	128.959.132,00	50.692.475,96	3.436.349,87	2,66%
TOTAL DAS RECEITAS	1.606.793.057,73	654.588.361,33	574.011.160,97	35,72%

RECEITA PREVISTA ANUAL X RECEITA ARRECADADA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019



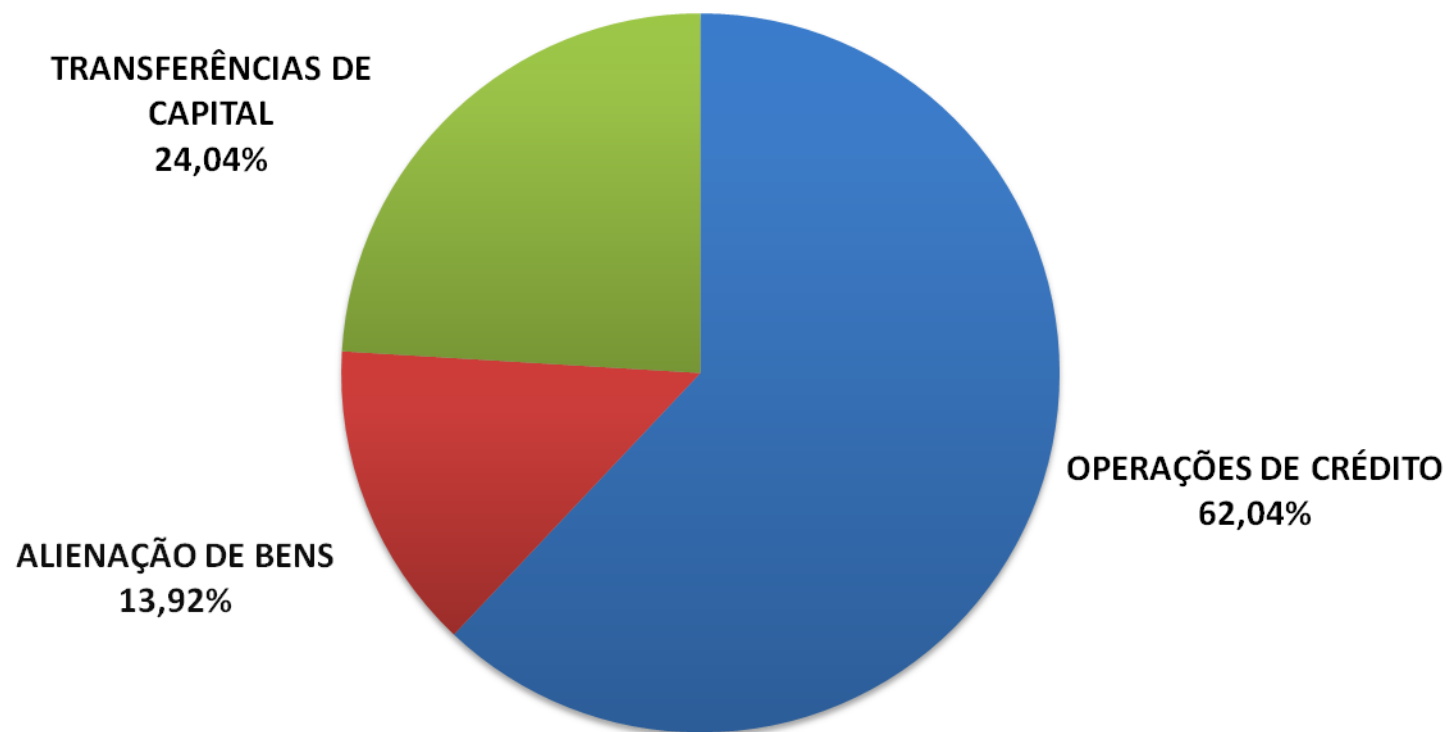
COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2019

574.011.160,97



COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2019

14.296.935,52



COMPARATIVO DA RECEITA

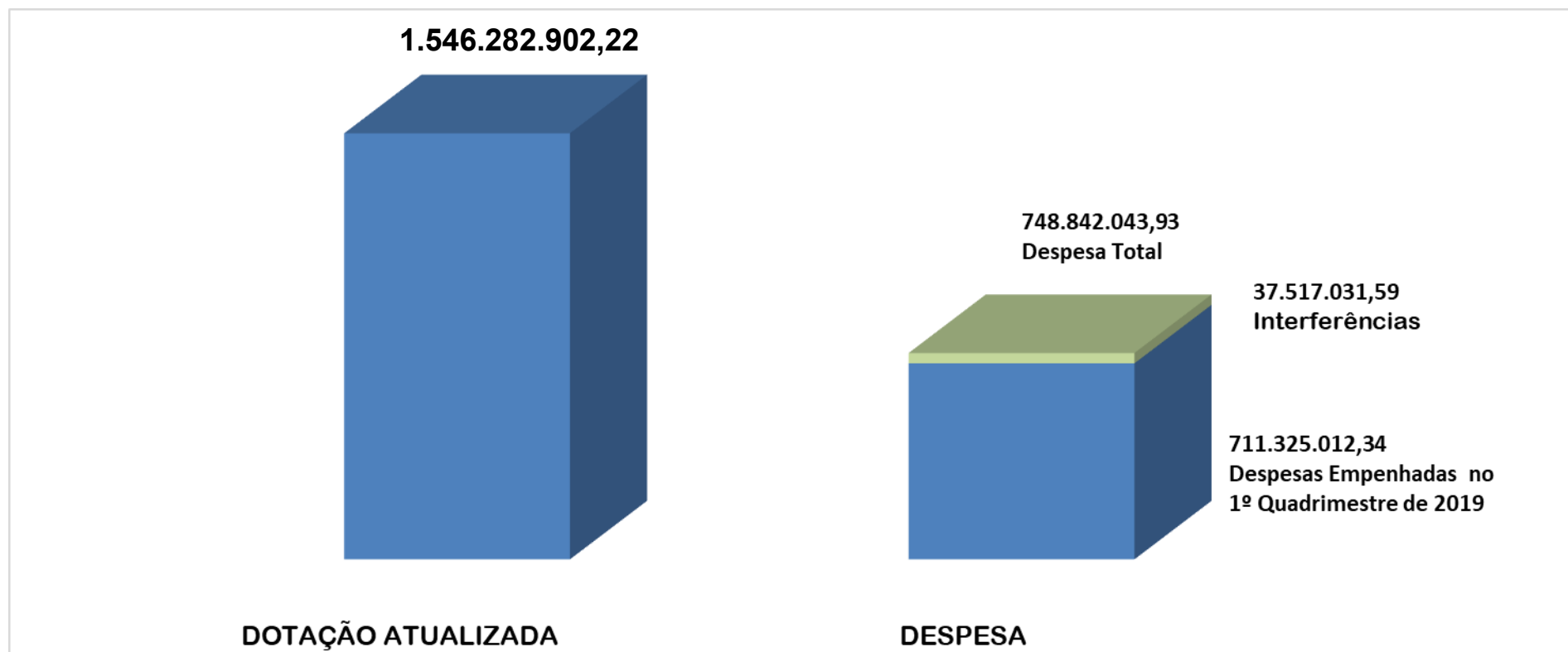
Comparativo Receita Prevista Atualizada X Receita Arrecadada 1º Quadrimestre			
Ano	Previsão Atualizada	Receita Arrecadada	%
2015	1.127.246.600,82	409.773.194,35	36,35%
2016	1.327.024.178,91	473.713.696,17	35,70%
2017	1.393.592.590,52	496.939.054,71	35,66%
2018	1.659.425.105,88	654.588.361,33	39,45%
2019	1.606.793.057,73	574.011.160,97	35,72%

DESPESAS

Podem ser:

- **Correntes:** São Despesas de Custeio da entidade, servem para manutenção de serviços anteriormente criados, são gastos com o pagamento de salários, material de consumo, serviços de terceiro e outros.
- **Capital:** Já as Despesas de Capital são gastos com investimentos, como Obras, aquisição de Imóveis, equipamentos e material permanente.

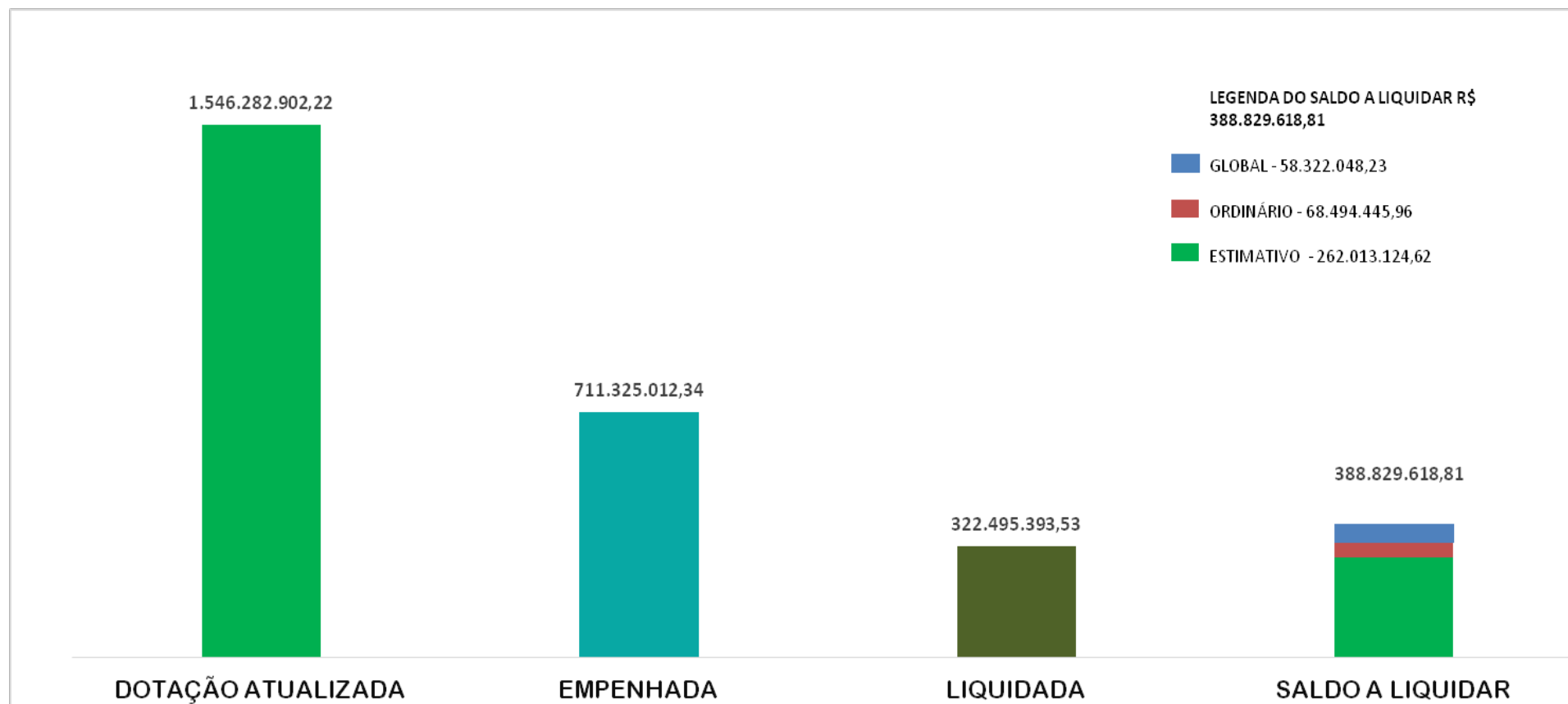
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA JANEIRO A ABRIL/2019



DESPESA EMPENHADA JANEIRO A ABRIL DE 2019

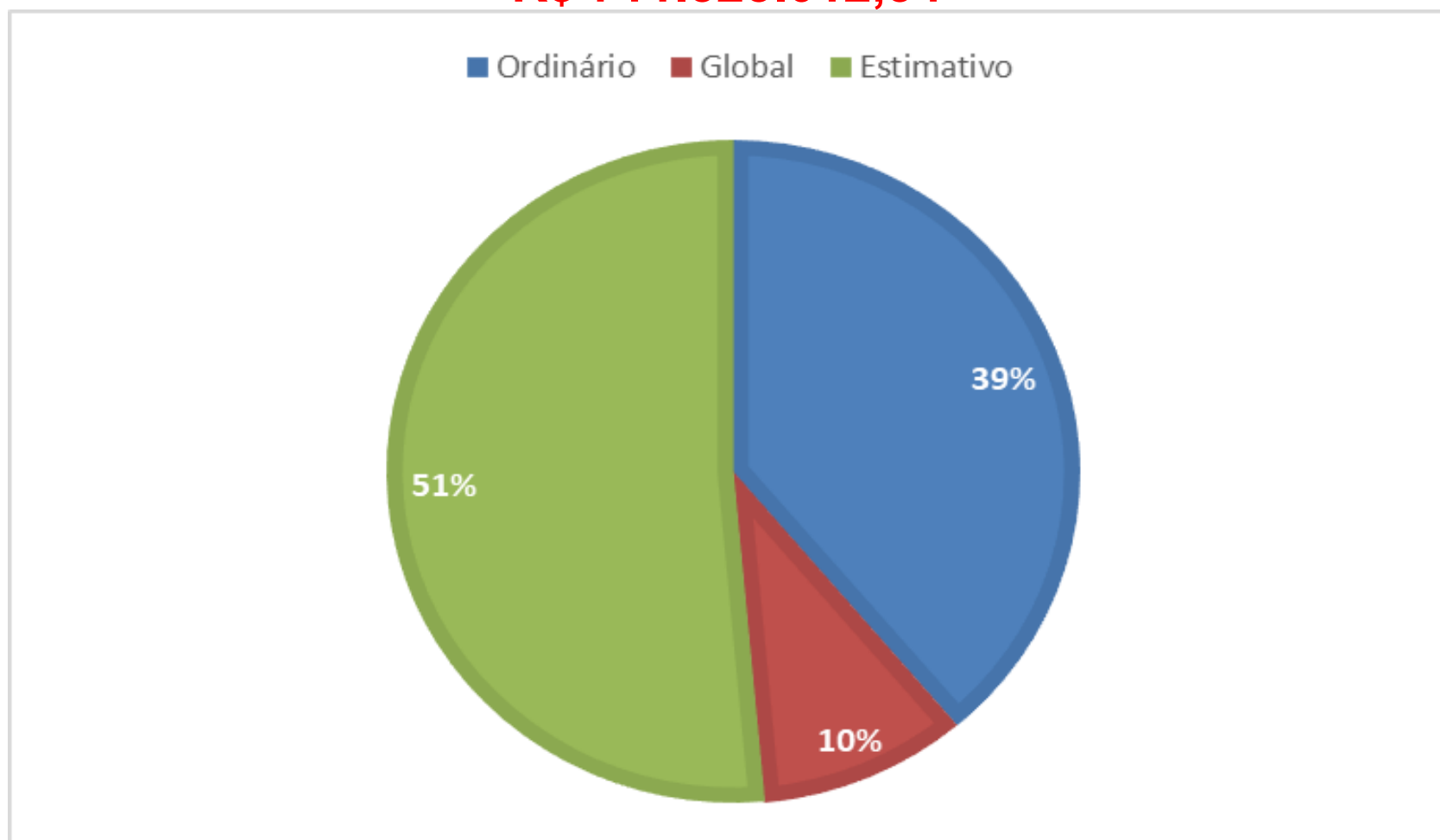
GRUPO NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2019	DESPESAS EMPENHADAS NO 1º QUAD/2018	DESPESAS EMPENHADAS NO 1º QUAD/2019	% EMPENHADAS 1º QUAD/SOBRE A DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	1.189.098.465,00	1.228.237.014,32	561.242.120,93	589.833.055,37	48,02%
Pessoal e Encargos Sociais	614.602.037,00	621.108.321,50	180.300.062,43	178.774.694,79	28,78%
Juros e Encargos da Dívida	5.099.600,00	5.087.600,00	1.347.421,40	2.173.364,16	42,72%
Outras Despesas Correntes	569.369.828,00	602.041.092,82	379.594.637,10	408.884.996,42	67,92%
DESPESAS DE CAPITAL	248.473.183,00	302.900.179,90	193.115.276,76	121.491.956,97	40,11%
Investimentos	221.146.935,00	257.114.597,57	188.748.840,79	101.301.832,35	39,40%
Inversões Financeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	27.325.248,00	45.784.582,33	4.366.435,97	20.190.124,62	44,10%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.145.708,00	15.145.708,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS	1.452.717.356,00	1.546.282.902,22	754.357.397,69	711.325.012,34	46,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	PREVISÃO DE REPASSE		REPASSE CONCEDIDO NO 1º QUAD/ 2018	REPASSE CONCEDIDO ATÉ O 1º QUAD/ 2019	% REPASSADO SOBRE A PREVISÃO
Interferências Financeiras	115.989.642,00		32.282.403,08	35.517.031,59	32,35%

COMPARATIVO DA DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019



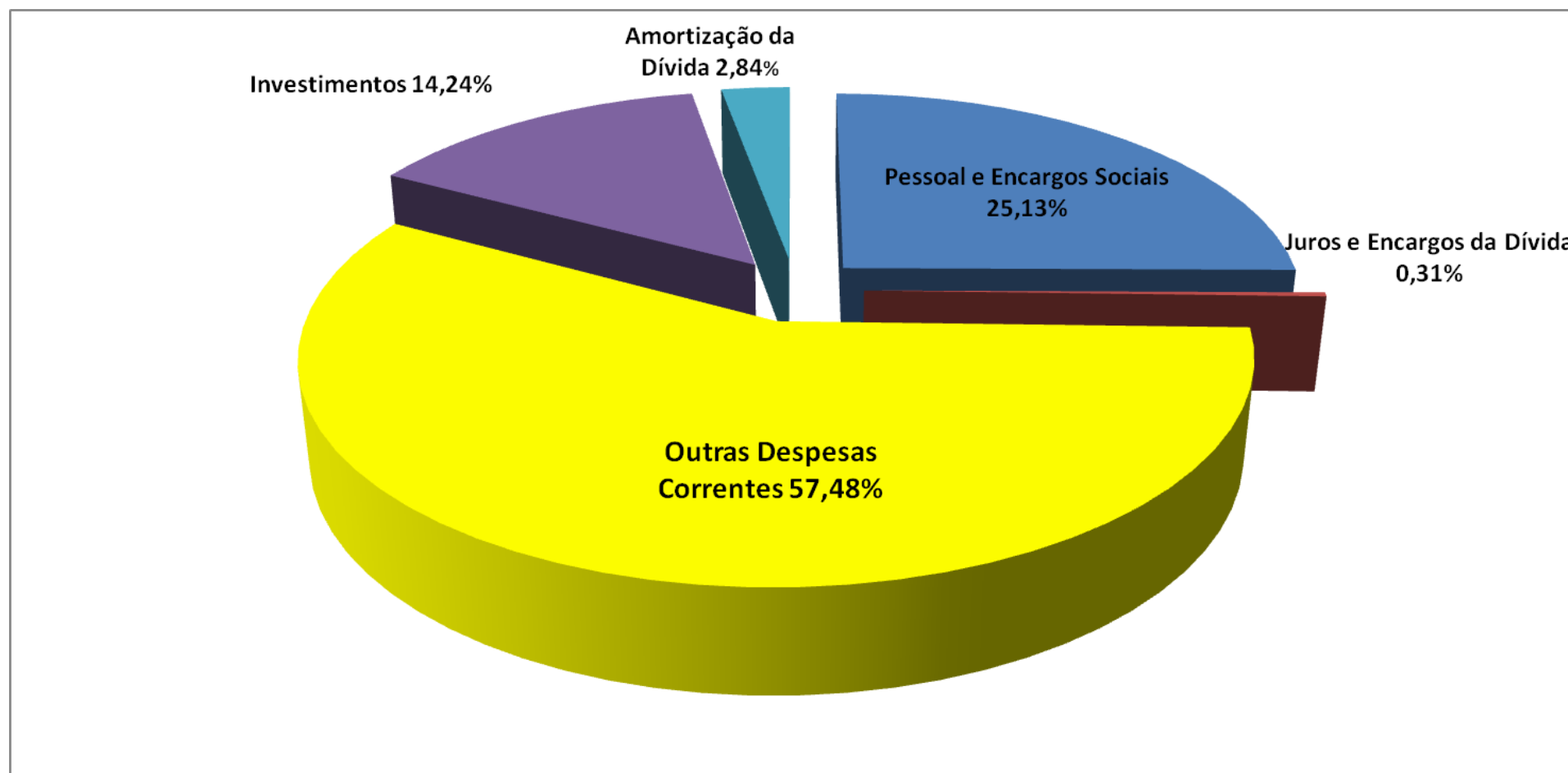
COMPOSIÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PELO TIPO DE DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019

R\$ 711.325.012,34



COMPOSIÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PELA NATUREZA DA DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019

R\$ 711.325.012,34



COMPARATIVO DA DESPESA

Comparativo Dotação Atualizada X Despesa Empenhada 1º Quadrimestre			
Ano	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
2015	1.120.242.059,43	480.412.290,20	42,88%
2016	1.308.678.902,81	471.731.918,68	36,05%
2017	1.358.657.275,48	507.903.759,76	37,38%
2018	1.610.328.155,42	754.357.397,69	46,84%
2019	1.546.282.902,22	711.325.012,34	46,00%

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - EMPENHADO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA EMPENHADA	711.325.012,34
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(137.313.851,37)

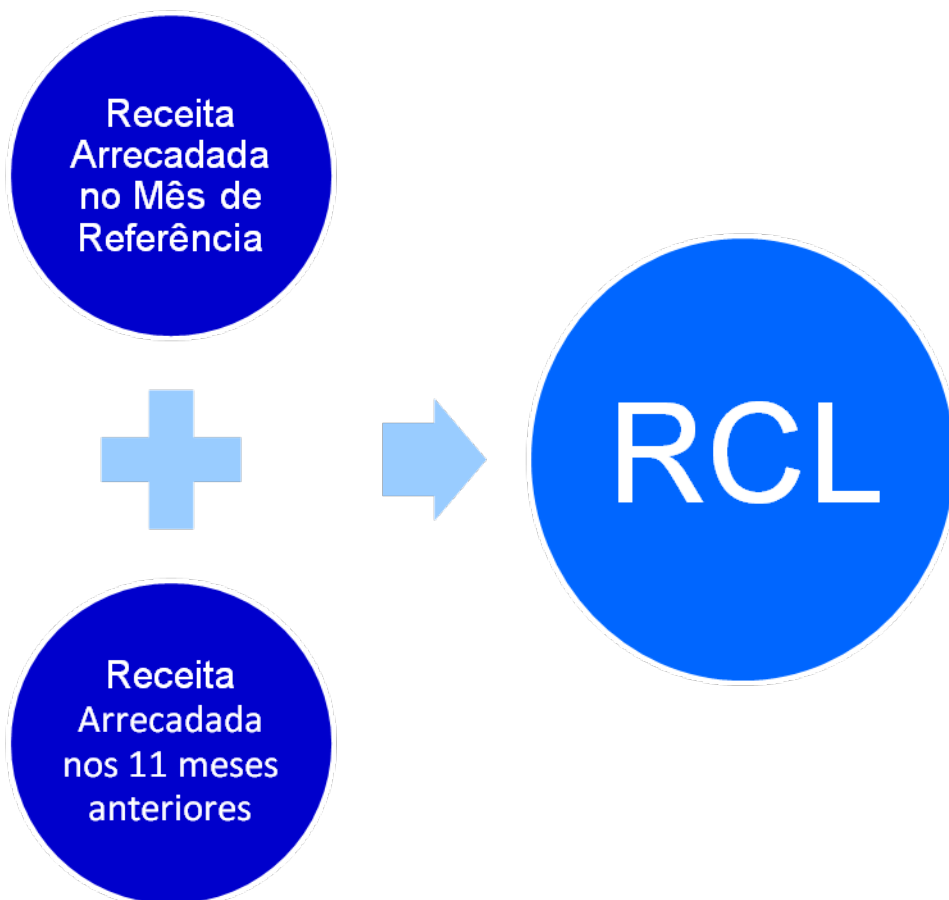
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - LIQUIDADO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA LIQUIDADA	322.495.393,53
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	251.515.767,44

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - PAGO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA PAGA	307.442.292,84
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	266.568.868,13

COMPARATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

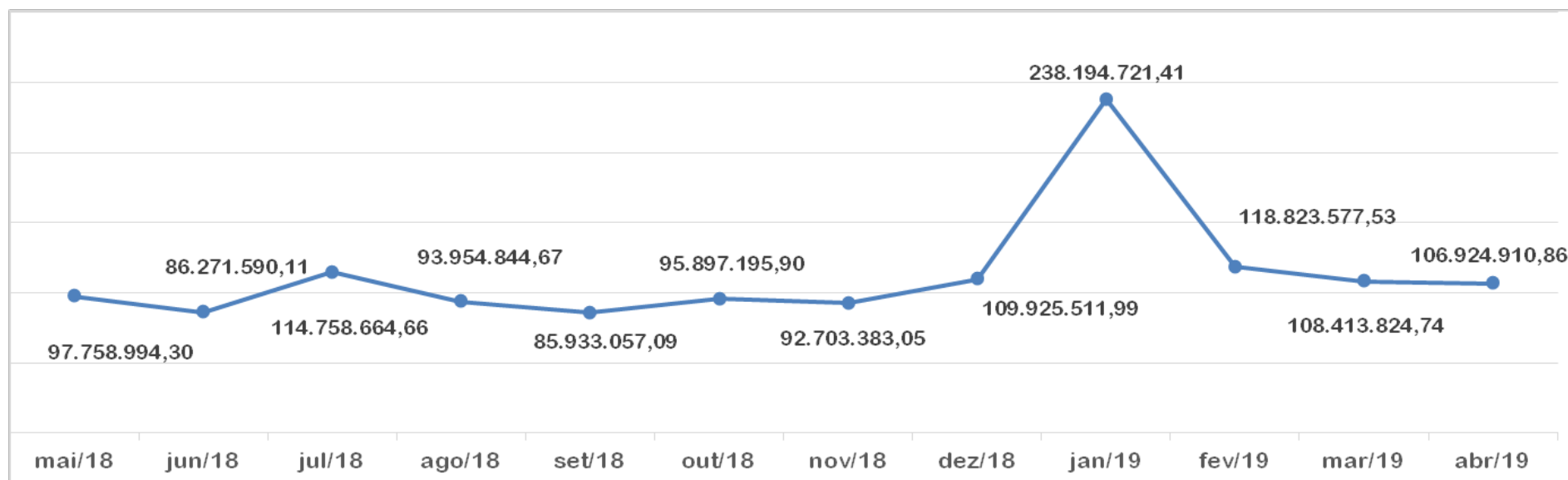
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
ANO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA - LIQUIDADA	DESPESA - PAGA
2015	(70.639.095,85)	183.237.900,27	190.222.862,37
2016	1.981.777,49	228.382.519,24	235.047.473,36
2017	(10.964.705,05)	242.383.467,07	250.827.032,94
2018	(99.783.818,82)	307.846.704,41	317.650.505,35
2019	(137.313.851,37)	251.515.767,44	266.568.868,13

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

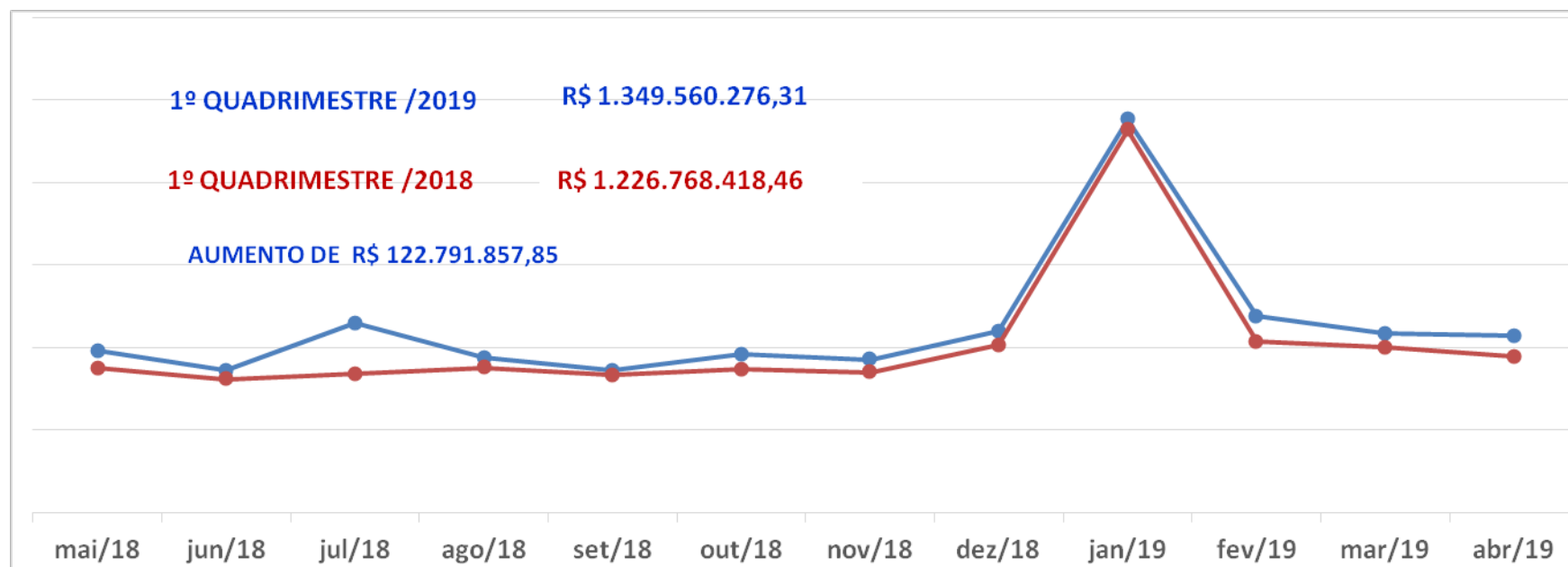


- A RCL é o parâmetro de verificação dos principais limites que deverão ser observados e cumpridos pelo município, como: Despesas com pessoal e Limites da dívida.
- Soma-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A ABRIL DE 2019 (Últimos doze meses) **R\$ 1.349.560.276,31**



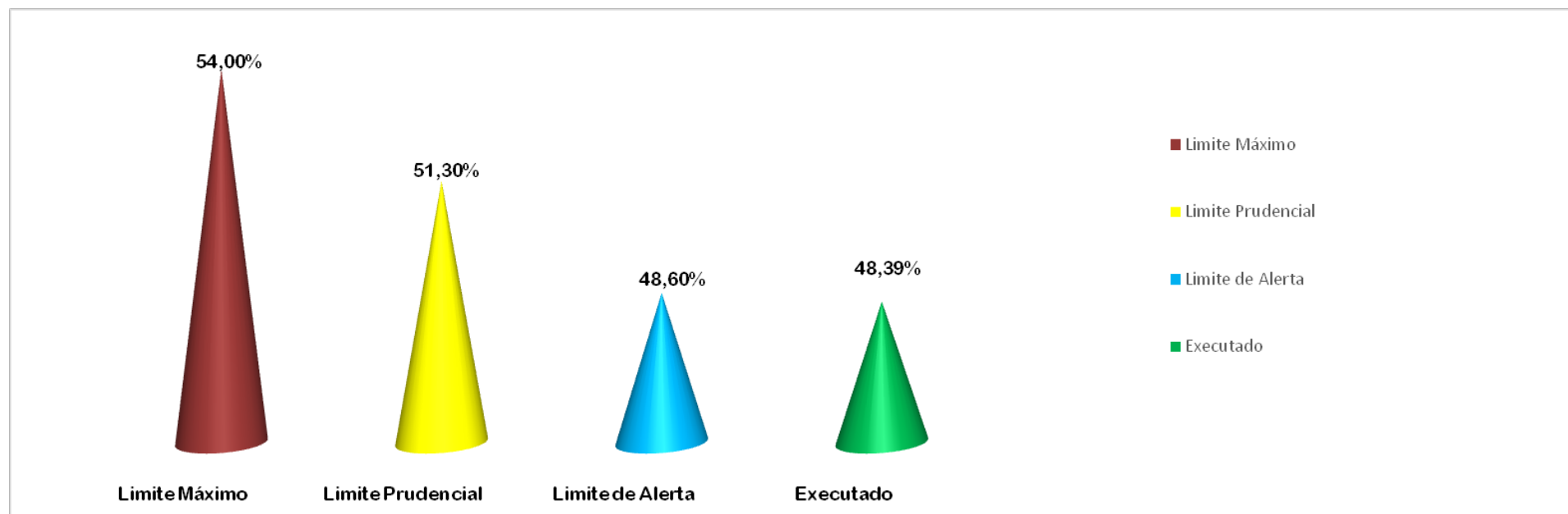
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A ABRIL DE 2019



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	792.598.754,19	2.366.012,26
Pessoal Ativo	652.987.567,36	472.259,90
Pessoal Inativo e Pensionista	121.176.250,85	52.575,17
Outras Despesas Pessoal - Contratos terceirização	18.434.935,98	1.841.177,19
Outras Despesas Pessoal - Contratos terceirização (34)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	141.386.706,61	506.366,80
Indenizações por demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	238.409,12	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial (período anterior a apuração)	1.149.990,05	506.366,80
Despesas de Exercícios Anteriores	7.482,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	120.113.771,95	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	19.877.052,85	0,00
Pensionista	83.819,81	0,00
IRRF	19.793.233,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	0,00	0,00
(III) = (I - II)	651.212.047,58	1.859.645,46
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	1.349.560.276,31	
Transf. Obrigatorias União Emendas Individuais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (RCL) (IV)	1.349.560.276,31	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (V)= (IIa +IIIb)	653.071.693,04	48,39%
LÍMITE MÁXIMO	728.762.549,21	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	692.324.421,75	51,30%
LIMITE DE ALERTA	655.886.294,29	48,60%

PERCENTUAIS DA DESPESA COM PESSOAL 1º QUADRIMESTRE 2019



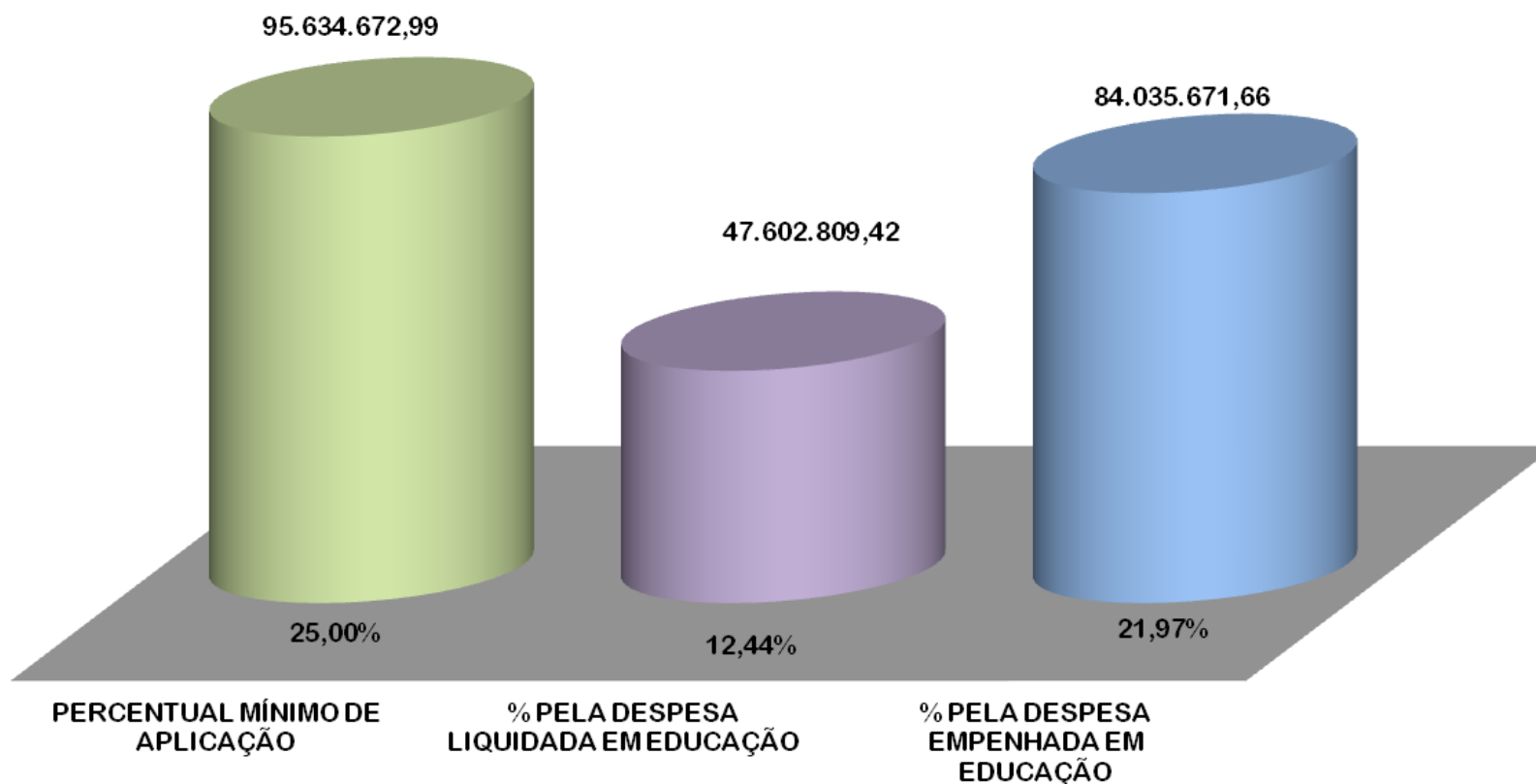
COMPARATIVO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL

Índice de Despesa com Pessoal	
3º QUADRIMESTRE 2017	49,16
1º QUADRIMESTRE 2018	49,81
2º QUADRIMESTRE 2018	49,04
3º QUADRIMESTRE 2018	49,61
1º QUADRIMESTRE 2019	48,39

Mínimo em Educação

Segundo a CF/88 os Municípios devem aplicar **25%** das Receitas Anuais dos Impostos e das Transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO



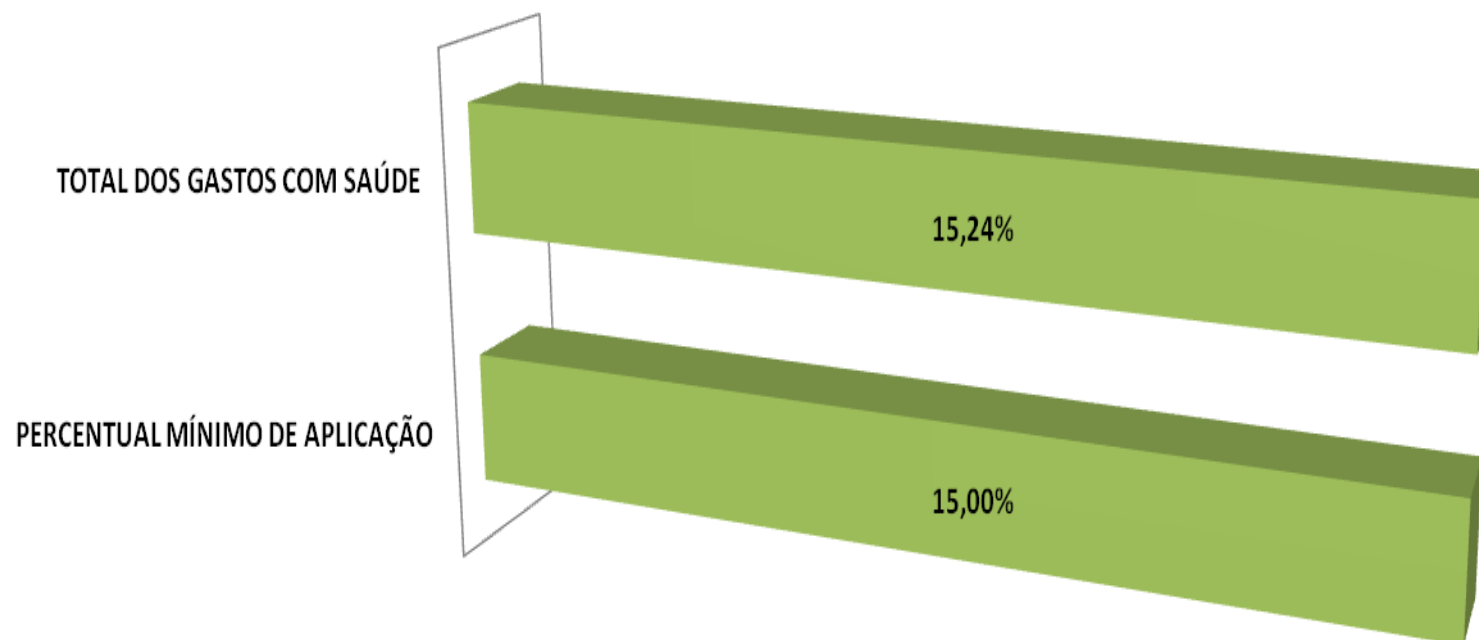
ÍNDICES E DESPESAS DA EDUCAÇÃO

ÍNDICES DE EDUCAÇÃO - 1º QUADRIMESTRE		
ANO	ÍNDICE	DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO
2015	12,81%	32.939.993,82
2016	12,10%	36.719.591,41
2017	9,65%	31.799.118,91
2018	13,18%	46.951.570,45
2019	12,44%	47.602.809,42

Mínimo em Saúde

Segundo a CF/88 os Municípios devem aplicar 15% dos Impostos e Transferências Anuais na Saúde.

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM SAÚDE



ÍNDICES E DESPESAS DA SAÚDE

ÍNDICES DE SAÚDE - 1º QUADRIMESTRE		
ANO	ÍNDICE	DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
2015	12,94%	33.269.558,34
2016	14,07%	42.682.507,86
2017	12,62%	41.579.827,74
2018	17,10%	60.929.929,34
2019	15,24%	58.289.533,56

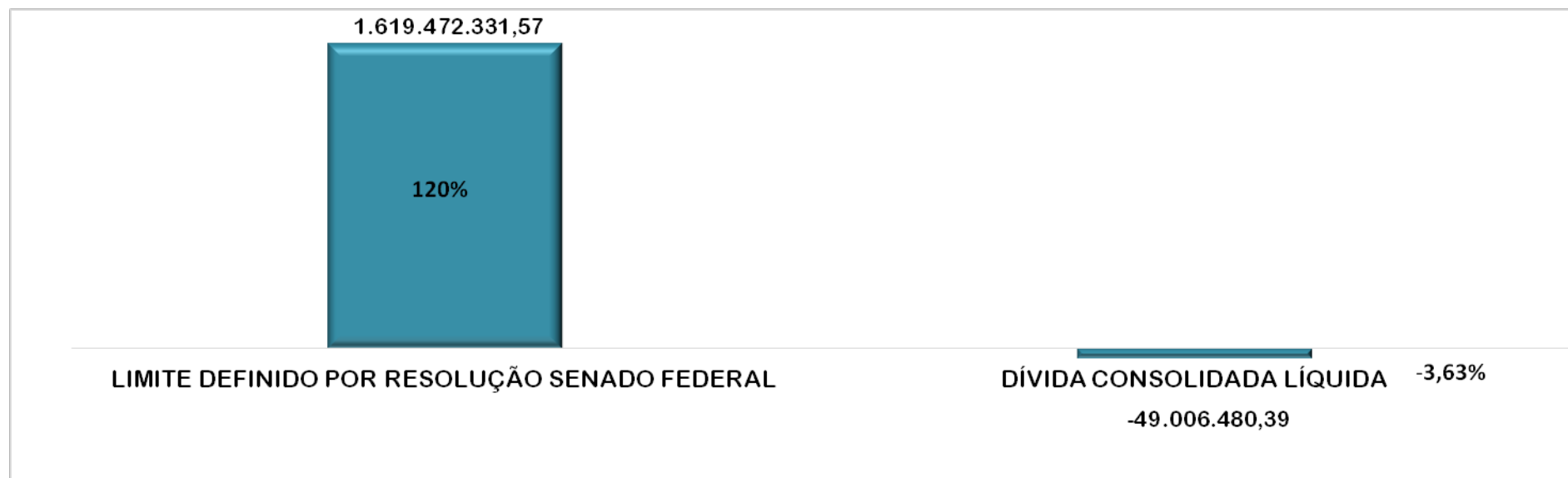
Dívida Consolidada

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada é aquela de longo prazo pois corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
DÍVIDA CONTRATUAL	127.022.603,35	148.065.438,97
Interna	101.053.351,53	115.947.295,72
Externa	25.969.251,82	32.118.143,25
PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA	33.415.612,54	31.456.212,94
Previdenciárias (INSS e RPPS)	9.073.040,68	7.972.997,35
Contribuições Sociais (PASEP)	24.342.571,86	23.483.215,59
PRECATÓRIOS	91.232.758,18	79.715.506,05
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (vencidos e não pagos)	11.517.252,13	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (suspensos)	79.715.506,05	79.715.506,05
OUTRAS DÍVIDAS	131.952.242,89	143.166.122,53
Trimestralidade	71.247.686,96	64.122.917,96
Depósitos Judiciais 70% - Lei Complementar nº. 151/2015	60.704.555,93	79.043.204,57
DEDUÇÕES	436.956.567,17	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa	436.956.567,17	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	447.381.012,09	466.892.893,72
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	(10.424.444,92)	(15.483.132,84)
DÍVIDA CONSOLIDADA	383.623.216,96	402.403.280,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(53.333.350,21)	(49.006.480,39)
% da DC sobre a RCL	31,27%	29,82%
% DA DCL sobre a RCL	-4,35%	-3,63%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.226.768.418,46	1.349.560.276,31
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL (120%)	1.472.122.102,15	1.619.472.331,57
PRECATÓRIOS (Posteriores a 05/05/2000 não vencidos)	8.512.341,31	1.058.664,52

DÍVIDA CONSOLIDADA 1º QUADRIMESTRE 2019



RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ACIMA DA LINHA (FLUXO)

O Resultado Primário Acima da Linha é a diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias Pagas, incluindo os Restos a Pagar Pagos.

O Resultado Nominal Acima da Linha é o Resultado Primário Acima da Linha mais a Variação de Juros e Encargos.

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
Receitas Primárias Correntes	537.749.577,53	568.925.552,37
Receitas Primárias de Capital	51.025.690,01	5.427.129,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	588.775.267,54	574.352.682,33
DESPESAS PRIMÁRIAS	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
Despesas Primárias Correntes Pagas	318.877.061,31	323.191.570,10
Despesas Primárias de Capital Pagas	54.290.556,22	2.883.419,32
Restos a Pagar Pagos	77.146.195,61	105.365.476,92
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL	450.313.813,14	431.440.466,34
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA	138.461.454,40	142.912.215,99
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	(56.698.966,00)	270.056,00
JUROS NOMINAIS		
Juros e Encargos Ativos	18.907.809,74	23.074.508,65
Juros e Encargos Passivos	1.300.560,21	2.069.297,60
Variação de Juros e Enc (Jros Enc Ativos - Jros Enc Passivos)	17.607.249,53	21.005.211,05
RESULTADO NOMINAL ACIMA DA LINHA = RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA + VARIAÇÃO DE JUROS	156.068.703,93	163.917.427,04
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	65.775.207,00	(17.769.349,00)

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA (ESTOQUE)

O Resultado Nominal Abaixo da Linha é a Variação da Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado Primário Abaixo da Linha corresponde ao Resultado Nominal Ajustado menos a Variação de Juros e Encargos.

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA	Em 31/Dez/2018 (a)	Até o 2º Bimestre 2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	405.391.781,43	402.403.280,49
DEDUÇÕES (II)	330.777.564,55	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa	330.777.564,55	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	339.310.649,78	466.892.893,72
(-) Restos a Pagar Proc. (Exceto Precatórios)(III)	8.533.085,23	15.483.132,84
Divida Consolidada Líquida (IV) =(I - II)	74.614.216,88	-49.006.480,39
RESULTADO NOMINAL ABAIXO DA LINHA (V)= (IVa - IVb)		123.620.697,27
AJUSTE METODOLÓGICO		
Variação Saldo RPP (VI)=(IIIa - IIIb)		-6.950.047,61
Outros Ajustes IX		33.346.682,16
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - ABAIXO DA LINHA X = V-VI-VII+ VIII+IX		163.917.427,04
RESULTADO PRIMÁRIO - ABAIXO DA LINHA = Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha - variação de Juros e Enc)		142.912.215,99

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO 1º QUADRIMESTRE DE 2019	
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	159.232.706,90
(+) CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	10.557.981,30
(=) TOTAL DO SURÁVIT DISPONÍVEL	169.790.688,20
(-) DESPESAS EMPENHADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO	(34.153.899,63)
(=) SALDO DO SUPERÁVIT DISPONÍVEL	135.636.788,57
(+) RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
(-) DESPESA EMPENHADA COM RECURSO DO EXERCÍCIO	677.171.112,71
(-) INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	37.517.031,59
RESULTADO FINANCEIRO APURADO ATÉ ABRIL/2019	(5.040.194,76)

RESULTADO FINANCEIRO

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	
TIPO DE RECURSO	VALORES
RECURSOS LIVRES	10.469.289,35
RECURSOS VINCULADOS	(21.676.324,62)
RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.166.840,51
CONSOLIDAÇÃO	(5.040.194,76)

SALDOS BANCÁRIOS EM 30/04/2019

BANCOS	ADM DIRETA	ADM INDIRETA	TOTAL
BANCO DO BRASIL	264.724.770,47	111.553,11	264.836.323,58
CEF	200.326.965,93	1.729.592,71	202.056.558,64
SANTANDER		11,50	11,50
TOTAL	465.051.736,40	1.841.157,32	466.892.893,72

ANÁLISE DE GESTÃO FISCAL

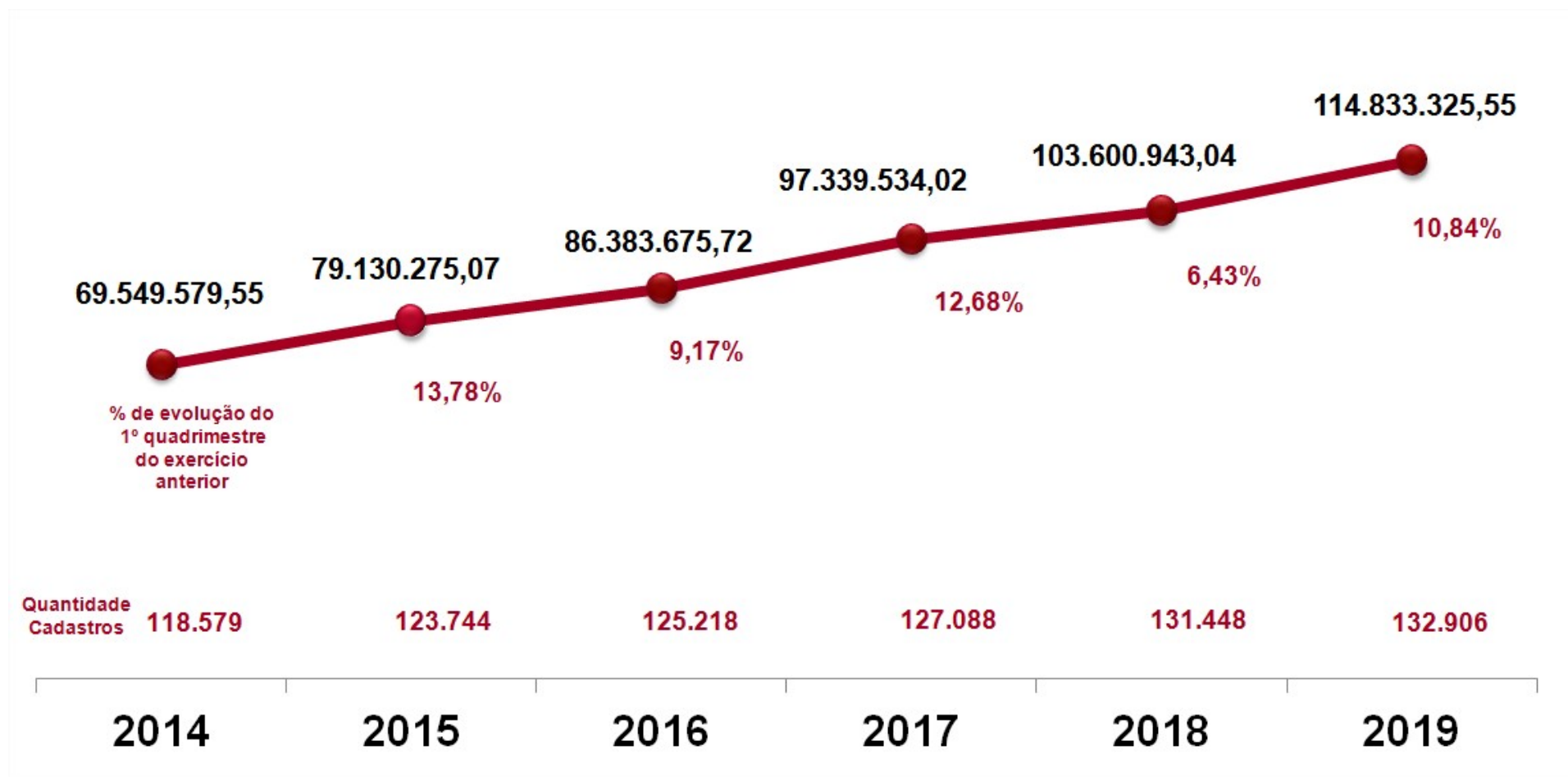


JANEIRO A ABRIL DE 2019

EVOLUÇÃO DO IPTU ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	70.061.742,32	80.768.439,53	15,28	83.051.320,33	2,83	92.413.885,27	11,27
Fevereiro	77.647.394,43	88.348.800,64	13,78	91.670.700,81	3,76	103.744.029,03	13,17
Março	82.381.938,39	92.981.478,26	12,87	97.876.173,02	5,26	109.129.512,65	11,50
Abril	86.383.675,72	97.339.534,02	12,68	103.600.943,04	6,43	114.833.325,55	10,84
Maio	90.126.091,20	101.442.969,37	12,56	108.785.303,00	7,24		
Junho	93.967.378,30	105.675.028,63	12,46	113.408.692,54	7,32		
Julho	97.714.928,96	109.874.139,34	12,44	117.934.444,05	7,34		
Agosto	101.385.296,97	113.949.865,57	12,39	122.665.716,85	7,65		
Setembro	104.871.288,29	118.258.594,16	12,77	126.974.356,32	7,37		
Outubro	108.408.418,21	122.375.813,47	12,88	131.635.714,48	7,57		
Novembro	111.948.973,99	126.460.090,76	12,96	136.187.062,73	7,69		
Dezembro	116.169.712,03	130.902.195,15	12,68	140.755.708,58	7,53		

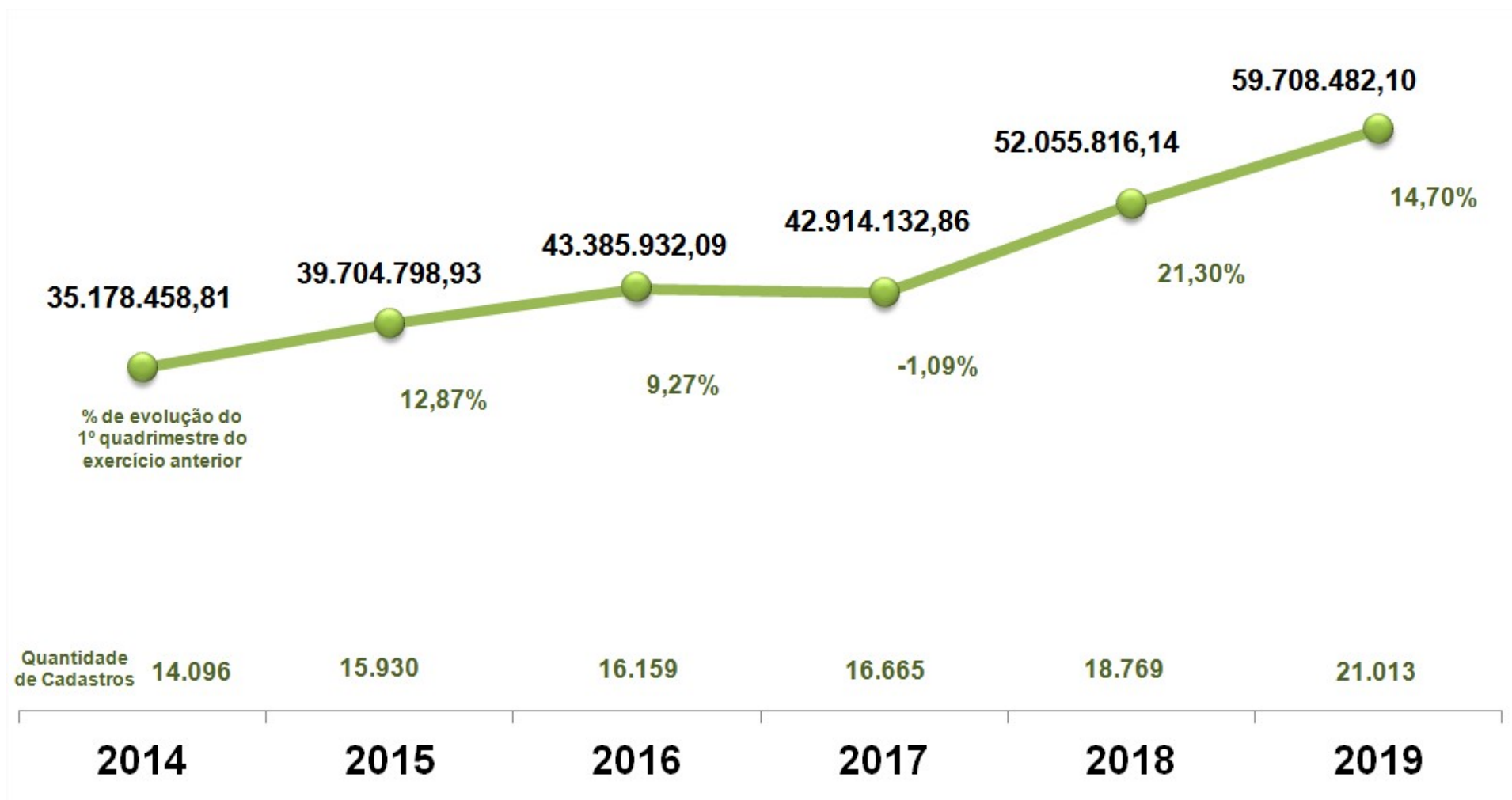
IPTU 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



EVOLUÇÃO DO **ISS** ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, E MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	10.812.869,28	10.833.154,50	0,19	13.983.178,99	29,08	15.198.388,98	8,69
Fevereiro	21.444.510,39	21.180.971,45	-1,23	26.818.801,28	26,62	30.318.630,90	13,05
Março	32.659.691,19	31.778.348,79	-2,70	38.827.460,37	22,18	44.839.182,07	15,48
Abril	43.385.932,09	42.914.132,86	-1,09	52.055.816,14	21,30	59.708.482,10	14,70
Maio	54.560.644,51	54.196.122,35	-0,67	66.485.700,23	22,68		
Junho	65.420.158,57	66.052.855,67	0,97	80.260.225,46	21,51		
Julho	76.360.604,36	78.041.994,75	2,20	93.339.108,11	19,60		
Agosto	87.610.043,73	90.300.006,30	3,07	107.512.478,56	19,06		
Setembro	98.209.973,49	103.224.204,82	5,11	121.643.961,93	17,84		
Outubro	108.918.112,47	115.734.077,82	6,26	135.661.079,86	17,22		
Novembro	119.737.878,41	128.178.660,49	7,05	150.274.779,45	17,24		
Dezembro	130.861.626,19	141.423.265,48	8,07	165.239.482,05	16,84		

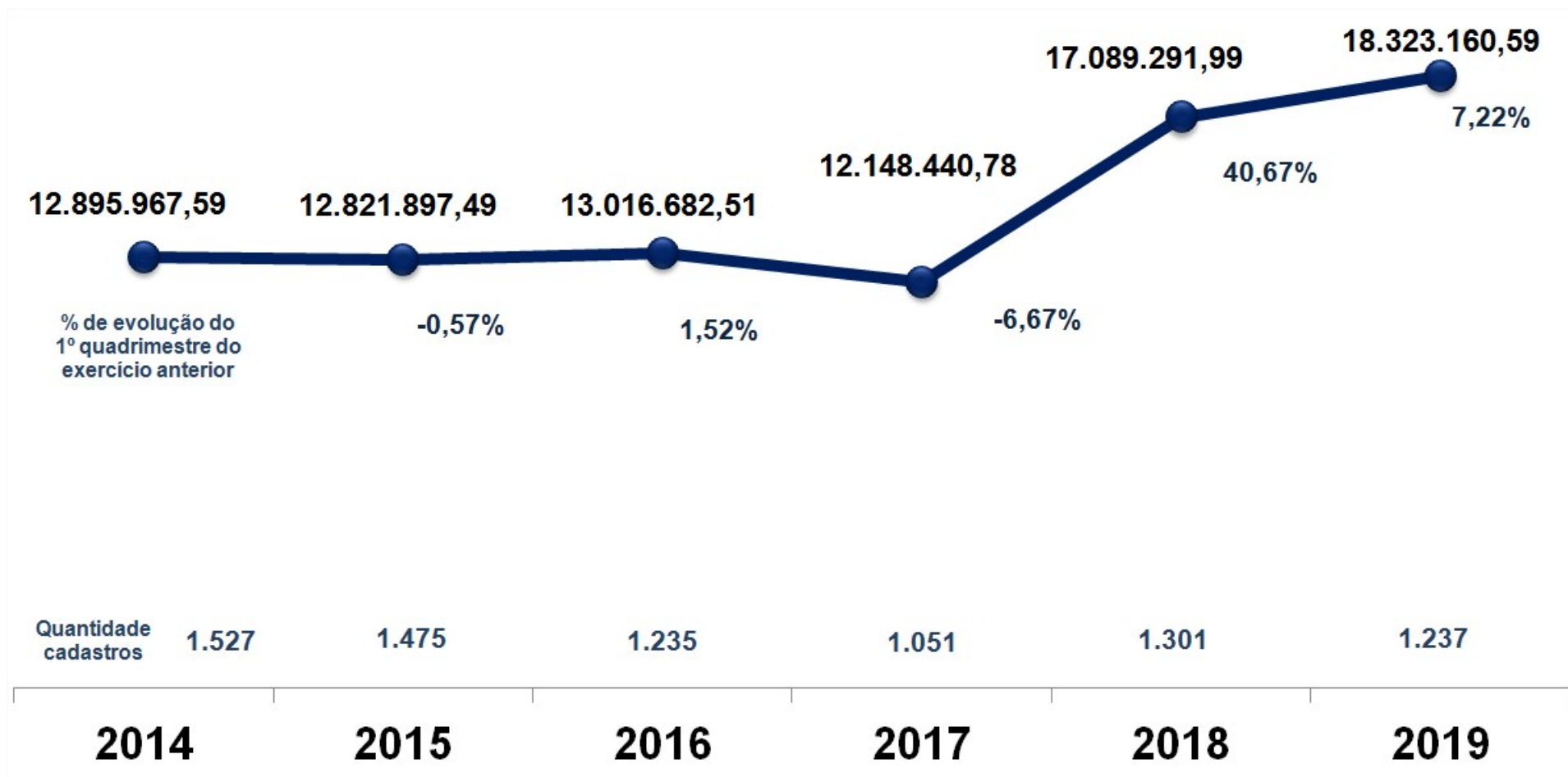
ISS 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



EVOLUÇÃO DO **ITBI** ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	3.750.456,09	3.081.993,19	-17,82	3.458.510,01	12,22	4.728.086,52	36,71
Fevereiro	6.495.776,86	5.912.490,36	-8,98	7.128.321,52	20,56	8.473.003,41	18,86
Março	10.255.454,05	9.148.881,28	-10,79	11.122.123,81	21,57	13.297.901,19	19,56
Abril	13.016.682,51	12.148.440,78	-6,67	17.089.291,99	40,67	18.323.160,59	7,22
Maio	15.968.995,84	16.809.374,55	5,26	21.474.336,55	27,75		
Junho	19.449.033,43	20.571.651,45	5,77	26.357.583,75	28,13		
Julho	22.846.863,15	23.987.235,21	4,99	31.440.129,61	31,07		
Agosto	26.532.536,67	28.692.142,84	8,14	36.247.245,05	26,33		
Setembro	29.807.796,50	32.721.782,27	9,78	40.969.417,82	25,21		
Outubro	33.690.102,29	37.008.075,02	9,85	47.068.455,28	27,18		
Novembro	37.276.280,59	41.124.938,67	10,32	51.754.769,60	25,85		
Dezembro	41.347.372,74	44.461.618,56	7,53	57.509.914,00	29,35		

ITBI 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019

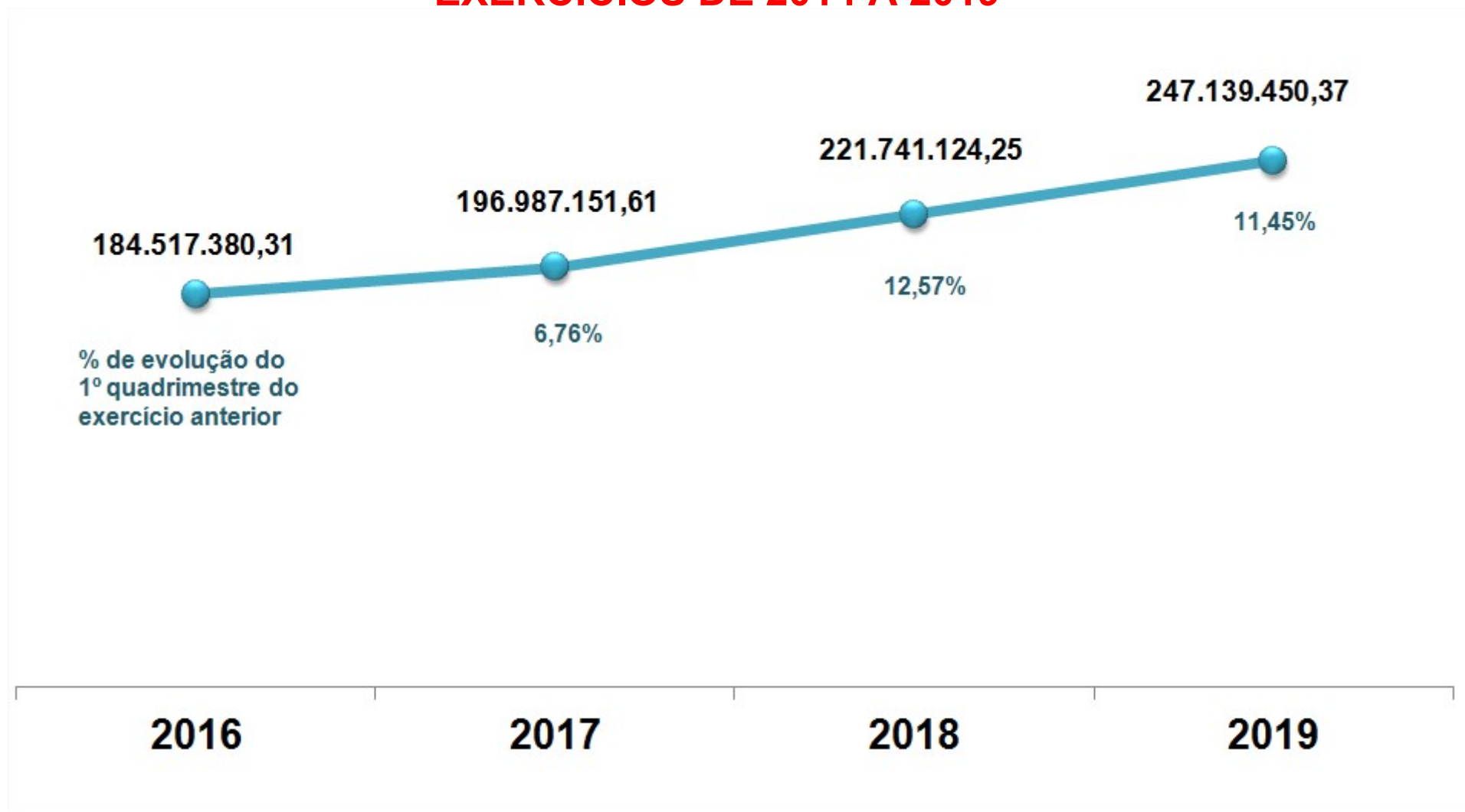


EVOLUÇÃO DA **ARRECADAÇÃO PRÓPRIA** ACUMULADA COMPARADA- INCLUÍDO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA

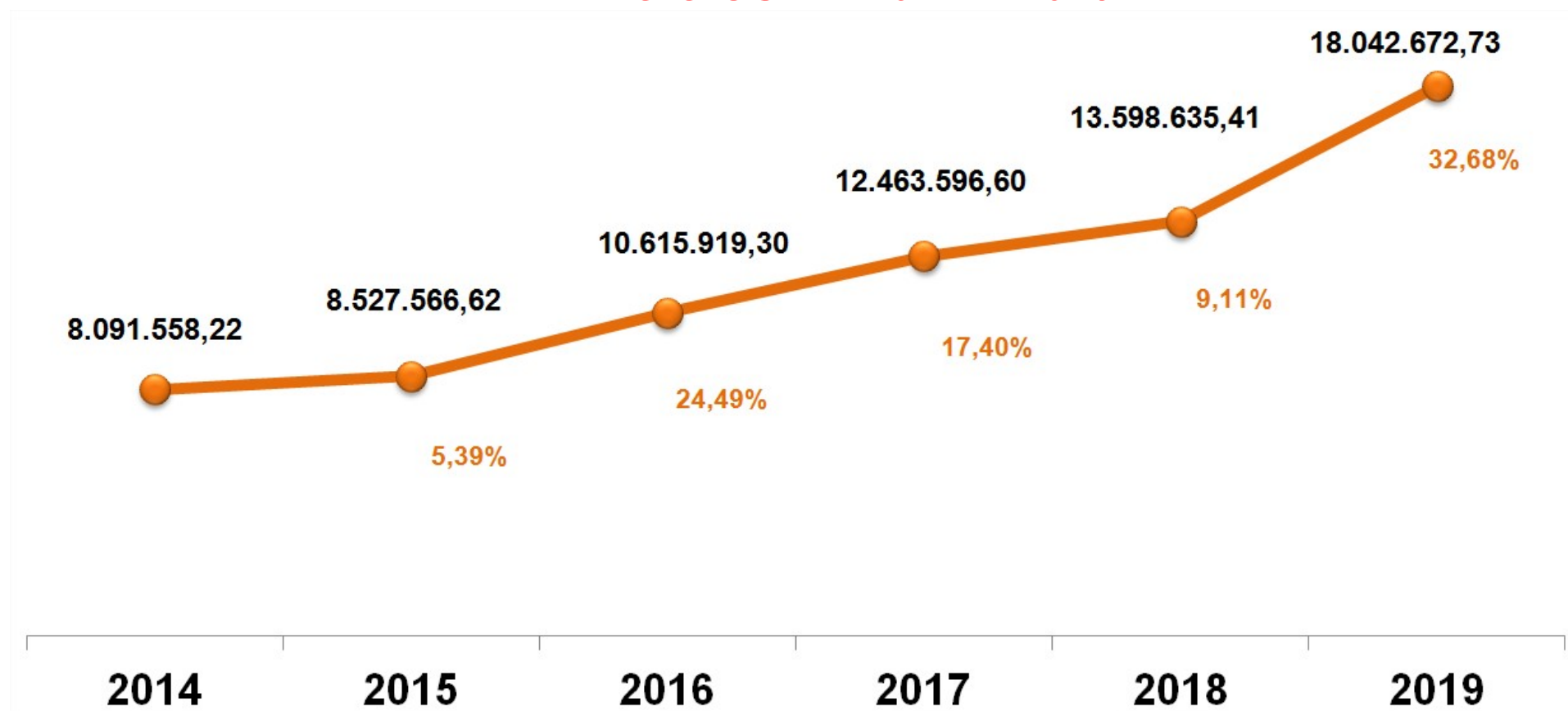
MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	105.354.853,41	115.635.684,18	9,76	126.165.165,48	9,11	137.658.119,63	9,11
Fevereiro	135.027.334,22	144.368.895,70	6,92	160.378.795,18	11,09	179.702.181,23	12,05
Março	161.595.492,55	170.924.614,81	5,77	189.610.527,92	10,93	213.124.747,21	12,40
Abril	184.517.380,31	196.897.151,61	6,71	221.741.124,25	12,62	247.139.450,37	11,45
Maio	207.604.301,43	222.908.603,26	7,37	251.563.401,17	12,85		
Junho	236.354.623,27	247.540.192,95	4,73	280.501.658,80	13,32		
Julho	259.744.830,99	273.238.309,90	5,19	309.633.437,16	13,32		
Agosto	282.422.121,39	300.543.264,01	6,42	340.478.449,77	13,29		
Setembro	304.382.604,55	328.769.717,10	8,01	370.304.321,25	12,63		
Outubro	328.202.746,16	355.573.019,27	8,34	401.098.678,64	12,80		
Novembro	351.835.941,59	382.082.980,26	8,60	431.065.712,46	12,82		
Dezembro	384.360.140,49	413.313.351,01	7,53	463.157.606,45	12,06		

Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação própria por Grupo de Receita – PMM

ARRECAÇÃO PRÓPRIA 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



LOGRADOUROS

TOTAL	3044
--------------	-------------

CADASTROS IMOBILIÁRIOS

PREDIAL	145.226
TERRITORIAL	29.676
TOTAL	174.902

ÁREA TERRITORIAL

URBANA m²	136.764.835,85945
RURAL m²	350.836.282,64307
TOTAL m²	487.601.118,50252

RELAÇÃO DE SERVIDORES SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DIRETORIA TRIBUTÁRIA	57
DIRETORIA DE CONTABILIDADE	35
EXPEDIENTE	8
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO	101
DIRETORIA DE ORÇAMENTO	4
TOTAL	205

DEMONSTRATIVO DAS DEMANDAS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DEMANDAS	EXERCÍCIO DE 2018	1º QUADRIMESTRE DE 2019
Ouvidoria 156	11.928	5.364
- Atendidas	11.456	5.025
- % de Atendimento	96,04%	93,68%
Processos	13.679	3.803
- Assuntos Gerais	13.467	3.724
- Ministério Público	71	35
- Câmara Municipal	121	38
- Portal da Transparência	20	6
Laudos e Alvará on line	12.779	4.793
- Laudos	8.961	3.413
- Alvará on line	3.818	1.380
Eventos Licenciados	184	376

DEMONSTRATIVO DAS DEMANDAS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DEMANDAS	EXERCÍCIO DE 2018	1º QUADRIMESTRE DE 2019
Ordens de Serviços Emitidas	42.716	16.464
Notificações / Autos de Infração Emitidos	13.073	4.608
- Atendidas	7.157	1.881
- % de Atendimento	54,75%	40,73%
Laudos e Alvará on line	12.779	4.793
- Laudos	8.961	3.413
- Alvará on line	3.818	1.380
ISS Proc. Analisados	1.245	872
Homologações	1.159	955
Quant. de Lançamentos	354	291

EMISSION DE GUIAS ITBI E RECIBOS

01.01 A 30.04.2019

Guias ITBI	3.585
Recibos	294
TOTAL	3.979

NOTIFICAÇÕES GEO

Acima 400 m²	898
Acima 300 m²	510
Acima 200 m²	1.671
Acima 100 m²	6.529
Até 100 m²	18.661
TOTAL	28.269

PROCESSOS IPTU RESPONDIDOS

01.01 A 30.04.2019

Isenção IPTU	446
Revisão IPTU	692
TOTAL	1.138

EMPRESAS ABERTAS

01.01 A 30.04.2019

Pessoa Jurídica (Normal)	868
Pessoa Física (MEI)	1.143
TOTAL	2.011

EMPRESAS E PRESTADORES DE SERVIÇOS CADASTRADOS ATÉ 30.04.2019

Comércio	12.651
Serviços	33.784
Indústria	1.469
Associações	751
Transportes / Comunicação	1.752
Autônomos	20.049
TOTAL	70.456

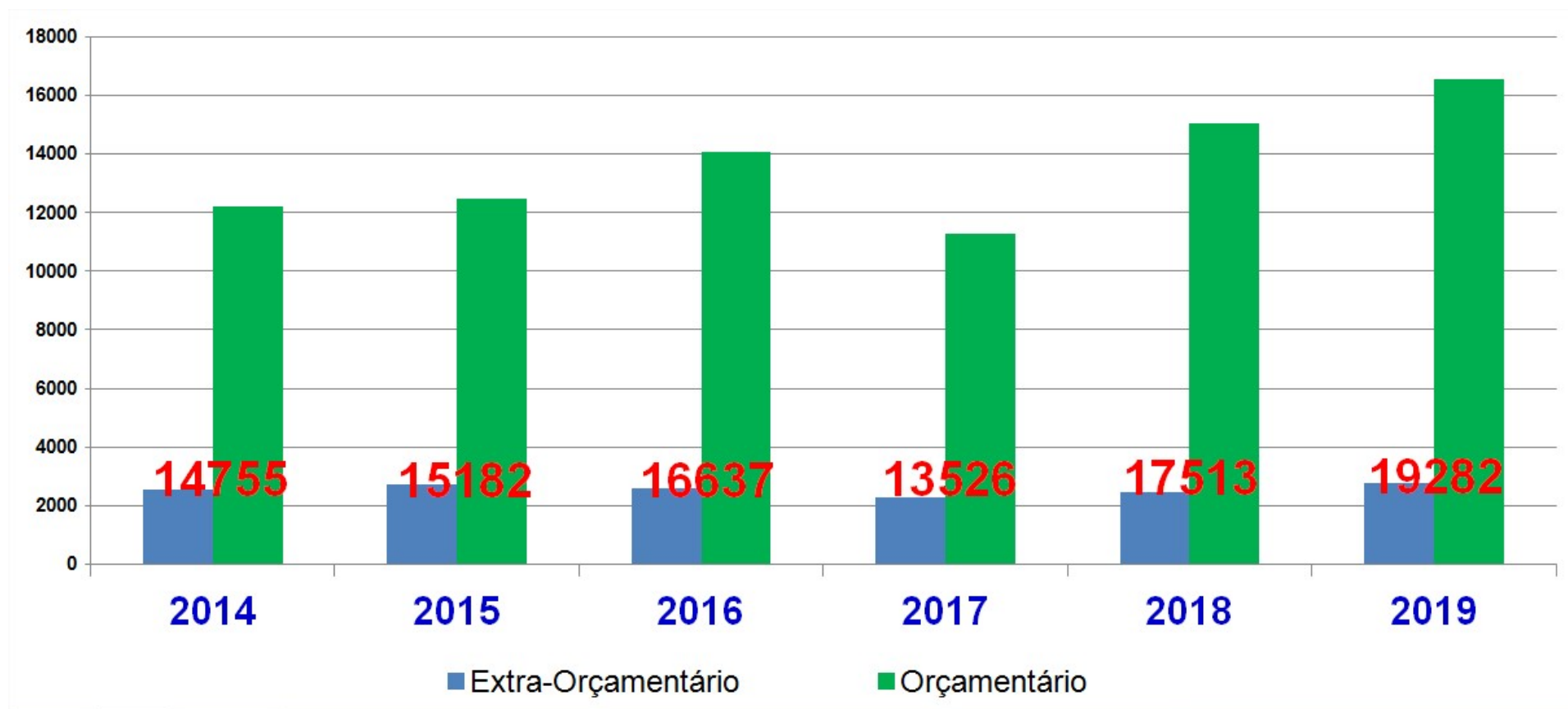
CONTAS BANCÁRIAS ATIVAS

BANCO DO BRASIL	130
CAIXA ECONÔMICA	95
SANTANDER (Folha)	1
TOTAL	226

POSTAGENS NOS CORREIOS 01.01 A 30.04.2019

SEFAZ – Pareceres / Ofícios	3.705
SEFAZ – Dívida Ativa	56.371
SEFAZ – Tributos Imobiliários	87.694
SEGE	21
CTI	3
SEMOP	34
SEMUC	29
SEPLAN	29
SEMULHER	6
SEMA	116
SEPAT	49
GAPRE	45
PROGE	297
SERH	207
SEDUC	3
FUNREBOM	17
SEMUSP	51
SEIDE	105
SASC	1.074
TOTAL	149.860

QUANTIDADE DE PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS E ORÇAMENTÁRIOS 1º QUADRIMESTRE 2014 A 2019



REGULARIDADE FISCAL

CERTIDÕES		ÓRGÃO	VENCIMENTO
1	Certidão Narrativa de Inexistência de Inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS	SEFAZ – PR	05/06/2019
2	Certidão Negativa para Transferências Voluntárias	SEFAZ – PR	14/06/2019
3	Certificado de Regularidade do FGTS	CEF	20/06/2019
4	Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa	TJ / PR	01/07/2019
5	Certidão Liberatória	TCE – PR	22/07/2019
6	Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	RFB / Previdência	06/08/2019
7	Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual	SEFAZ – PR	03/09/2019
8	Certidão de Regularidade Previdenciária	Previdência	14/09/2019
9	Certidão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Precatórios)	TJ / PR	31/12/2019
10	Certidão Regional do Trabalho da 9ª Região	TRT 9ª Região	31/12/2019



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

1

Certidão Narrativa
de Inexistência de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
Nº 019860972-56

Certifico, para fins de comprovação perante terceiros, que o CNPJ 76.282.656/0001-06, não consta do Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria da Fazenda do Paraná, não possuindo, portanto, número de inscrição estadual, de acordo com pesquisa realizada na base de dados do mencionado cadastro.

Esta certidão não isenta a empresa de inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Paraná, para os casos previstos na legislação.

Válida até 05/06/2019 - Fornecimento Gratuito



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

2

Certidão Negativa para Transferências Voluntárias
Nº 00047684

Dados do Município: Prefeitura Municipal de Maringá
Endereço: XV de novembro, 701
Município: Maringá - CNPJ nº: 76.282.656/0001-06
Estado: PR

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o Poder Executivo Estadual certifica:

- Que o Município supra homologou junto à STN, via Portal SICONFI, a prestação de contas referente ao exercício de 2018, conforme art. 51, parágrafo 1º, inciso I.
- Que em nome do Município supra não consta a existência de débitos junto ao Estado, conforme determina o art. 25, parágrafo 1º, inciso IV, alínea A.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet no endereço: <http://www.fazenda.pr.gov.br>

Esta Certidão tem validade até 14 de junho de 2019


Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado
Certidão Nº 00047684
Emitida Eletronicamente via Internet
15/04/2019
Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76282656/0001-06
Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Nome Fantasia: MARINGÁ GABINETE DO PREFEITO
Endereço: AV QUINZE DE NOVEMBRO 701 PREF MUNICIPAL / CENTRO / MARINGÁ / PR / 87013-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/05/2019 a 20/06/2019
Certificação Número: 2019052202134982128465

Informação obtida em 22/05/2019, às 08:24:33.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

4

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: MUNICIPIO DE MARINGÁ
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 76.282.656/0001-06
Certidão nº: 165539609/2019
Expedição: 03/01/2019, às 08:37:12
Validade: 01/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

3

Certifica-se que MUNICIPIO DE MARINGÁ (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.282.656/0001-06, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:
0001217-75.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região **
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 1.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

23/05/2019 ... Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR ...



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

5

Certidão Liberatória

MUNICIPIO DE MARINGÁ
CNPJ Nº: 76.282.656/0001-06

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUENTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O MUNICIPIO DE MARINGÁ ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 22/07/2019, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.


Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Código de controle 5264.PVU.2253
Emitida em 23/05/2019 às 15:02:55
Dados transmitidos de forma segura.

Audiência Pública

1º Quadrimestre do Exercício de 2019

www.maringa.pr.gov.br @prefeiturademaringa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MUNICÍPIO DE MARINGÁ
CNPJ: 76.282.656/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta e ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:52:55 do dia 07/02/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 06/08/2019. Código de controle da certidão: 090D.8DA8.C5A0.CF9B Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 019860853-85

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 76.282.656/0001-06
Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

N.º 987691 - 173665

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 76.282.656/0001-06
NOME: Maringá
UF: PR

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO À LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTES CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVENIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br. POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA.

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO.

EMITIDO EM 18/03/2019

VÁLIDO ATÉ 14/09/2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R. Prof. Rosaldo Gomes M. Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO
CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

CERTIDÃO

CERTIFICA que, revendo os registros existentes na Central de Precatórios, constatou que o **MUNICÍPIO DE MARINGÁ** está inserido no Regime Geral Liquidação de Débitos Judiciais, de acordo com o art. 100 da Constituição Federal.

CERTIFICA que **não foram constatadas pendências** alusivas aos pagamentos dos precatórios requisitados até o ano orçamentário de 2018, inclusive.

CERTIFICA, ainda, que a existência de pendências alusivas aos precatórios oriundos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Tribunal Regional Federal da 4ª Região deverá ser verificada junto aos respectivos órgãos.

CERTIFICA, finalmente, que as informações aqui prestadas são válidas até **31 de dezembro de 2019**.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública
Avenida Vicente Machado, 147, Centro
Curitiba - Paraná - CEP 80420-010
Fones (41) 3310-7304 e 3310-7305
E-mail: precatórios@tr9.jus.br

CER CoCEF nº 10/2019
EGM nº 162
Município de Maringá

CERTIDÃO

CERTIFICO que o município de Maringá, submetido ao regime geral de pagamento de precatórios, na forma do art. 100 da Constituição Federal, não tem débitos vencidos perante este Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme relatório de fl. 254.

Em 8/1/2019.

Aldair Clara Dalla Vecchia
Analista Judiciária

Ante as informações supra, certifica-se a **REGULARIDADE** no pagamento de precatórios pelo **MUNICÍPIO DE MARINGÁ** (CNPJ nº 76.282.656/0001-06).

Tendo em vista que referido município se enquadra no regime geral de pagamentos, as informações aqui prestadas, no que concerne a este Tribunal, têm validade até 31/12/2020.

Alternativas para cumprimento da LRF diante da crise orçamentária

João Marcos Scaramelli | 24 de Maio 2019 |

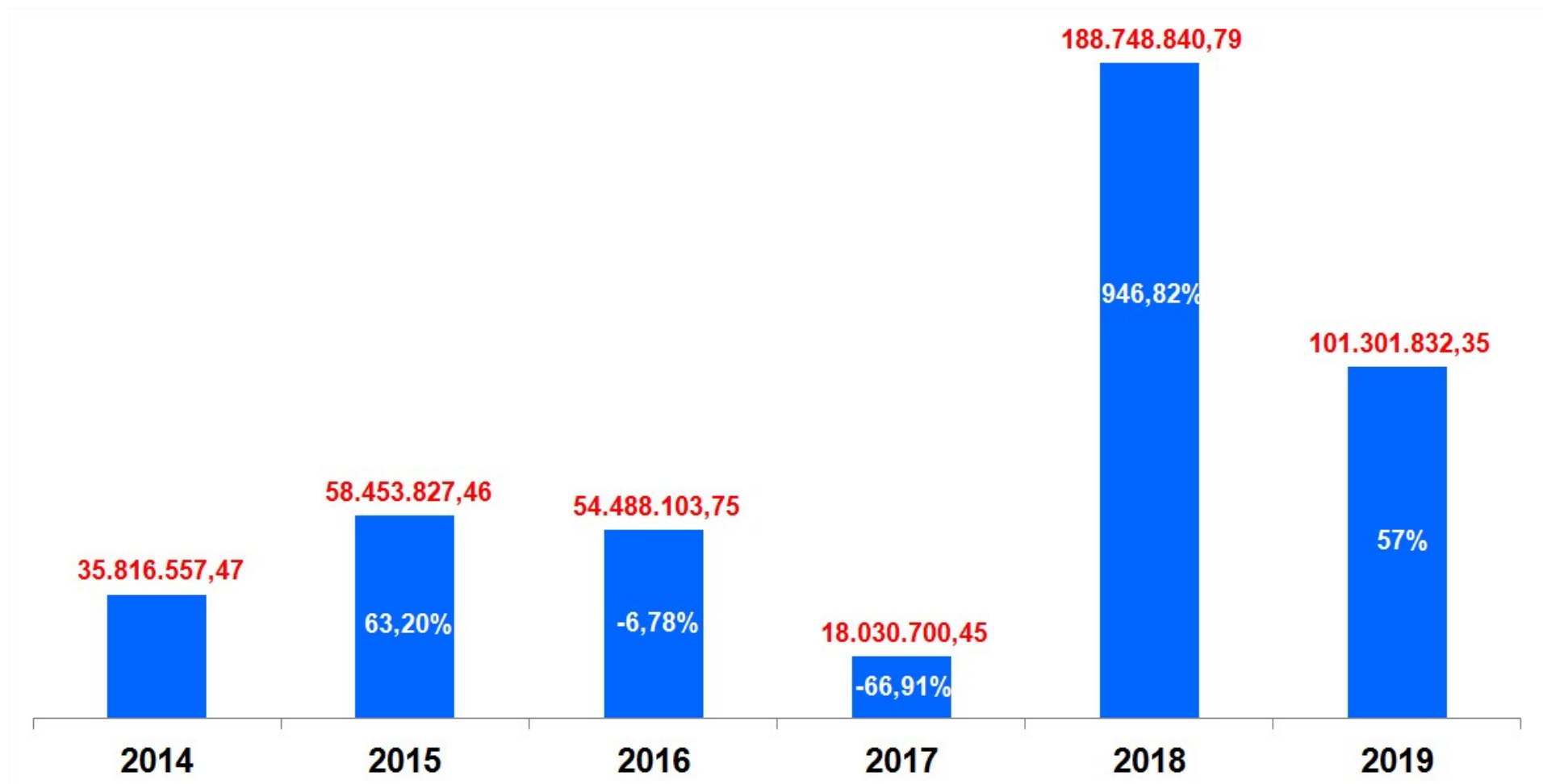


Os impasses da crise orçamentária enfrentada pela União, por Estados e Municípios na manutenção da estrutura administrativa municipal e na oferta de serviços à população fomentaram o sexto painel do I Congresso Nacional de Improbidade Administrativa. O evento, na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), encerra nesta quinta-feira, 23 de maio.

Sobre o tema Lei de Responsabilidade Fiscal e improbidade: políticas públicas em tempos de crise, a procuradora Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de São Paulo, e o professor doutor da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Facury Scaff orientaram os gestores. Ambos apresentaram alternativas para equalização do limite de gastos com a despesa de pessoal e enfatizaram a importância de aumentar a arrecadação própria e liquidar as dívidas.

Segundo Élide, os gestores locais têm dificuldade em planejar as políticas públicas e respeitar os limites da LRF pela queda de receita em todos os níveis de governo e pela incapacidade de medir custos. Com uma fala concisa, ela explicou que é preciso ter dois pilares em mente: o controle da produtividade dos servidores – como forma de combater o inchaço da máquina pública – e a receita própria, porque União e Estados não darão recurso novo.

INVESTIMENTOS - 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



ESCOLA SILVINO DIAS



ESCOLA SILVINO DIAS



ESCOLA PAULO FREIRE



ESCOLA PAULO FREIRE



CMEI JOSÉ PRESTES NETO



CMEI JOSÉ PRESTES NETO



CMEI JOSÉ PRESTES NETO



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MATERIAIS



REFORMA DA SECRETARIA DE SAÚDE



REFORMA DA SECRETARIA DE SAÚDE



ENTREGA DE VEÍCULOS - SAÚDE



ENTREGA DE VEÍCULOS - SAÚDE



CENTRO DE AÇÃO CULTURAL - CAC



CENTRO DE AÇÃO CULTURAL - CAC



CENTRO DE AÇÃO CULTURAL - CAC



CENTRO DE AÇÃO CULTURAL - CAC



COMPLEXO MEU CAMPINHO JD. NOVO OÁSIS



COMPLEXO MEU CAMPINHO JD. NOVO OÁSIS



COMPLEXO MEU CAMPINHO JD. NOVO OÁSIS



TERMINAL INTERMODODAL



TERMINAL INTERMODAL



TERMINAL INTERMODODAL



HOSPITAL DA CRIANÇA



HOSPITAL DA CRIANÇA



HOSPITAL DA CRIANÇA



AVENIDA CARLOS BORGES



AVENIDA CARLOS BORGES



ATI JARDIM TARUMÃ



Praça Pioneira Maria Alice Pereira



AEROPORTO DE MARINGÁ



AEROPORTO DE MARINGÁ



PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



AVENIDA CERRO AZUL



AVENIDA CERRO AZUL



REFORMA GINÁSIO PARQUE DO JAPÃO



CASAS POPULARES – DISTRITO DE IGUATEMI



CASAS POPULARES – DISTRITO DE IGUATEMI



Secretaria Municipal de Fazenda

Orlando Chiqueto Rodrigues
Secretário Municipal de Fazenda

Gilvane de Almeida Braga
Diretor de Contabilidade e Finanças

Diretora de Orçamento
Nádia da Rocha Ferreira

Contadores

Adriano Correia da Silva
Aline dos Santos
Cinthia Soares Amboni
Claudinei Braz da Silva
Edimar de Oliveira Carvalho
Felipe Gabriel da Silva Ferro
Luiz Antônio Panosso
Leila Sayuri Shimamoto
Marcos Donizete Toppa
Marcos Carmona Rodrigues
Maria Rupolo Pedriali
Maria Ângela Ferrareze Casaroto

Auxiliares Técnicos

Vilson Cesar Cruz – **Gerente de Execução Orçamentária**
Jeferson Rodrigo Alves – **Gerente de Prestação de Contas**
Fernanda Arruda Silva Cremoneis – **Coordenadora de Controle da Dívida Fundada**



MARINGÁ
PREFEITURA DA CIDADE



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

1º QUADRIMESTRE

JANEIRO A ABRIL DE 2019

O QUE ESTÁ DISPOSTO NA LEI ?

Até o final dos meses de Maio,
Setembro e Fevereiro de cada
exercício

**A Lei de
Responsabilidade
Fiscal
LRF
Determina:**


A PREFEITURA

Demonstrar  Avaliar


**CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS PREVISTAS
NA LDO**

DO QUE TRATA A AUDIÊNCIA PÚBLICA? APRESENTAÇÃO DOS DADOS FISCAIS SOBRE:

- 
- Receitas Previstas e Arrecadadas
 - Despesas Orçadas e Realizadas
 - Resultado Orçamentário
 - Receita Corrente Líquida
 - Índice de Gastos com Pessoal
 - Índices de Aplicação em Educação e Saúde
 - Dívida Consolidada
 - Resultado Primário e Nominal
 - Disponibilidade Financeira

RECEITAS

Podem ser:



Correntes: São receitas com Impostos, taxas, contribuições, patrimoniais, industriais, serviços e repasses do Governo Federal e Estadual.

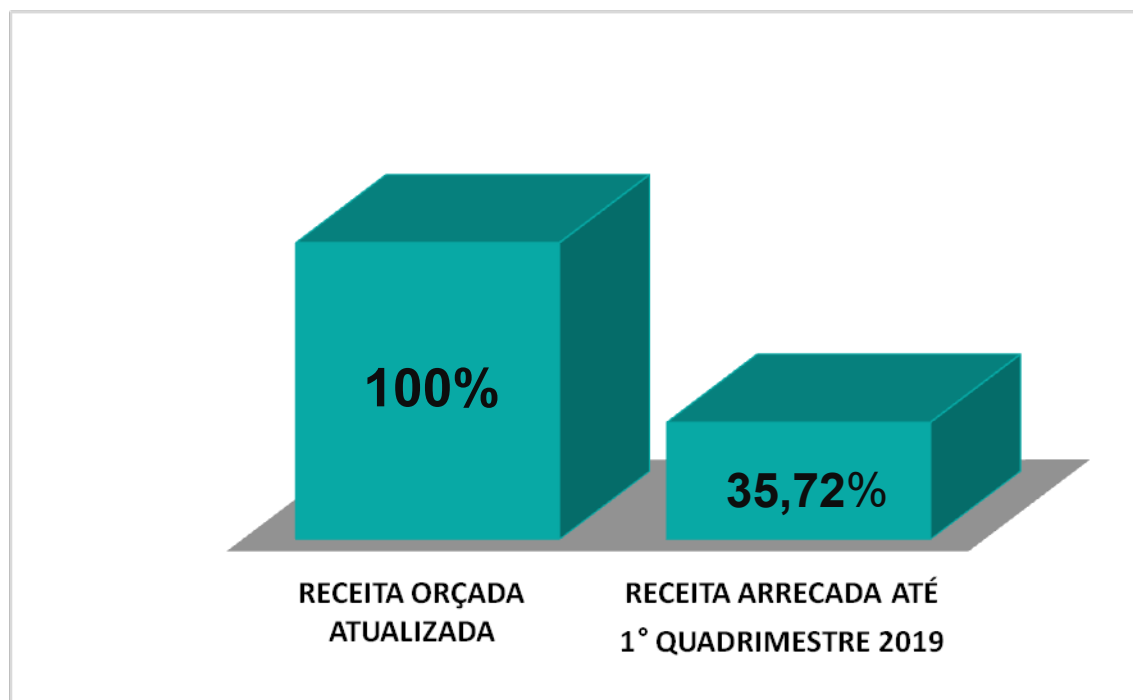


Capital: São entradas de recursos como Operações de Crédito, Alienação de Bens e repasses do Governo Federal e Estadual para serem gastos em Despesas de Capital específicas.

RECEITA ARRECADADA DE JANEIRO A ABRIL DE 2019

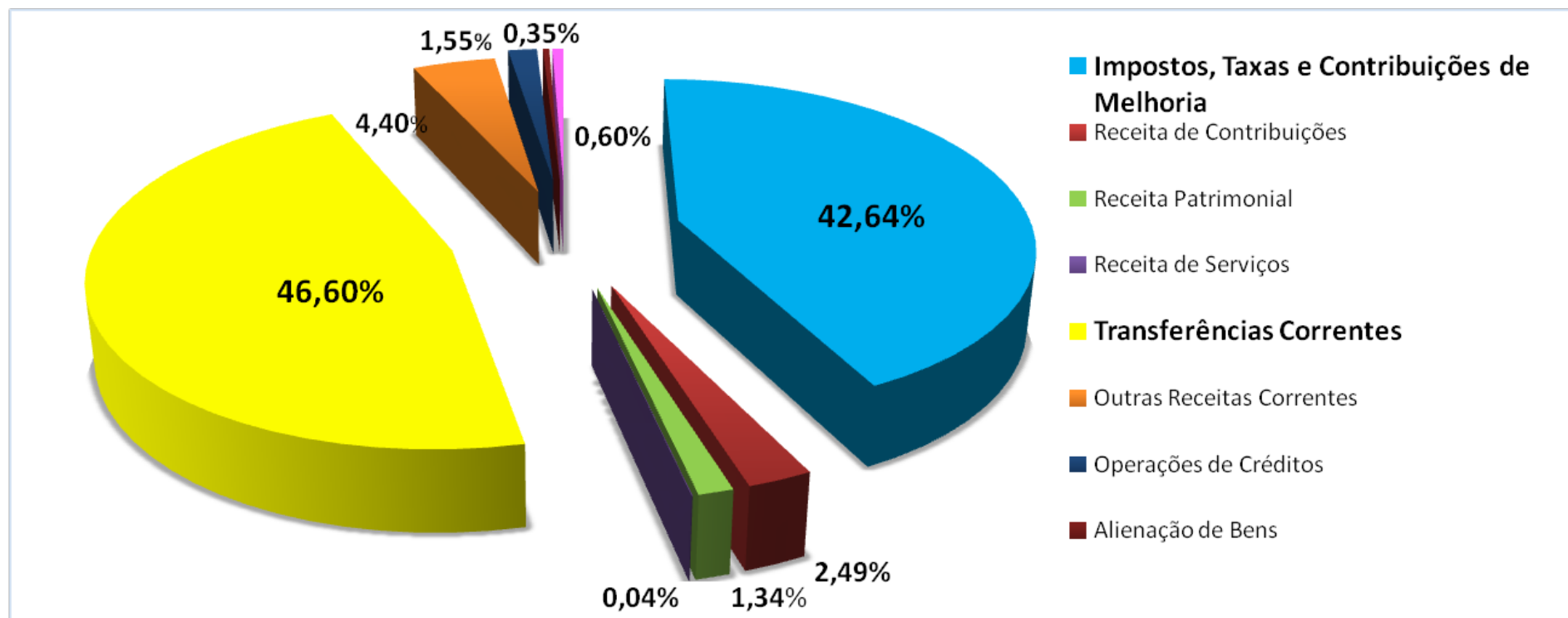
RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA 2019	RECEITA ARRECADADA NO 1º QUAD/2018	RECEITA ARRECADADA NO 1º QUAD/2019	% ARRECADADO SOBRE PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	1.431.356.891,73	530.101.624,02	559.714.225,45	39,10%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	525.324.000,00	224.942.395,91	244.777.403,74	46,60%
Impostos	478.236.500,00	194.946.717,30	216.085.469,55	45,18%
Taxas	40.937.500,00	28.934.222,20	27.588.618,08	67,39%
Contribuição de Melhoria	6.150.000,00	1.061.456,41	1.103.316,11	17,94%
Receita de Contribuições	40.879.500,00	12.642.040,29	14.293.642,34	34,97%
Receita Patrimonial	40.503.000,00	7.769.914,95	7.716.069,01	19,05%
Receita de Serviços	1.826.000,00	537.940,30	220.089,30	12,05%
Transferências Correntes	750.550.391,73	267.670.955,56	267.467.060,43	35,64%
Transferências da União	350.014.889,00	106.239.709,45	102.503.893,38	29,29%
Transferências do Estado	254.483.502,73	112.014.717,85	114.114.336,16	44,84%
Transferências Diversas	146.052.000,00	49.416.528,26	50.848.830,89	34,82%
Outras Receitas Correntes	72.274.000,00	16.538.377,01	25.239.960,63	34,92%
RECEITAS DE CAPITAL	175.436.166,00	124.486.737,31	14.296.935,52	8,15%
Operações de Créditos	38.477.034,00	73.461.047,30	8.869.805,56	23,05%
Alienação de Bens	8.000.000,00	333.214,05	1.990.780,09	24,88%
Transferências de Capital	128.959.132,00	50.692.475,96	3.436.349,87	2,66%
TOTAL DAS RECEITAS	1.606.793.057,73	654.588.361,33	574.011.160,97	35,72%

RECEITA PREVISTA ANUAL X RECEITA ARRECADADA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019



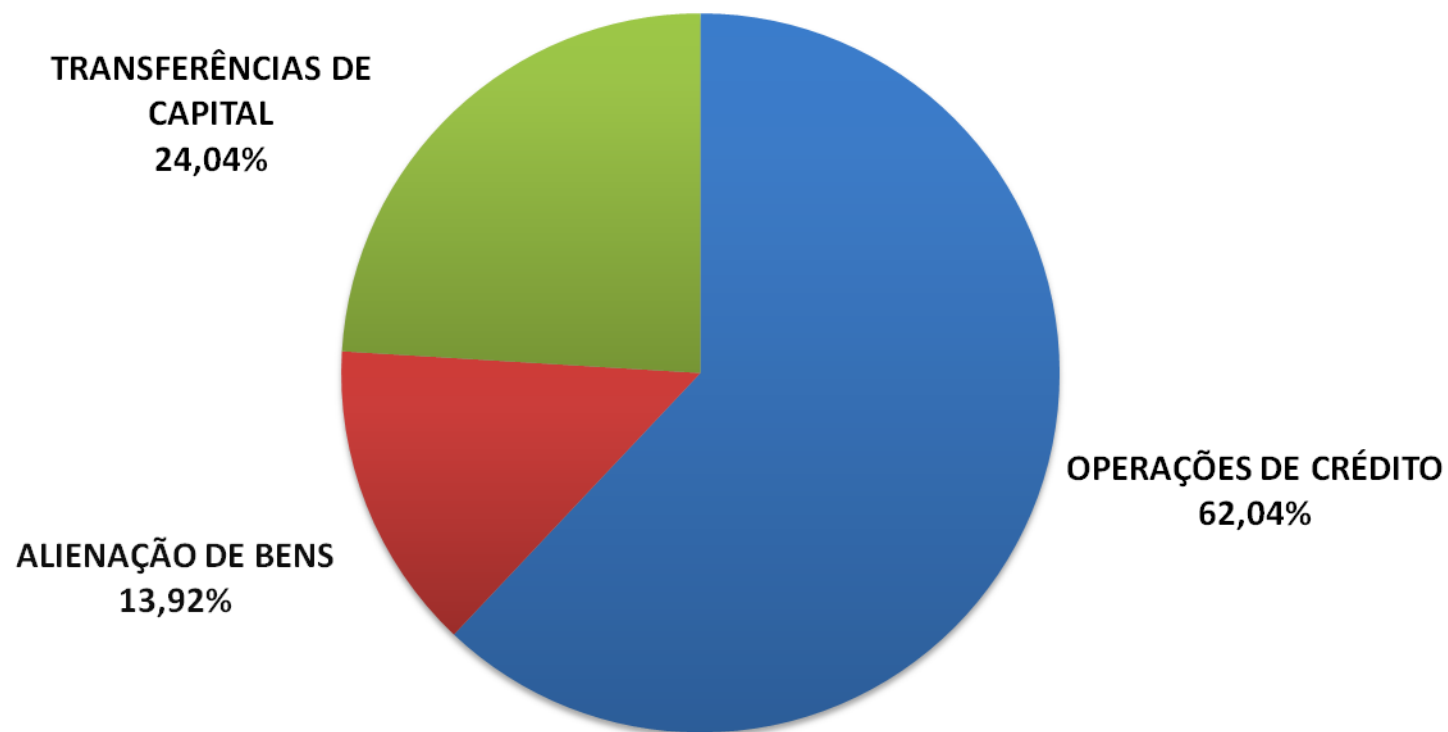
COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2019

574.011.160,97



COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2019

14.296.935,52



COMPARATIVO DA RECEITA

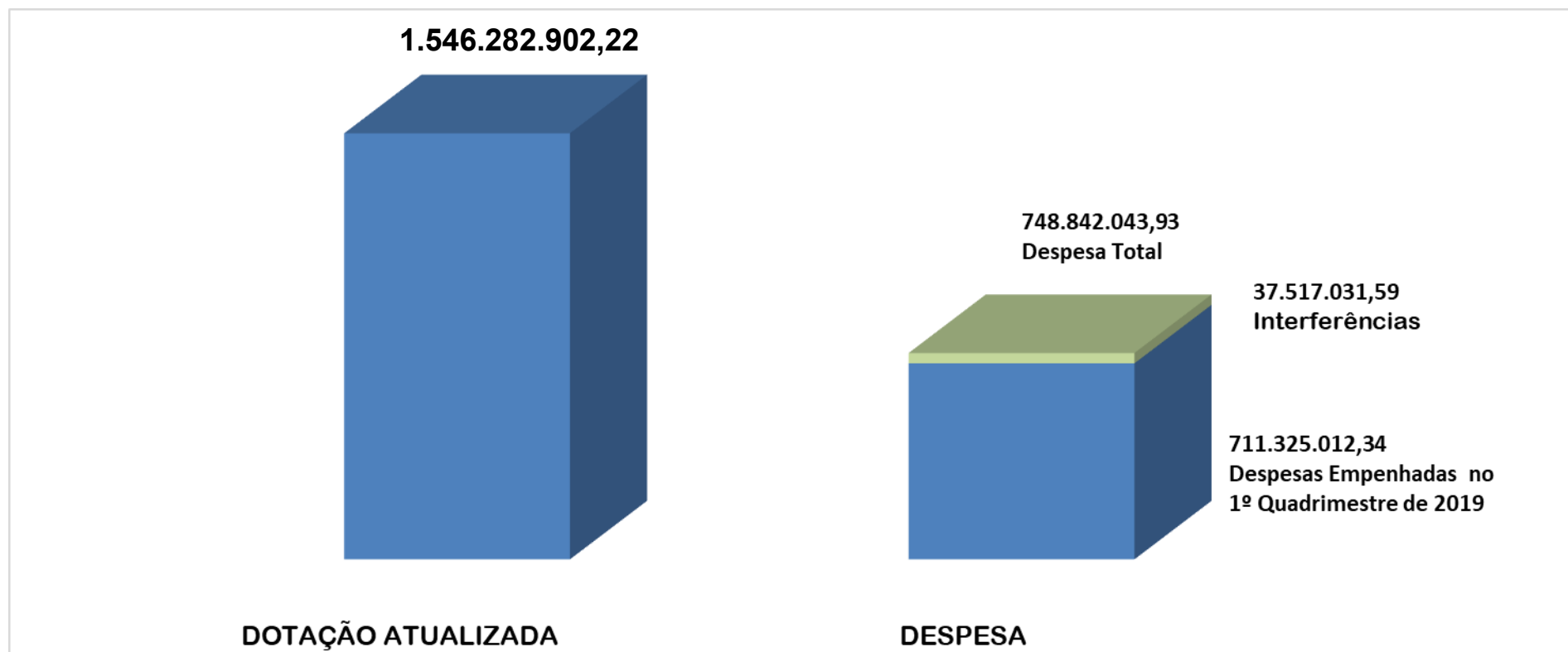
Comparativo Receita Prevista Atualizada X Receita Arrecadada 1º Quadrimestre			
Ano	Previsão Atualizada	Receita Arrecadada	%
2015	1.127.246.600,82	409.773.194,35	36,35%
2016	1.327.024.178,91	473.713.696,17	35,70%
2017	1.393.592.590,52	496.939.054,71	35,66%
2018	1.659.425.105,88	654.588.361,33	39,45%
2019	1.606.793.057,73	574.011.160,97	35,72%

DESPESAS

Podem ser:

- **Correntes:** São Despesas de Custeio da entidade, servem para manutenção de serviços anteriormente criados, são gastos com o pagamento de salários, material de consumo, serviços de terceiro e outros.
- **Capital:** Já as Despesas de Capital são gastos com investimentos, como Obras, aquisição de Imóveis, equipamentos e material permanente.

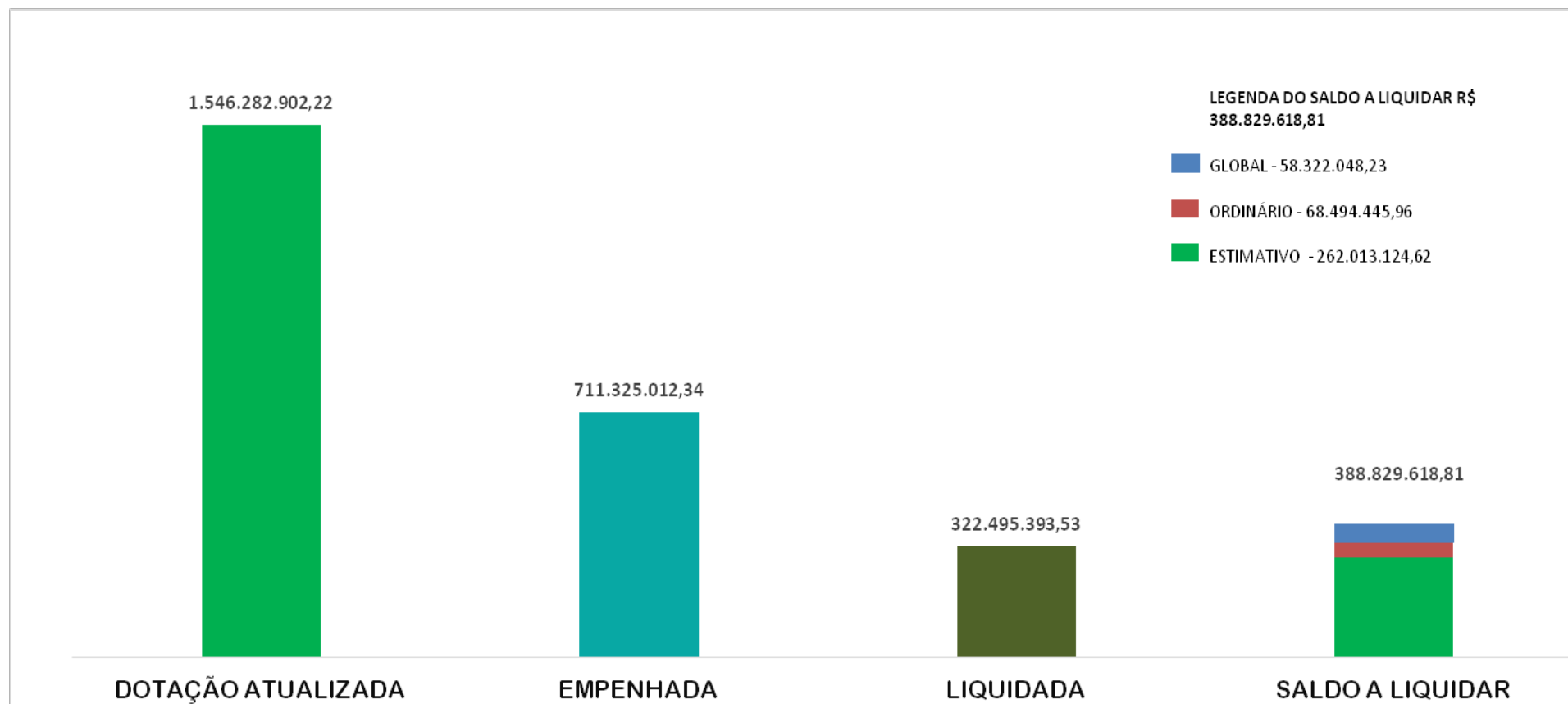
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA JANEIRO A ABRIL/2019



DESPESA EMPENHADA JANEIRO A ABRIL DE 2019

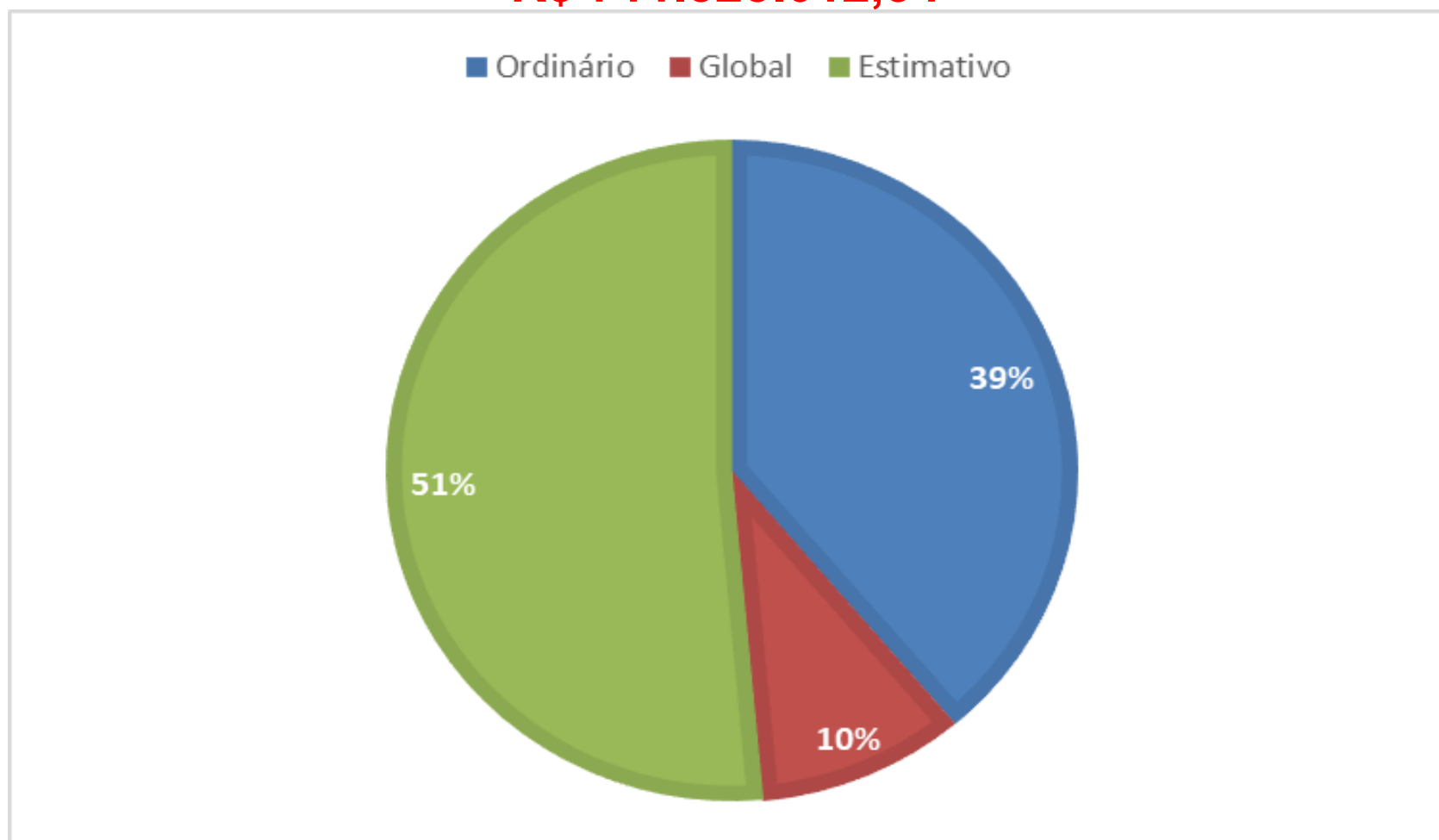
GRUPO NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2019	DESPESAS EMPENHADAS NO 1º QUAD/2018	DESPESAS EMPENHADAS NO 1º QUAD/2019	% EMPENHADAS 1º QUAD/SOBRE A DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	1.189.098.465,00	1.228.237.014,32	561.242.120,93	589.833.055,37	48,02%
Pessoal e Encargos Sociais	614.602.037,00	621.108.321,50	180.300.062,43	178.774.694,79	28,78%
Juros e Encargos da Dívida	5.099.600,00	5.087.600,00	1.347.421,40	2.173.364,16	42,72%
Outras Despesas Correntes	569.369.828,00	602.041.092,82	379.594.637,10	408.884.996,42	67,92%
DESPESAS DE CAPITAL	248.473.183,00	302.900.179,90	193.115.276,76	121.491.956,97	40,11%
Investimentos	221.146.935,00	257.114.597,57	188.748.840,79	101.301.832,35	39,40%
Inversões Financeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	27.325.248,00	45.784.582,33	4.366.435,97	20.190.124,62	44,10%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.145.708,00	15.145.708,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS	1.452.717.356,00	1.546.282.902,22	754.357.397,69	711.325.012,34	46,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	PREVISÃO DE REPASSE		REPASSE CONCEDIDO NO 1º QUAD/ 2018	REPASSE CONCEDIDO ATÉ O 1º QUAD/ 2019	% REPASSADO SOBRE A PREVISÃO
Interferências Financeiras	115.989.642,00		32.282.403,08	35.517.031,59	32,35%

COMPARATIVO DA DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019



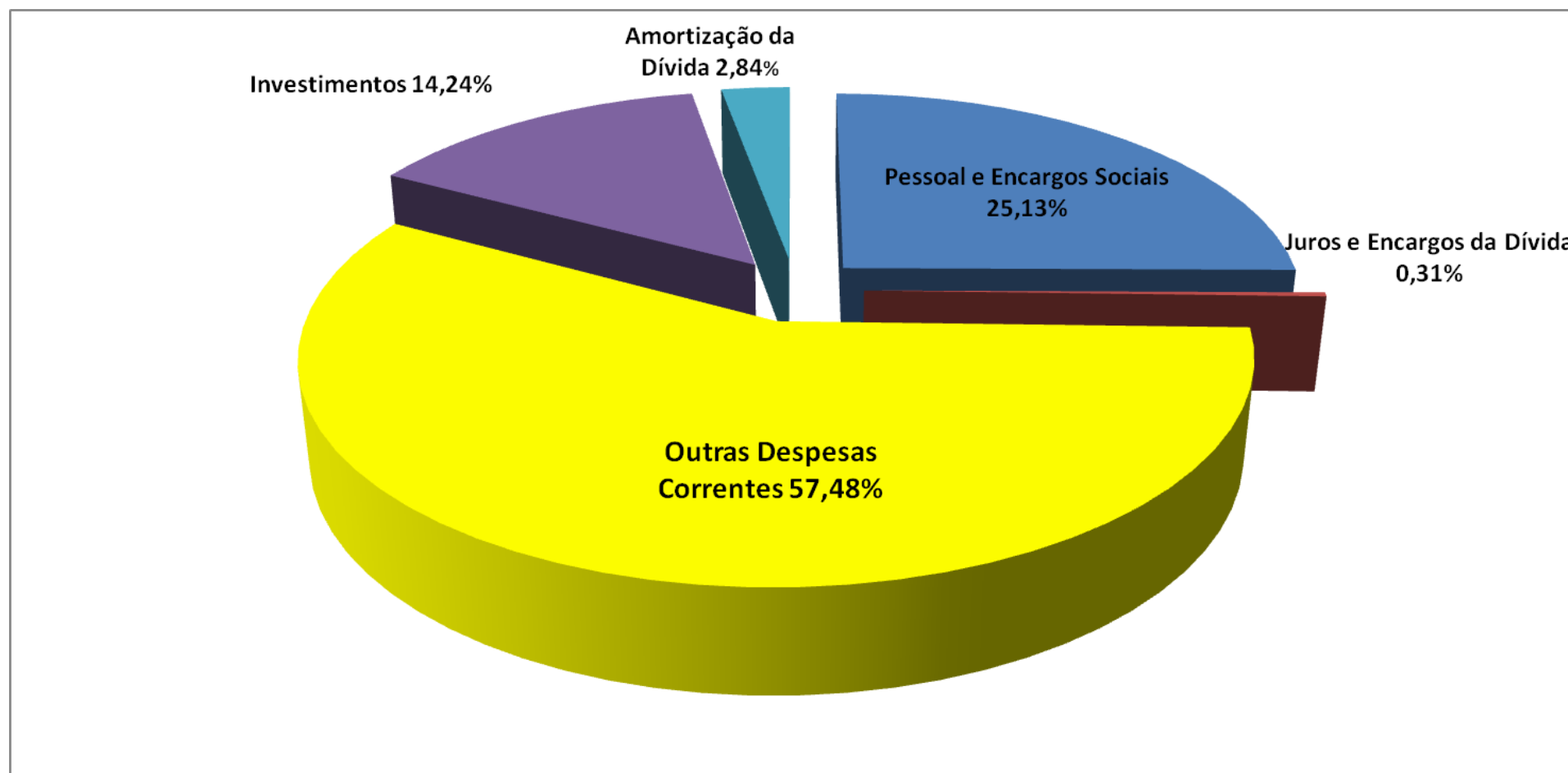
COMPOSIÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PELO TIPO DE DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019

R\$ 711.325.012,34



COMPOSIÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PELA NATUREZA DA DESPESA ATÉ O 1º QUADRIMESTRE/2019

R\$ 711.325.012,34



COMPARATIVO DA DESPESA

Comparativo Dotação Atualizada X Despesa Empenhada 1º Quadrimestre			
Ano	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
2015	1.120.242.059,43	480.412.290,20	42,88%
2016	1.308.678.902,81	471.731.918,68	36,05%
2017	1.358.657.275,48	507.903.759,76	37,38%
2018	1.610.328.155,42	754.357.397,69	46,84%
2019	1.546.282.902,22	711.325.012,34	46,00%

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - EMPENHADO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA EMPENHADA	711.325.012,34
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(137.313.851,37)

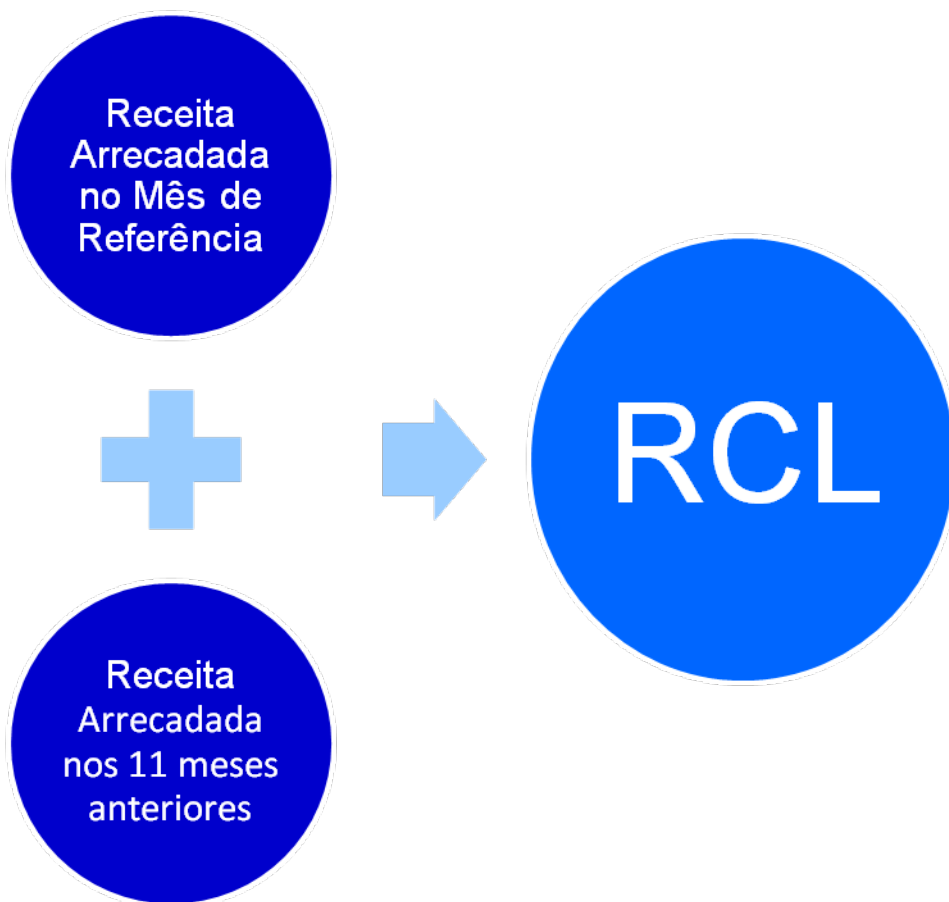
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - LIQUIDADO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA LIQUIDADA	322.495.393,53
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	251.515.767,44

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - PAGO	2019
A - RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
B - DESPESA PAGA	307.442.292,84
C - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	266.568.868,13

COMPARATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

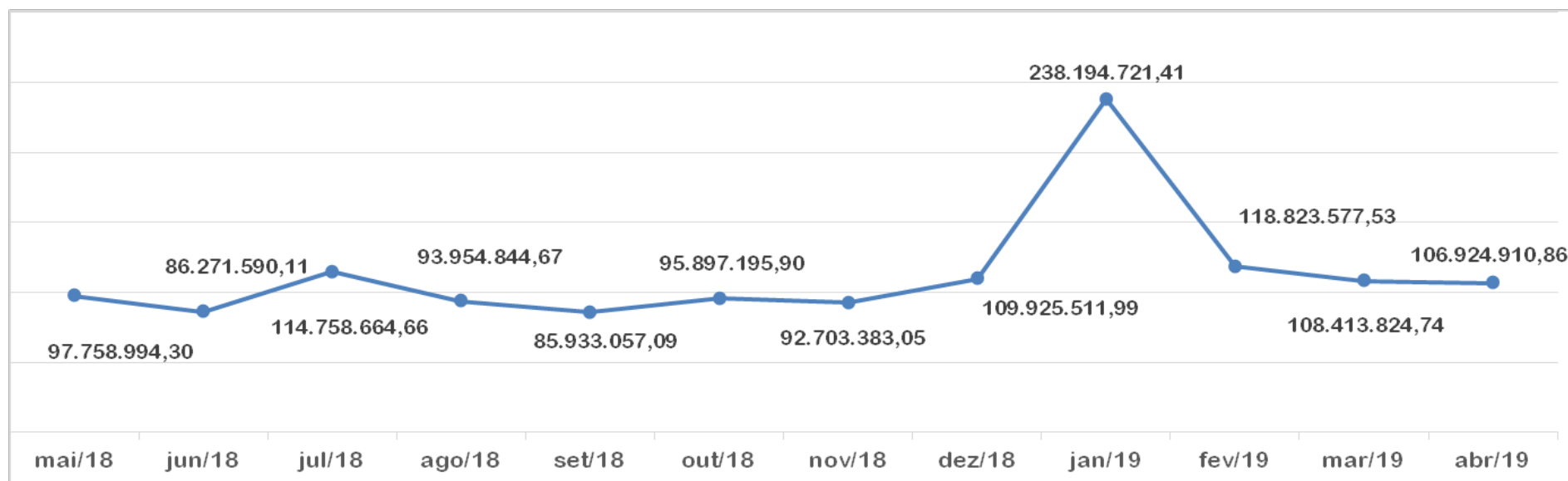
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
ANO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA - LIQUIDADA	DESPESA - PAGA
2015	(70.639.095,85)	183.237.900,27	190.222.862,37
2016	1.981.777,49	228.382.519,24	235.047.473,36
2017	(10.964.705,05)	242.383.467,07	250.827.032,94
2018	(99.783.818,82)	307.846.704,41	317.650.505,35
2019	(137.313.851,37)	251.515.767,44	266.568.868,13

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

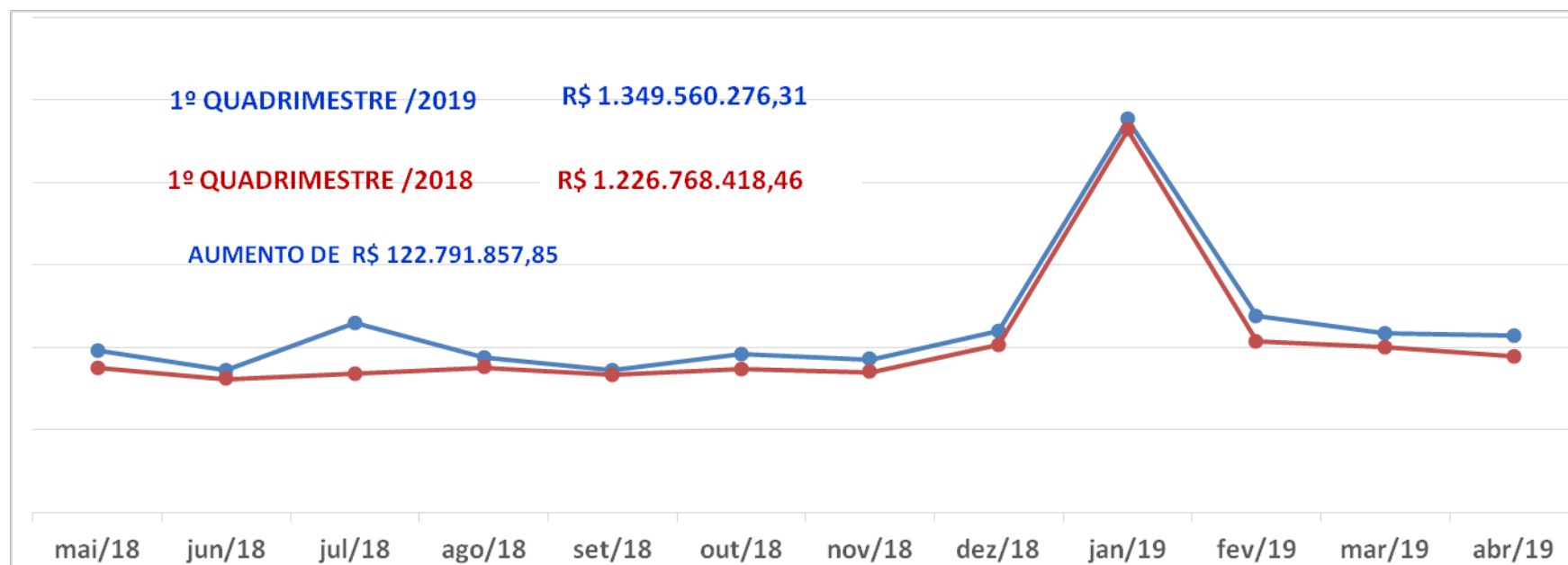


- A RCL é o parâmetro de verificação dos principais limites que deverão ser observados e cumpridos pelo município, como: Despesas com pessoal e Limites da dívida.
- Soma-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A ABRIL DE 2019 (Últimos doze meses) **R\$ 1.349.560.276,31**



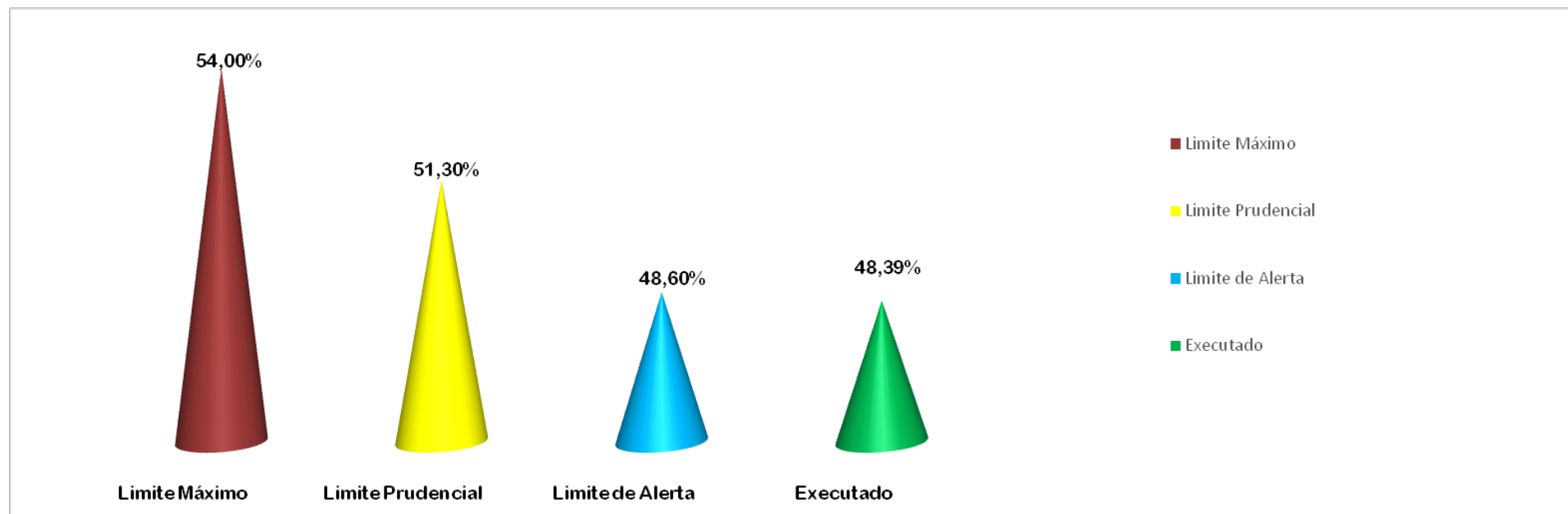
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A ABRIL DE 2019



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	792.598.754,19	2.366.012,26
Pessoal Ativo	652.987.567,36	472.259,90
Pessoal Inativo e Pensionista	121.176.250,85	52.575,17
Outras Despesas Pessoal - Contratos terceirização	18.434.935,98	1.841.177,19
Outras Despesas Pessoal - Contratos terceirização (34)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	141.386.706,61	506.366,80
Indenizações por demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	238.409,12	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial (período anterior a apuração)	1.149.990,05	506.366,80
Despesas de Exercícios Anteriores	7.482,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	120.113.771,95	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	19.877.052,85	0,00
Pensionista	83.819,81	0,00
IRRF	19.793.233,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	0,00	0,00
(III) = (I - II)	651.212.047,58	1.859.645,46
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	1.349.560.276,31	
Transf. Obrigatorias União Emendas Individuais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (RCL) (IV)	1.349.560.276,31	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (V)= (IIa +IIIb)	653.071.693,04	48,39%
LÍMITE MÁXIMO	728.762.549,21	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	692.324.421,75	51,30%
LIMITE DE ALERTA	655.886.294,29	48,60%

PERCENTUAIS DA DESPESA COM PESSOAL 1º QUADRIMESTRE 2019



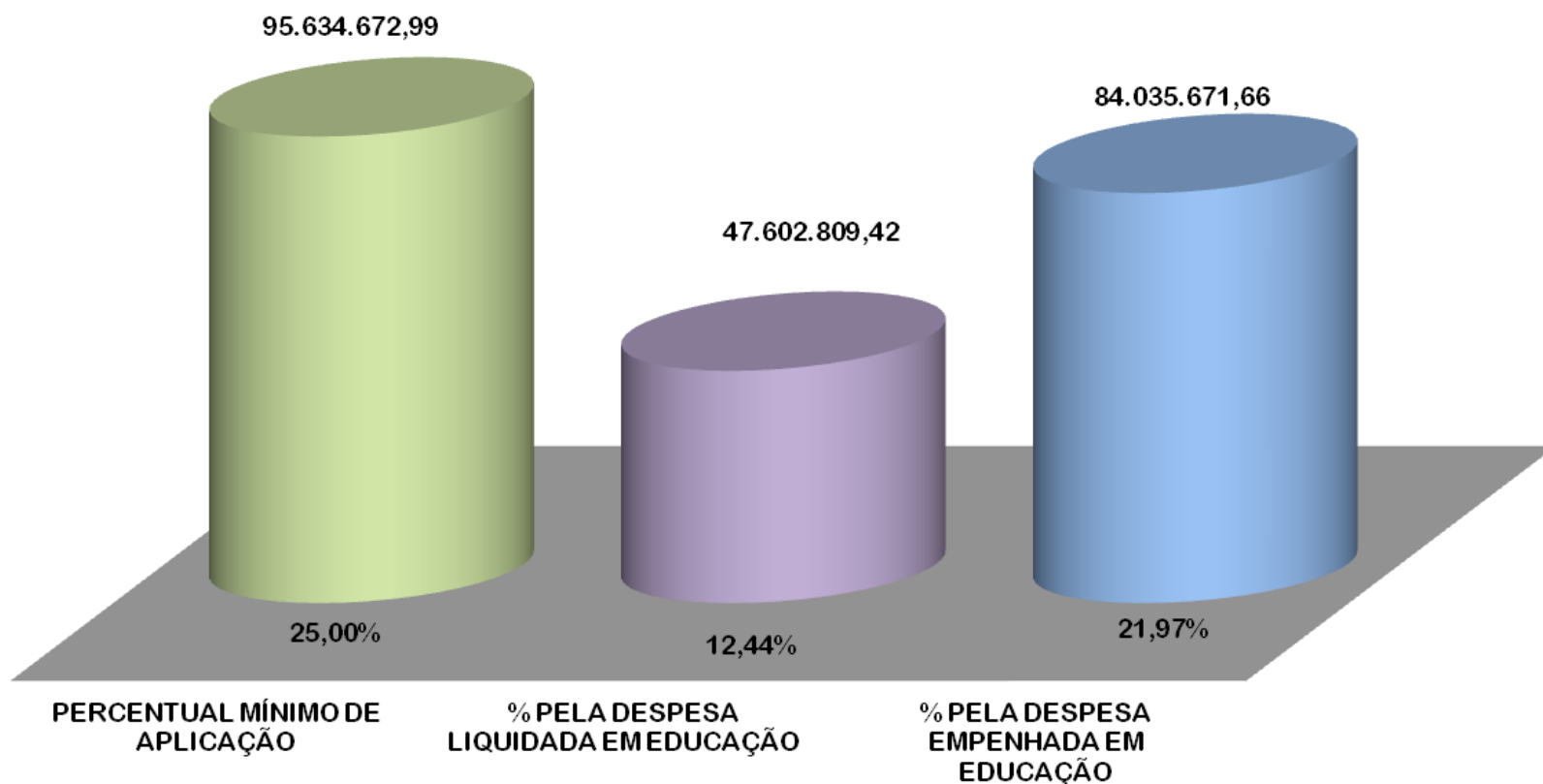
COMPARATIVO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL

Índice de Despesa com Pessoal	
3º QUADRIMESTRE 2017	49,16
1º QUADRIMESTRE 2018	49,81
2º QUADRIMESTRE 2018	49,04
3º QUADRIMESTRE 2018	49,61
1º QUADRIMESTRE 2019	48,39

Mínimo em Educação

Segundo a CF/88 os Municípios devem aplicar **25%** das Receitas Anuais dos Impostos e das Transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO



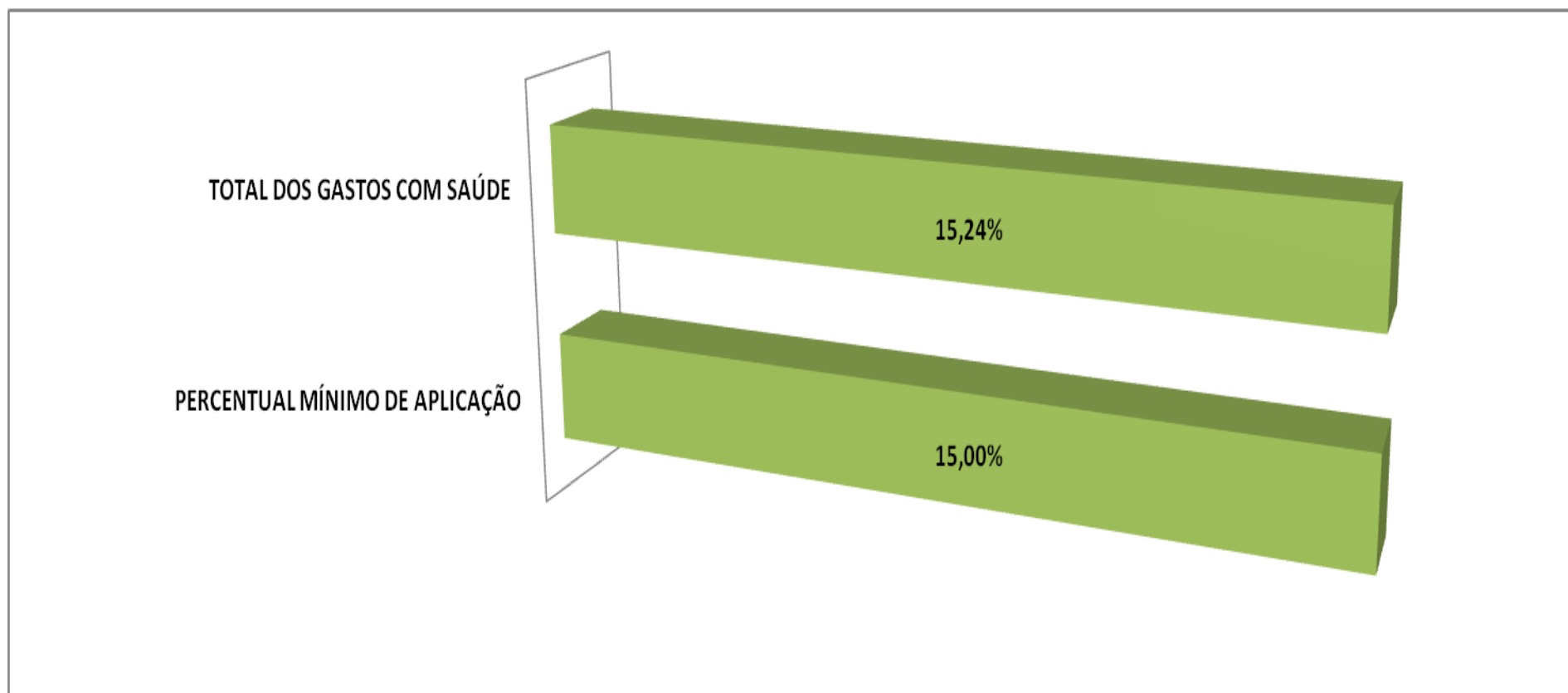
ÍNDICES E DESPESAS DA EDUCAÇÃO

ÍNDICES DE EDUCAÇÃO - 1º QUADRIMESTRE		
ANO	ÍNDICE	DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO
2015	12,81%	32.939.993,82
2016	12,10%	36.719.591,41
2017	9,65%	31.799.118,91
2018	13,18%	46.951.570,45
2019	12,44%	47.602.809,42

Mínimo em Saúde

Segundo a CF/88 os Municípios devem aplicar 15% dos Impostos e Transferências Anuais na Saúde.

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM SAÚDE



ÍNDICES E DESPESAS DA SAÚDE

ÍNDICES DE SAÚDE - 1º QUADRIMESTRE		
ANO	ÍNDICE	DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
2015	12,94%	33.269.558,34
2016	14,07%	42.682.507,86
2017	12,62%	41.579.827,74
2018	17,10%	60.929.929,34
2019	15,24%	58.289.533,56

Dívida Consolidada

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada é aquela de longo prazo pois corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
DÍVIDA CONTRATUAL	127.022.603,35	148.065.438,97
Interna	101.053.351,53	115.947.295,72
Externa	25.969.251,82	32.118.143,25
PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA	33.415.612,54	31.456.212,94
Previdenciárias (INSS e RPPS)	9.073.040,68	7.972.997,35
Contribuições Sociais (PASEP)	24.342.571,86	23.483.215,59
PRECATÓRIOS	91.232.758,18	79.715.506,05
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (vencidos e não pagos)	11.517.252,13	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (suspensos)	79.715.506,05	79.715.506,05
OUTRAS DÍVIDAS	131.952.242,89	143.166.122,53
Trimestralidade	71.247.686,96	64.122.917,96
Depósitos Judiciais 70% - Lei Complementar nº. 151/2015	60.704.555,93	79.043.204,57
DEDUÇÕES	436.956.567,17	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa	436.956.567,17	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	447.381.012,09	466.892.893,72
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	(10.424.444,92)	(15.483.132,84)
DÍVIDA CONSOLIDADA	383.623.216,96	402.403.280,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(53.333.350,21)	(49.006.480,39)
% da DC sobre a RCL	31,27%	29,82%
% DA DCL sobre a RCL	-4,35%	-3,63%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.226.768.418,46	1.349.560.276,31
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL (120%)	1.472.122.102,15	1.619.472.331,57
PRECATÓRIOS (Posteriores a 05/05/2000 não vencidos)	8.512.341,31	1.058.664,52

DÍVIDA CONSOLIDADA 1º QUADRIMESTRE 2019



RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ACIMA DA LINHA (FLUXO)

O Resultado Primário Acima da Linha é a diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias Pagas, incluindo os Restos a Pagar Pagos.

O Resultado Nominal Acima da Linha é o Resultado Primário Acima da Linha mais a Variação de Juros e Encargos.

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
Receitas Primárias Correntes	537.749.577,53	568.925.552,37
Receitas Primárias de Capital	51.025.690,01	5.427.129,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	588.775.267,54	574.352.682,33
DESPESAS PRIMÁRIAS	1º QUAD/2018	1º QUAD/2019
Despesas Primárias Correntes Pagas	318.877.061,31	323.191.570,10
Despesas Primárias de Capital Pagas	54.290.556,22	2.883.419,32
Restos a Pagar Pagos	77.146.195,61	105.365.476,92
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL	450.313.813,14	431.440.466,34
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA	138.461.454,40	142.912.215,99
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	(56.698.966,00)	270.056,00
JUROS NOMINAIS		
Juros e Encargos Ativos	18.907.809,74	23.074.508,65
Juros e Encargos Passivos	1.300.560,21	2.069.297,60
Variação de Juros e Enc (Jros Enc Ativos - Jros Enc Passivos)	17.607.249,53	21.005.211,05
RESULTADO NOMINAL ACIMA DA LINHA = RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA + VARIAÇÃO DE JUROS	156.068.703,93	163.917.427,04
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	65.775.207,00	(17.769.349,00)

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA (ESTOQUE)

O Resultado Nominal Abaixo da Linha é a Variação da Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado Primário Abaixo da Linha corresponde ao Resultado Nominal Ajustado menos a Variação de Juros e Encargos.

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ABAIXO DA LINHA	Em 31/Dez/2018 (a)	Até o 2º Bimestre 2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	405.391.781,43	402.403.280,49
DEDUÇÕES (II)	330.777.564,55	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa	330.777.564,55	451.409.760,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	339.310.649,78	466.892.893,72
(-) Restos a Pagar Proc. (Exceto Precatórios)(III)	8.533.085,23	15.483.132,84
Divida Consolidada Líquida (IV) =(I - II)	74.614.216,88	-49.006.480,39
RESULTADO NOMINAL ABAIXO DA LINHA (V)= (IVa - IVb)		123.620.697,27
AJUSTE METODOLÓGICO		
Variação Saldo RPP (VI)=(IIIa - IIIb)		-6.950.047,61
Outros Ajustes IX		33.346.682,16
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - ABAIXO DA LINHA X = V- VI-VII+ VIII+IX		163.917.427,04
RESULTADO PRIMÁRIO - ABAIXO DA LINHA = Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha - variação de Juros e Enc)		142.912.215,99

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO 1º QUADRIMESTRE DE 2019	
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	159.232.706,90
(+) CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	10.557.981,30
(=) TOTAL DO SURÁVIT DISPONÍVEL	169.790.688,20
(-) DESPESAS EMPENHADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO	(34.153.899,63)
(=) SALDO DO SUPERÁVIT DISPONÍVEL	135.636.788,57
(+) RECEITA ARRECADADA	574.011.160,97
(-) DESPESA EMPENHADA COM RECURSO DO EXERCÍCIO	677.171.112,71
(-) INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	37.517.031,59
RESULTADO FINANCEIRO APURADO ATÉ ABRIL/2019	(5.040.194,76)

RESULTADO FINANCEIRO

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	
TIPO DE RECURSO	VALORES
RECURSOS LIVRES	10.469.289,35
RECURSOS VINCULADOS	(21.676.324,62)
RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.166.840,51
CONSOLIDAÇÃO	(5.040.194,76)

SALDOS BANCÁRIOS EM 30/04/2019

BANCOS	ADM DIRETA	ADM INDIRETA	TOTAL
BANCO DO BRASIL	264.724.770,47	111.553,11	264.836.323,58
CEF	200.326.965,93	1.729.592,71	202.056.558,64
SANTANDER		11,50	11,50
TOTAL	465.051.736,40	1.841.157,32	466.892.893,72

ANÁLISE DE GESTÃO FISCAL

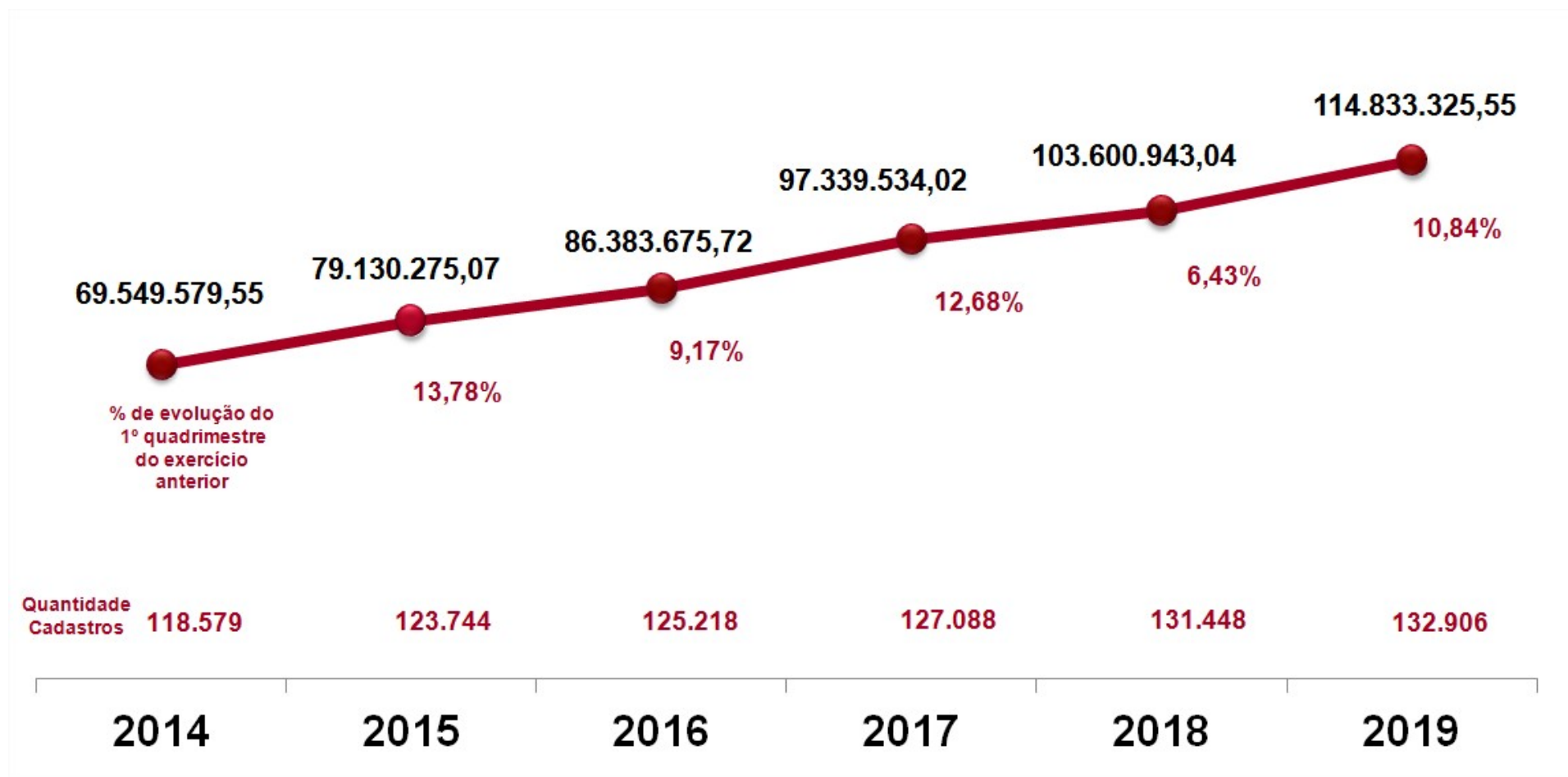


JANEIRO A ABRIL DE 2019

EVOLUÇÃO DO IPTU ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	70.061.742,32	80.768.439,53	15,28	83.051.320,33	2,83	92.413.885,27	11,27
Fevereiro	77.647.394,43	88.348.800,64	13,78	91.670.700,81	3,76	103.744.029,03	13,17
Março	82.381.938,39	92.981.478,26	12,87	97.876.173,02	5,26	109.129.512,65	11,50
Abril	86.383.675,72	97.339.534,02	12,68	103.600.943,04	6,43	114.833.325,55	10,84
Maio	90.126.091,20	101.442.969,37	12,56	108.785.303,00	7,24		
Junho	93.967.378,30	105.675.028,63	12,46	113.408.692,54	7,32		
Julho	97.714.928,96	109.874.139,34	12,44	117.934.444,05	7,34		
Agosto	101.385.296,97	113.949.865,57	12,39	122.665.716,85	7,65		
Setembro	104.871.288,29	118.258.594,16	12,77	126.974.356,32	7,37		
Outubro	108.408.418,21	122.375.813,47	12,88	131.635.714,48	7,57		
Novembro	111.948.973,99	126.460.090,76	12,96	136.187.062,73	7,69		
Dezembro	116.169.712,03	130.902.195,15	12,68	140.755.708,58	7,53		

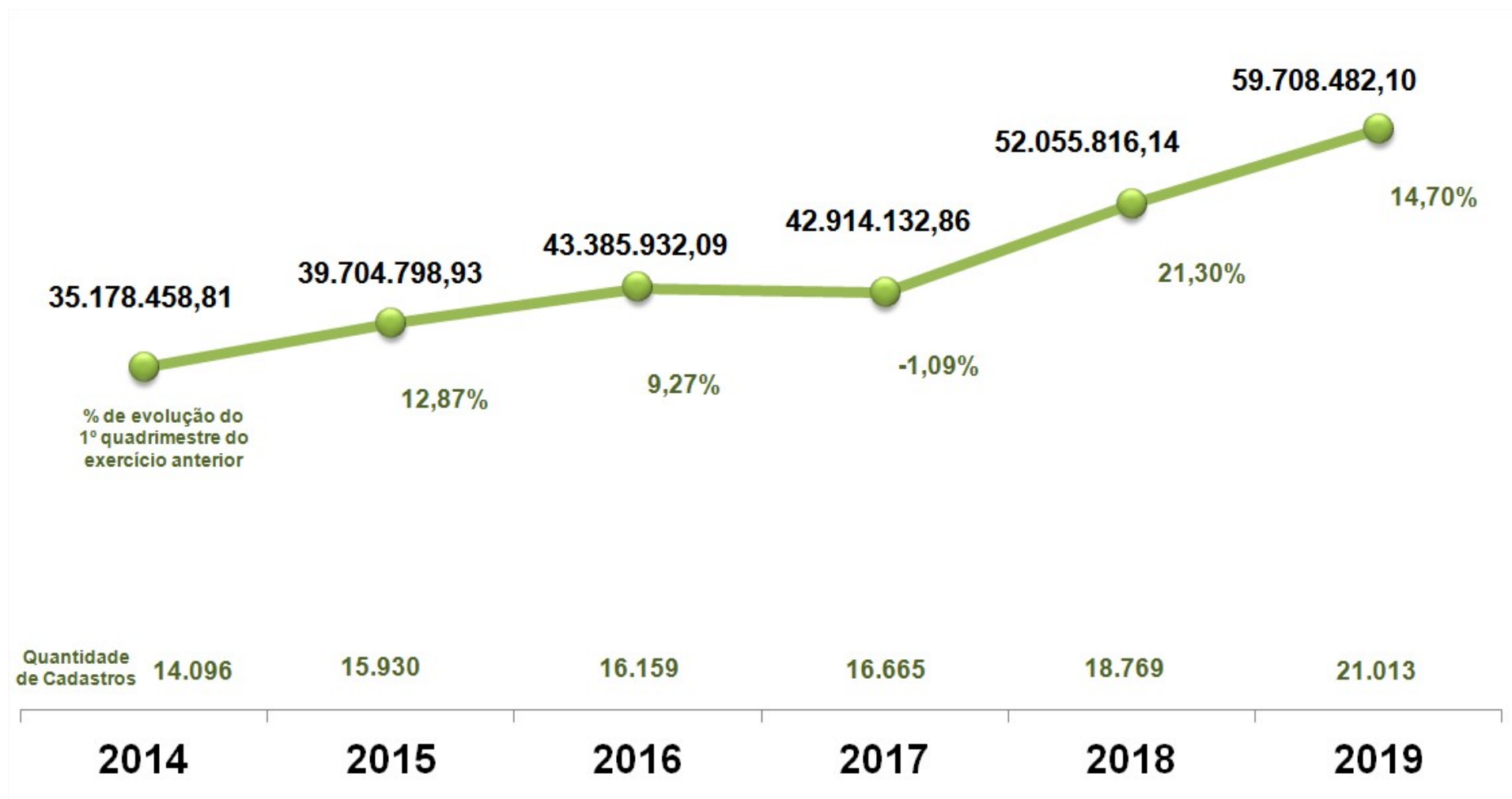
IPTU 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



EVOLUÇÃO DO **ISS** ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, E MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	10.812.869,28	10.833.154,50	0,19	13.983.178,99	29,08	15.198.388,98	8,69
Fevereiro	21.444.510,39	21.180.971,45	-1,23	26.818.801,28	26,62	30.318.630,90	13,05
Março	32.659.691,19	31.778.348,79	-2,70	38.827.460,37	22,18	44.839.182,07	15,48
Abril	43.385.932,09	42.914.132,86	-1,09	52.055.816,14	21,30	59.708.482,10	14,70
Maio	54.560.644,51	54.196.122,35	-0,67	66.485.700,23	22,68		
Junho	65.420.158,57	66.052.855,67	0,97	80.260.225,46	21,51		
Julho	76.360.604,36	78.041.994,75	2,20	93.339.108,11	19,60		
Agosto	87.610.043,73	90.300.006,30	3,07	107.512.478,56	19,06		
Setembro	98.209.973,49	103.224.204,82	5,11	121.643.961,93	17,84		
Outubro	108.918.112,47	115.734.077,82	6,26	135.661.079,86	17,22		
Novembro	119.737.878,41	128.178.660,49	7,05	150.274.779,45	17,24		
Dezembro	130.861.626,19	141.423.265,48	8,07	165.239.482,05	16,84		

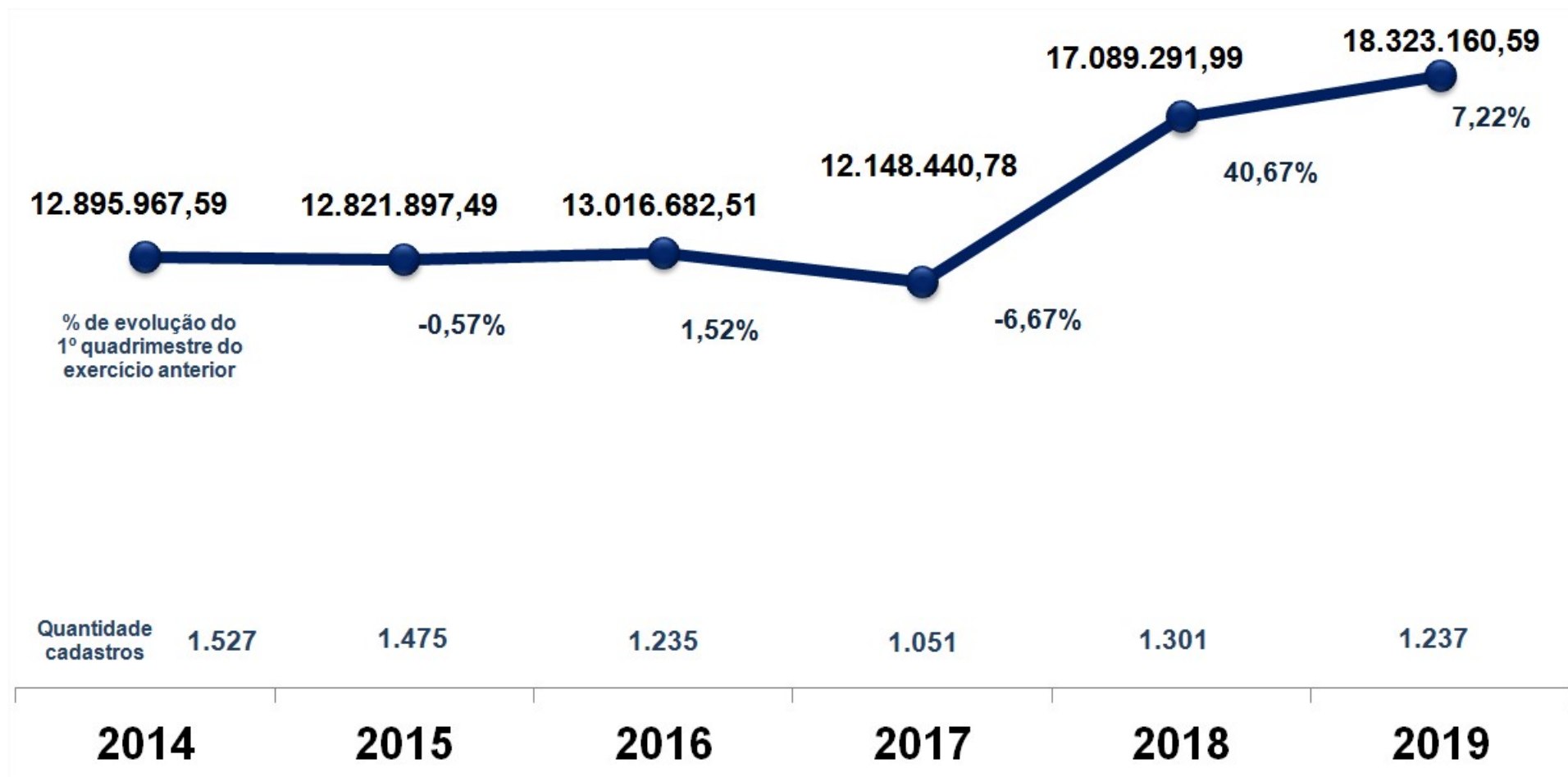
ISS 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



EVOLUÇÃO DO **ITBI** ACUMULADO COMPARADO COM MESMO PERÍODO DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXCETO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA, MULTAS E JUROS

MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	3.750.456,09	3.081.993,19	-17,82	3.458.510,01	12,22	4.728.086,52	36,71
Fevereiro	6.495.776,86	5.912.490,36	-8,98	7.128.321,52	20,56	8.473.003,41	18,86
Março	10.255.454,05	9.148.881,28	-10,79	11.122.123,81	21,57	13.297.901,19	19,56
Abril	13.016.682,51	12.148.440,78	-6,67	17.089.291,99	40,67	18.323.160,59	7,22
Maio	15.968.995,84	16.809.374,55	5,26	21.474.336,55	27,75		
Junho	19.449.033,43	20.571.651,45	5,77	26.357.583,75	28,13		
Julho	22.846.863,15	23.987.235,21	4,99	31.440.129,61	31,07		
Agosto	26.532.536,67	28.692.142,84	8,14	36.247.245,05	26,33		
Setembro	29.807.796,50	32.721.782,27	9,78	40.969.417,82	25,21		
Outubro	33.690.102,29	37.008.075,02	9,85	47.068.455,28	27,18		
Novembro	37.276.280,59	41.124.938,67	10,32	51.754.769,60	25,85		
Dezembro	41.347.372,74	44.461.618,56	7,53	57.509.914,00	29,35		

ITBI 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019

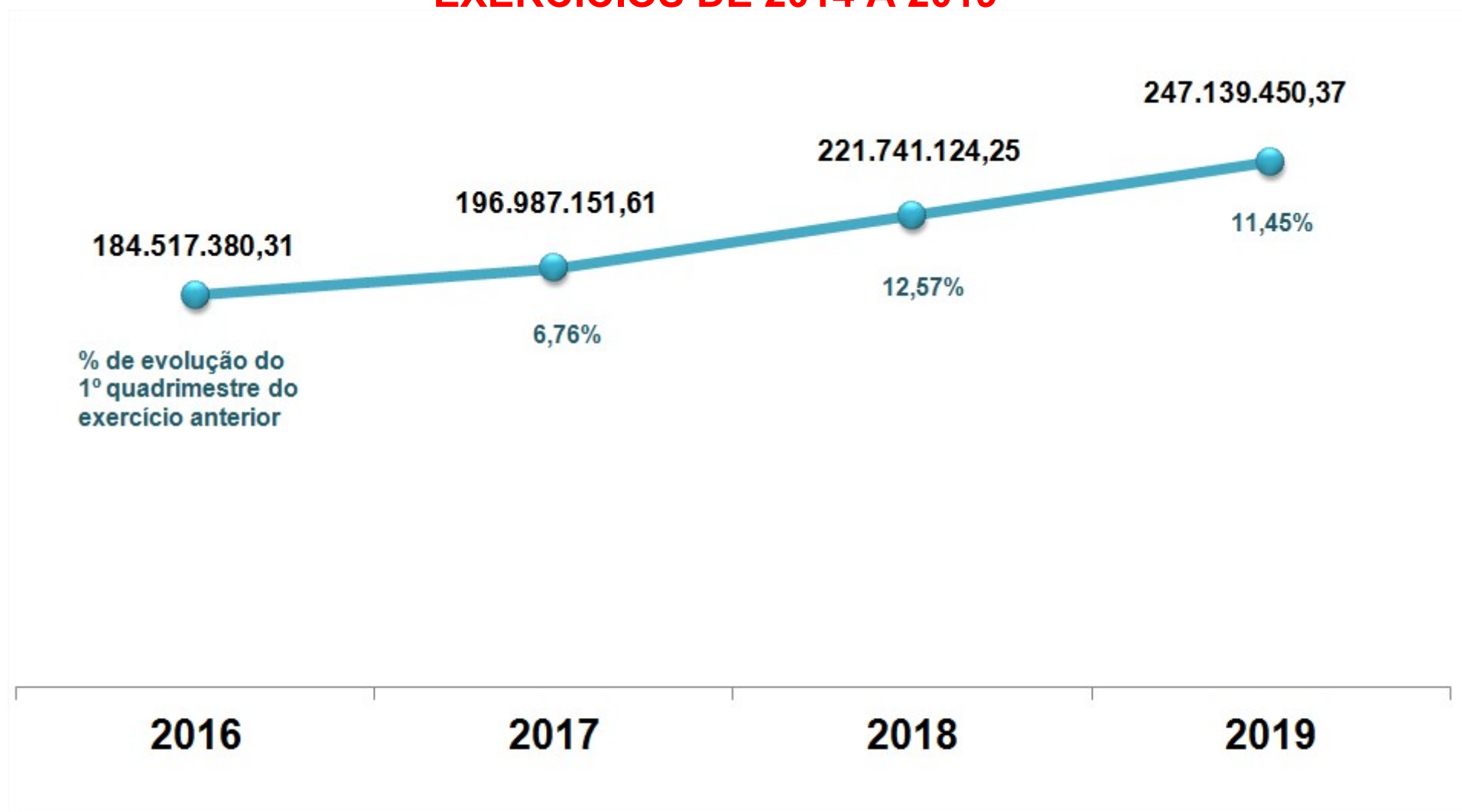


EVOLUÇÃO DA **ARRECADAÇÃO PRÓPRIA** ACUMULADA COMPARADA- INCLUÍDO RECEBIDO EM DÍVIDA ATIVA

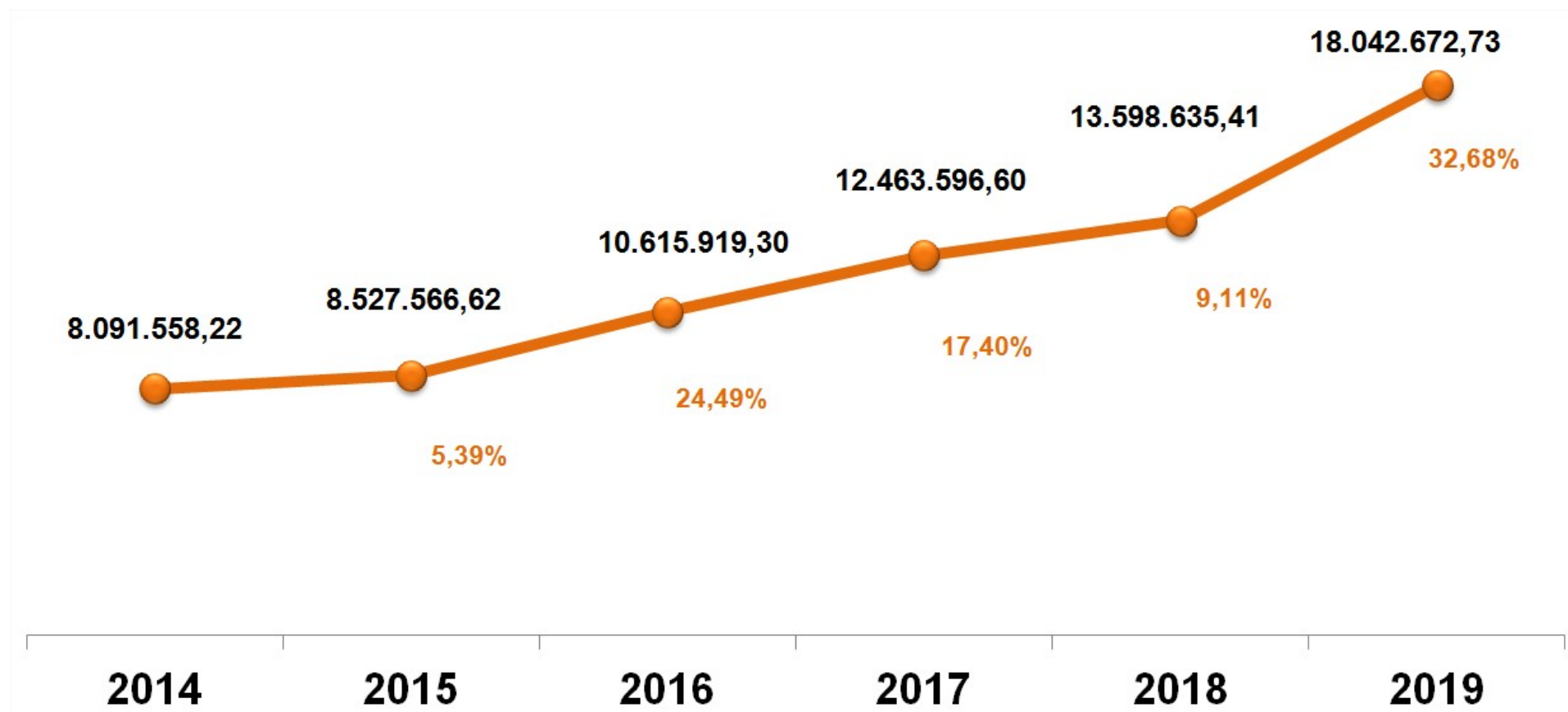
MESES	ACUMULADO 2016	ACUMULADO 2017	%	ACUMULADO 2018	%	ACUMULADO 2019	%
Janeiro	105.354.853,41	115.635.684,18	9,76	126.165.165,48	9,11	137.658.119,63	9,11
Fevereiro	135.027.334,22	144.368.895,70	6,92	160.378.795,18	11,09	179.702.181,23	12,05
Março	161.595.492,55	170.924.614,81	5,77	189.610.527,92	10,93	213.124.747,21	12,40
Abril	184.517.380,31	196.897.151,61	6,71	221.741.124,25	12,62	247.139.450,37	11,45
Maio	207.604.301,43	222.908.603,26	7,37	251.563.401,17	12,85		
Junho	236.354.623,27	247.540.192,95	4,73	280.501.658,80	13,32		
Julho	259.744.830,99	273.238.309,90	5,19	309.633.437,16	13,32		
Agosto	282.422.121,39	300.543.264,01	6,42	340.478.449,77	13,29		
Setembro	304.382.604,55	328.769.717,10	8,01	370.304.321,25	12,63		
Outubro	328.202.746,16	355.573.019,27	8,34	401.098.678,64	12,80		
Novembro	351.835.941,59	382.082.980,26	8,60	431.065.712,46	12,82		
Dezembro	384.360.140,49	413.313.351,01	7,53	463.157.606,45	12,06		

Fonte: Relatório de Acompanhamento da Arrecadação própria por Grupo de Receita – PMM

ARRECAÇÃO PRÓPRIA 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



LOGRADOUROS

TOTAL	3044
--------------	-------------

CADASTROS IMOBILIÁRIOS

PREDIAL	145.226
TERRITORIAL	29.676
TOTAL	174.902

ÁREA TERRITORIAL

URBANA m²	136.764.835,85945
RURAL m²	350.836.282,64307
TOTAL m²	487.601.118,50252

RELAÇÃO DE SERVIDORES SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DIRETORIA TRIBUTÁRIA	57
DIRETORIA DE CONTABILIDADE	35
EXPEDIENTE	8
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO	101
DIRETORIA DE ORÇAMENTO	4
TOTAL	205

DEMONSTRATIVO DAS DEMANDAS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DEMANDAS	EXERCÍCIO DE 2018	1º QUADRIMESTRE DE 2019
Ouvidoria 156	11.928	5.364
- Atendidas	11.456	5.025
- % de Atendimento	96,04%	93,68%
Processos	13.679	3.803
- Assuntos Gerais	13.467	3.724
- Ministério Público	71	35
- Câmara Municipal	121	38
- Portal da Transparência	20	6
Laudos e Alvará on line	12.779	4.793
- Laudos	8.961	3.413
- Alvará on line	3.818	1.380
Eventos Licenciados	184	376

DEMONSTRATIVO DAS DEMANDAS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DEMANDAS	EXERCÍCIO DE 2018	1º QUADRIMESTRE DE 2019
Ordens de Serviços Emitidas	42.716	16.464
Notificações / Autos de Infração Emitidos	13.073	4.608
- Atendidas	7.157	1.881
- % de Atendimento	54,75%	40,73%
Laudos e Alvará on line	12.779	4.793
- Laudos	8.961	3.413
- Alvará on line	3.818	1.380
ISS Proc. Analisados	1.245	872
Homologações	1.159	955
Quant. de Lançamentos	354	291

EMISSION DE GUIAS ITBI E RECIBOS

01.01 A 30.04.2019

Guias ITBI	3.585
Recibos	294
TOTAL	3.979

NOTIFICAÇÕES GEO

Acima 400 m²	898
Acima 300 m²	510
Acima 200 m²	1.671
Acima 100 m²	6.529
Até 100 m²	18.661
TOTAL	28.269

PROCESSOS IPTU RESPONDIDOS

01.01 A 30.04.2019

Isenção IPTU	446
Revisão IPTU	692
TOTAL	1.138

EMPRESAS ABERTAS

01.01 A 30.04.2019

Pessoa Jurídica (Normal)	868
Pessoa Física (MEI)	1.143
TOTAL	2.011

EMPRESAS E PRESTADORES DE SERVIÇOS CADASTRADOS ATÉ 30.04.2019

Comércio	12.651
Serviços	33.784
Indústria	1.469
Associações	751
Transportes / Comunicação	1.752
Autônomos	20.049
TOTAL	70.456

CONTAS BANCÁRIAS ATIVAS

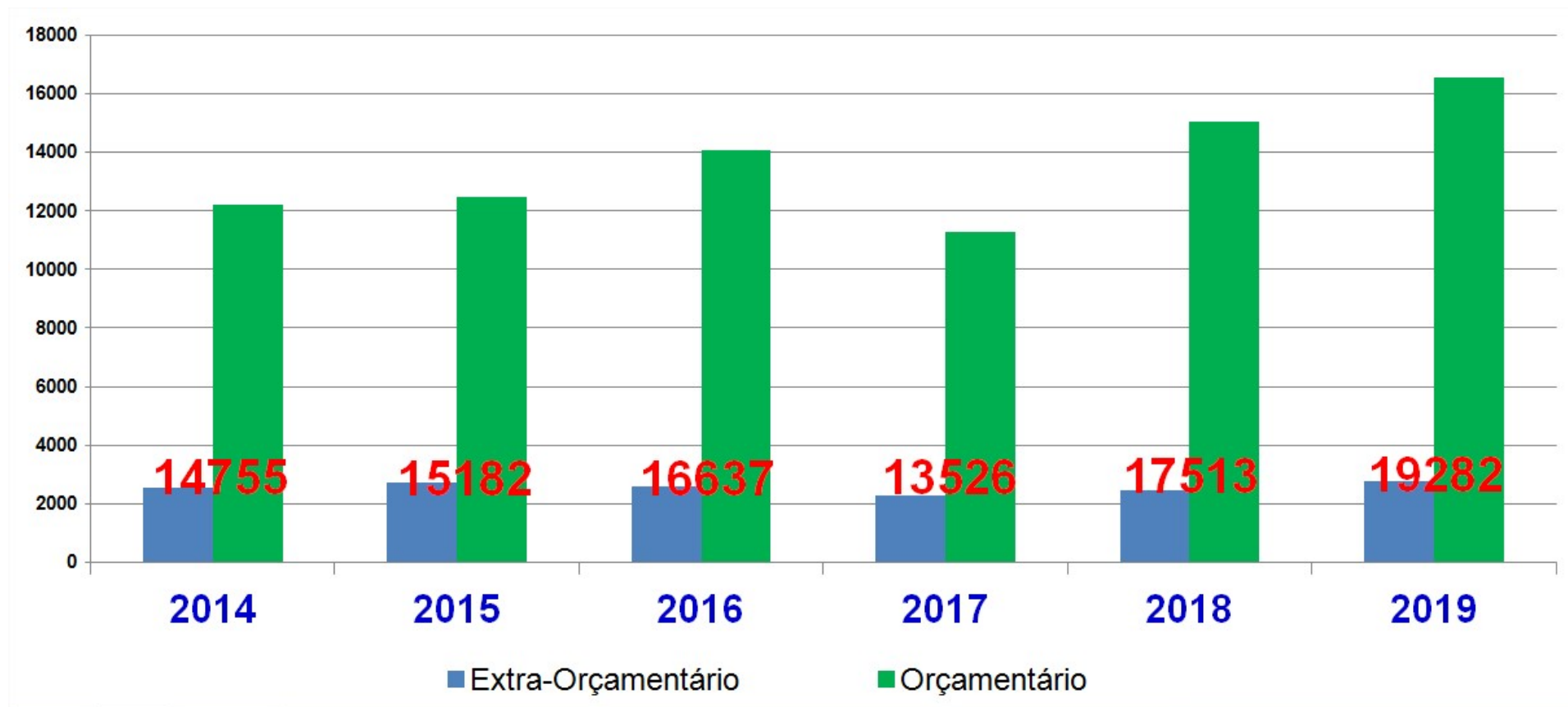
BANCO DO BRASIL	130
CAIXA ECONÔMICA	95
SANTANDER (Folha)	1
TOTAL	226

POSTAGENS NOS CORREIOS

01.01 A 30.04.2019

SEFAZ – Pareceres / Ofícios	3.705
SEFAZ – Dívida Ativa	56.371
SEFAZ – Tributos Imobiliários	87.694
SEGE	21
CTI	3
SEMOP	34
SEMUC	29
SEPLAN	29
SEMULHER	6
SEMA	116
SEPAT	49
GAPRE	45
PROGE	297
SERH	207
SEDUC	3
FUNREBOM	17
SEMUSP	51
SEIDE	105
SASC	1.074
TOTAL	149.860

QUANTIDADE DE PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS E ORÇAMENTÁRIOS 1º QUADRIMESTRE 2014 A 2019



REGULARIDADE FISCAL

CERTIDÕES		ÓRGÃO	VENCIMENTO
1	Certidão Narrativa de Inexistência de Inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS	SEFAZ – PR	05/06/2019
2	Certidão Negativa para Transferências Voluntárias	SEFAZ – PR	14/06/2019
3	Certificado de Regularidade do FGTS	CEF	20/06/2019
4	Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa	TJ / PR	01/07/2019
5	Certidão Liberatória	TCE – PR	22/07/2019
6	Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	RFB / Previdência	06/08/2019
7	Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual	SEFAZ – PR	03/09/2019
8	Certidão de Regularidade Previdenciária	Previdência	14/09/2019
9	Certidão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Precatórios)	TJ / PR	31/12/2019
10	Certidão Regional do Trabalho da 9ª Região	TRT 9ª Região	31/12/2019

Audiência Pública

1º Quadrimestre do Exercício de 2019

www.maringa.pr.gov.br @prefeiturademaringa



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

1

Certidão Narrativa
de Inexistência de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
Nº 019860972-56

Certifico, para fins de comprovação perante terceiros, que o CNPJ 76.282.656/0001-06, não consta do Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria da Fazenda do Paraná, não possuindo, portanto, número de inscrição estadual, de acordo com pesquisa realizada na base de dados do mencionado cadastro.

Esta certidão não isenta a empresa de inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Paraná, para os casos previstos na legislação.

Válida até 05/06/2019 - Fornecimento Gratuito



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

2

Certidão Negativa para Transferências Voluntárias
Nº 00047684

Dados do Município: Prefeitura Municipal de Maringá
Endereço: XV de novembro, 701
Município: Maringá - CNPJ nº: 76.282.656/0001-06
Estado: PR

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o Poder Executivo Estadual certifica:

- Que o Município supra homologou junto à STN, via Portal SICONFI, a prestação de contas referente ao exercício de 2018, conforme art. 51, parágrafo 1º, inciso I.
- Que em nome do Município supra não consta a existência de débitos junto ao Estado, conforme determina o art. 25, parágrafo 1º, inciso IV, alínea A.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet no endereço: <http://www.fazenda.pr.gov.br>

Esta Certidão tem validade até 14 de junho de 2019


Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado
Certidão Nº 00047684
Emitida Eletronicamente via Internet
15/04/2019
Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76282656/0001-06
Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Nome Fantasia: MARINGÁ GABINETE DO PREFEITO
Endereço: AV QUINZE DE NOVEMBRO 701 PREF MUNICIPAL / CENTRO / MARINGÁ / PR / 87013-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/05/2019 a 20/06/2019
Certificação Número: 2019052202134982128465

Informação obtida em 22/05/2019, às 08:24:33.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

4

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: MUNICÍPIO DE MARINGÁ
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 76.282.656/0001-06
Certidão nº: 165539609/2019
Expedição: 03/01/2019, às 08:37:12
Validade: 01/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

3

Certifica-se que MUNICÍPIO DE MARINGÁ (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.282.656/0001-06, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:
0001217-75.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região **
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 1.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

23/05/2019 ... Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR ...



5

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

MUNICÍPIO DE MARINGÁ
CNPJ Nº: 76.282.656/0001-06

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUENTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O MUNICÍPIO DE MARINGÁ ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 22/07/2019, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.


Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Código de controle 5264.PVU.2253
Emitida em 23/05/2019 às 15:02:55
Dados transmitidos de forma segura.

Audiência Pública

1º Quadrimestre do Exercício de 2019

www.maringa.pr.gov.br @prefeiturademaringa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MUNICÍPIO DE MARINGÁ
CNPJ: 76.282.656/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:52:55 do dia 07/02/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 06/08/2019. Código de controle da certidão: 090D.8DA8.C5A0.CF9B Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 019860853-85

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 76.282.656/0001-06
Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

N.º 987691 - 173665

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 76.282.656/0001-06
NOME: Maringá
UF: PR

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO À LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTES CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVENIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br. POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA.

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO.

EMITIDO EM 18/03/2019

VÁLIDO ATÉ 14/09/2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R. Prof. Rosaldo Gomes M. Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO
CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

CERTIDÃO

CERTIFICA que, revendo os registros existentes na Central de Precatórios, constatou que o **MUNICÍPIO DE MARINGÁ** está inserido no Regime Geral Liquidação de Débitos Judiciais, de acordo com o art. 100 da Constituição Federal.

CERTIFICA que **não foram constatadas pendências** alusivas aos pagamentos dos precatórios requisitados até o ano orçamentário de 2018, inclusive.

CERTIFICA, ainda, que a existência de pendências alusivas aos precatórios oriundos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Tribunal Regional Federal da 4ª Região deverá ser verificada junto aos respectivos órgãos.

CERTIFICA, finalmente, que as informações aqui prestadas são válidas até **31 de dezembro de 2019**.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria-Geral Judiciária
Coordenadoria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública
Avenida Vicente Machado, 147, Centro
Curitiba - Paraná - CEP 80420-010
Fones (41) 3310-7304 e 3310-7305
E-mail: precatórios@tr9.jus.br

CER CoCEF nº 10/2019
EGM nº 162
Município de Maringá

CERTIDÃO

CERTIFICO que o município de Maringá, submetido ao regime geral de pagamento de precatórios, na forma do art. 100 da Constituição Federal, não tem débitos vencidos perante este Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme relatório de fl. 254.

Em 8/1/2019.

Aldair Clara Dalla Vecchia
Analista Judiciária

Ante as informações supra, certifica-se a **REGULARIDADE** no pagamento de precatórios pelo **MUNICÍPIO DE MARINGÁ** (CNPJ nº 76.282.656/0001-06).

Tendo em vista que referido município se enquadra no regime geral de pagamentos, as informações aqui prestadas, no que concerne a este Tribunal, têm validade até 31/12/2020.

Alternativas para cumprimento da LRF diante da crise orçamentária

João Marcos Scaramelli | 24 de Maio 2019 |

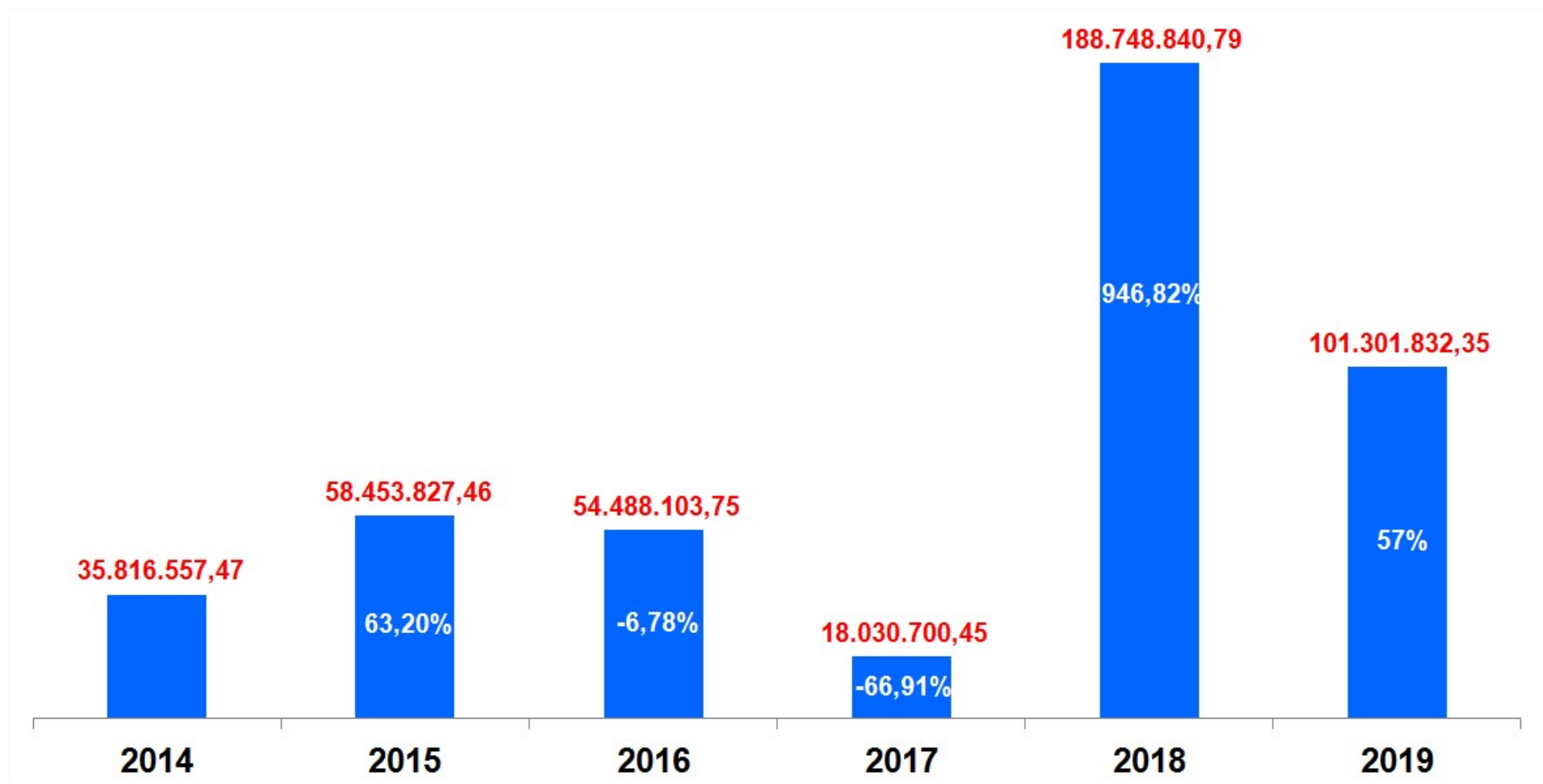


Os impasses da crise orçamentária enfrentada pela União, por Estados e Municípios na manutenção da estrutura administrativa municipal e na oferta de serviços à população fomentaram o sexto painel do I Congresso Nacional de Improbidade Administrativa. O evento, na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), encerra nesta quinta-feira, 23 de maio.

Sobre o tema Lei de Responsabilidade Fiscal e improbidade: políticas públicas em tempos de crise, a procuradora Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de São Paulo, e o professor doutor da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Facury Scaff orientaram os gestores. Ambos apresentaram alternativas para equalização do limite de gastos com a despesa de pessoal e enfatizaram a importância de aumentar a arrecadação própria e liquidar as dívidas.

Segundo Élide, os gestores locais têm dificuldade em planejar as políticas públicas e respeitar os limites da LRF pela queda de receita em todos os níveis de governo e pela incapacidade de medir custos. Com uma fala concisa, ela explicou que é preciso ter dois pilares em mente: o controle da produtividade dos servidores – como forma de combater o inchaço da máquina pública – e a receita própria, porque União e Estados não darão recurso novo.

INVESTIMENTOS - 1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019



Secretaria Municipal de Fazenda

Orlando Chiqueto Rodrigues
Secretário Municipal de Fazenda

Gilvane de Almeida Braga
Diretor de Contabilidade e Finanças

Diretora de Orçamento
Nádia da Rocha Ferreira

Contadores

Adriano Correia da Silva
Aline dos Santos
Cinthia Soares Amboni
Claudinei Braz da Silva
Edimar de Oliveira Carvalho
Felipe Gabriel da Silva Ferro
Luiz Antônio Panosso
Leila Sayuri Shimamoto
Marcos Donizete Toppa
Marcos Carmona Rodrigues
Maria Rupolo Pedriali
Maria Ângela Ferrareze Casaroto

Auxiliares Técnicos

Vilson Cesar Cruz – **Gerente de Execução Orçamentária**
Jeferson Rodrigo Alves – **Gerente de Prestação de Contas**
Fernanda Arruda Silva Cremoneis – **Coordenadora de Controle da Dívida Fundada**



MARINGÁ
PREFEITURA DA CIDADE